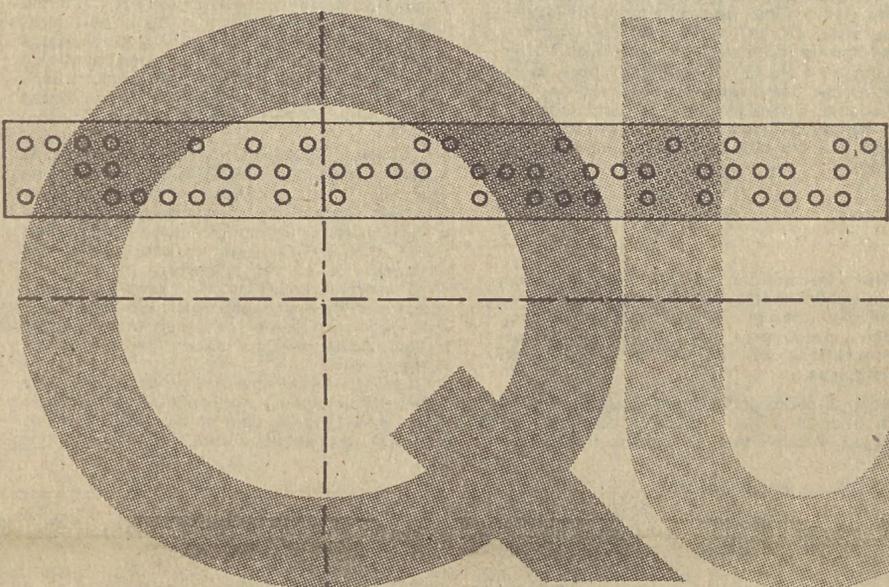


GOVERNO DERROTADO AGARRA-SE AO PODER

UM PASSO IMPORTANTE PARA A ORGANIZAÇÃO DOS QUADROS TÉCNICOS



Pag. 12



(págs. centrais)

O êxito de massas que sempre caracteriza as Festas do PCP teve uma voz mais expressiva de relevo na Festa da Primavera em Santarém

**«Existe, no quadro das instituições
uma alternativa democrática
para o Governo actual
e para a política actual»**

— afirmou o camarada Álvaro Cunhal no comício
realizado em Santarém durante a Festa da Primavera



O general Ramalho Eanes à sua chegada a Lisboa, quando falava aos órgãos de Comunicação Social

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA
VISITOU PAÍSES SOCIALISTAS**

Pag. 10



**aumenta
a votação
em mais quatro
eleições no Norte**

Pag. 9



A JUVENTUDE CONTRA O DESEMPREGO

Numa iniciativa conjunta da UJC, UEC e Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), realiza-se no próximo fim-de-semana, num hotel de Lisboa, o **Seminário Internacional contra o desemprego, pelo direito ao trabalho e à educação**. Estarão presentes delegações nacionais e internacionais da juventude de todo o Mundo, nomeadamente das nações socialistas, representantes das organizações sindicais de âmbito internacional e ainda delegações de diversas estruturas juvenis portuguesas. Após o encerramento dos trabalhos do Seminário (domingo), decorrerá na **Cova da Piedade** um grande **comício** em que participará o camarada **Carlos Costa**, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

Pag. 8



**30.º aniversário
da RDA comemorado
em Portugal**

Pag. 10

**A Constituição
completa três anos
defrontando os ataques
das forças reaccionárias
e a política do Governo**

Pag. 3

Editorial

A CRISE DO GOVERNO E A SOLUÇÃO NECESSÁRIA

Conforme o PCP previra, a crise política degenerou em crise do Governo. A derrota da proposta da lei do Orçamento e das grandes opções do Plano na Assembleia da República e as circunstâncias que a tornaram possível, representou, em termos parlamentares, uma clara condenação de um governo e de uma política profundamente nocivos ao Povo português e ao país.

A derrota parlamentar do Governo Mota Pinto/PPD, que não estava certamente nos planos da reacção, e mesmo — como tudo o demonstra — do próprio PS, revela a profundidade da crise política e ao mesmo tempo os perigos e contradições dos jogos malabares da extrema-direita, empenhada numa vasta manobra de desestabilização política contra as instituições democráticas e o regime expresso na Constituição.

Ainda há poucos dias a política do Governo Mota Pinto/PPD de submissão ao grande capital e ao imperialismo, em particular a sua brutal ofensiva contra a Reforma Agrária e contra os direitos e garantias dos trabalhadores, receberam nas ruas a categórica reprobção de centenas de milhares de portugueses. As poderosas manifestações populares dos dias 10 e 17 do corrente selaram em definitivo o divórcio irremediável entre as mais vastas camadas do povo e a equipa governante de Mota Pinto/PPD.

O mandato do Povo português é iniludível: este Governo não tem o direito de continuar a existir, não serve o país e deve ir-se embora. O voto popular como o voto parlamentar são inequívocos e nenhuma outra «confiança» deve sobrepor-se à clara desconfiança que o Povo português tão significativamente manifestou no pleno uso dos seus direitos democráticos e constitucionais.

A direita ressaibada quer agora salvar o Governo e iludir a verdade dos factos. A reacção jogou forte e até à última na desestabilização política mas não somente viu derrotado o Governo como ficou profundamente dividida, desnorteada e nervosa.

O seu partido mais representativo — o PPD — arrastado pelo golpismo de Sá Carneiro, viu-se conduzido à necessidade de renegar o seu próprio Governo mesmo à custa do agravamento da sua unidade interna. O PPD/PSD remete-se a uma gorada tentativa de alijar de si próprio a incómoda carga de impopularidade política da equipa governante e esforça-se por transferir inteira para a responsabilidade exclusiva do Presidente da República, que Sá Carneiro e o CDS continuam a atacar com o notório objectivo de arrastar aquele órgão de soberania na sua manobra desestabilizadora.

É preocupante que o Presidente da República não aceitasse a demissão de Mota Pinto, dê o flanco à pérfida manobra da direita.

Sá Carneiro não pode ocultar o sabor amargo da sua derrota. Aproveitando a generosa e «pluralista» ajuda da RTP que lhe ofereceu, não se sabe a que pretexto, um programa normalmente destinado a actualidades estrangeiras, Sá Carneiro mostrou pelo contrário, na terça-feira, nos «écrans» televisivos, uma imagem de profundo reaccionarismo, de baixa estatura política, de notável desorientação.

O chefe do PPD/PSD não conseguiu ocultar sob a capa do seu vesgo anticomunismo as chagas da divisão do seu partido.

Sousa Franco escreveu no jornal conservador «Correio da Manhã» que a votação do PPD na Assembleia da República «fez o jogo do PCP». Mas de facto o PPD «autoliquidou-se» na votação da Assembleia, como escreveu Sousa Franco, porque a isso foi levado pela lógica das suas insanáveis contradições internas.

Nítidamente nesta jogada Mota Pinto, o PPD perde passo na sua ambiciosa pretensão de se tornar «o partido mais votado nas próximas eleições legislativas».

A derrota parlamentar dos grandes partidos da direita na questão do Orçamento e do Plano abre ainda maiores perspectivas de uma grande vitória das forças democráticas nos futuros actos eleitorais.

Compreende-se porque a reacção, escamoteando as causas profundas da sua derrota e do seu Governo, procura agora explicá-la por mesquinhas manipulações partidárias do PCP. Desorientados e enervados com a sua derrota os líderes da direita dão largas ao seu anticomunismo primário, intensificam os seus ataques ao PCP, procuram responsabilizar os comunistas pelas desgraças do País que lhes saíram inteirinhas das suas mãos e da sua política reaccionária.

A Comissão Política do PPD, dominada pela facção Sá Carneiro, a propósito da derrota do Governo na Assembleia da República diz que «é preciso retirar ao PC o poder que ele detém», acrescentando que «a democracia e o País estão a ser minados pelo PC e os seus satélites» e mais à frente refere que numa «Assembleia da República em que o PC e o PS detêm a maioria não há estabilidade possível» — o que, além de mostrar as verdadeiras fronteiras do anticomunismo, é uma coisa altamente incómoda para a reacção e os seus patrões imperialistas.

Também o sr. Sousa Franco — um «inadivável» do PPD — concorda neste ponto com Sá Carneiro. Sousa Franco pronuncia-se por uma «profunda alteração do sistema partidário» reeditando as suas velhas ideias de revisão inconstitucional da Constituição.

A direita refugia-se no anticomunismo, intensifica os seus canhestros ataques ao PCP para tentar esconder as causas da sua derrota.

Os votos dos comunistas foram de facto decisivos para a derrota do Governo Mota Pinto/PPD na questão do Orçamento e do Plano mas não há aqui lugar para surpresas porque o PCP sempre definiu com desassombro e desde a primeira hora a sua aberta oposição ao Governo. As «surpresas» vieram, sim, do lado do PPD e de Sá Carneiro que temerosos de virem a pagar os custos eleitorais do seu apoio a um governo divorciado do povo lhe viraram as costas no momento decisivo sob a forma do voto abstencionista, no que foi acompanhado pela abstenção do PS. Há aqui, naturalmente, uma diferença de qualidade: enquanto a abstenção do PSD prejudicou o Governo a do PS jogou a seu favor...

No verdade o PCP foi o único dos grandes partidos da esquerda inteiramente consequente com o mandato popular, o único a seguir uma linha coerente em todo o desenrolar da crise. E o PCP, agora apontado em desespero de causa pela reacção como o alma-danada das desgraças do País e o «bota-abalxo» dos «bons» governos da direita, é também o único que se tem batido firme e reiteradamente por uma solução patriótica da crise, o único que tem apontado alternativas viáveis e realistas para arrancar Portugal do atraso económico e social, o único que tem posto o melhor das suas energias e capacidades ao serviço do Povo português e do País.

Pelo seu devotamento ilimitado à causa do povo e da independência nacional o PCP merece o ódio dos inimigos da democracia, dos laçaios do grande capital e do imperialismo, dos irreductíveis adversários da estabilidade económica e social da sociedade portuguesa e do regime democrático saído do 25 de Abril expresso na Constituição da República. Mas por isso mesmo merece e disfruta cada vez mais da astúcia dos trabalhadores e de todo o povo laborioso.

Neste terceiro ano de vigência da nossa Lei Fundamental importa salientar que a solução necessária dos agudos problemas que o País defronta passa pelo respeito das instituições democráticas, do regime democrático, da Constituição.

Mas no plano político a solução necessária para a crise actual implica a demissão do Governo Mota Pinto/PPD, implica a paragem

imediate das violências e ilegalidades contra a Reforma Agrária, implica a travagem de uma política económica e social fundamentalmente virada para o agravamento das condições de vida das classes trabalhadoras e da ruína e empobrecimento das classes e camadas médias do povo.

A solução necessária passa pela formação de um governo com apoio parlamentar, merecedor da confiança do povo, materializada nos partidos e forças democráticas largamente maioritárias na sociedade portuguesa, de um governo apaziguador dos conflitos, que respeite as grandes conquistas sociais do Povo português e os interesses tradicionais prevalentes depois do 25 de Abril. Um tal governo é possível e viável se certas forças democráticas, como o Partido Socialista, se mostrarem capazes de superar o absurdo preconceito anticomunista, entorpecedor de um largo entendimento de todos os democratas e patriotas para arrancar Portugal da crise.

Os partidos da direita, os porta-vozes da reacção, tentam fazer crer que a demissão do Governo Mota Pinto/PPD, em resultado da votação da Assembleia, provocaria o caos na vida nacional e o colapso da democracia.

Sousa Franco atribuindo ao Povo português os seus próprios juízos diz que «o país está farto e aceitará de bom grado tudo — até um regime não democrático — que lhe assegurasse o mínimo de estabilidade». Sá Carneiro, profético é lá sabe porque, assegurando, comentando a derrota do Governo, que «a democracia está de facto em perigo». O próprio Mota Pinto agarrado ao Poder como uma lapa, apesar de derrotado no parlamento, comenta os «resultados insólitos» da votação da Assembleia da República, dizendo num tom ameaçador que o Povo português recusando os sacrifícios que lhe eram impostos no Orçamento pode vir a sofrer outros sacrifícios maiores: o da liberdade, por exemplo. Lucas Pires o ultra do CDS, falando a trinta e tantos apunhalados em Celorico da Beira toca a mesma tecla.

Isto não é verdade. Esta visão catastrófica da situação portuguesa insere-se na estratégia da reacção contra o regime democrático, serve objectivamente os interesses do grande capital e do imperialismo, pretende minar a confiança do Povo português nas suas próprias forças e capacidade para vencer a crise.

O Governo Mota Pinto/PPD prepara-se para se eternizar no Poder contra a vontade da maioria esmagadora do nosso Povo, para impor de novo à Assembleia da República o seu derrotado «Orçamento».

A solução necessária para a crise actual exige o seu desalojamento do Poder como condição prévia para uma viragem política e de governo para bem do povo e do País.

A derrota do Governo Mota Pinto/PPD na AR

1 A derrota do Governo Mota Pinto/PPD na Assembleia da República é uma derrota completa e definitiva deste Governo e da sua política.

O Primeiro-Ministro tem um único caminho a seguir: pedir a sua demissão.

O PCP reclama a demissão imediata do Primeiro-Ministro Mota Pinto e do seu Governo.

2 A derrota do Governo Mota Pinto/PPD constitui uma grande vitória do movimento popular e democrático em defesa das liberdades, da Reforma Agrária, das outras conquistas da revolução, da legalidade, do regime democrático consagrado na Constituição.

O movimento popular contra os arbítrios, as ilegalidades, as violências do Governo, em particular, as gigantescas manifestações dos dias 10 e 17, foram

eloquente testemunho dos sentimentos de indignação do povo português e da sua determinação de defender as conquistas de Abril.

3 A derrota do Governo Mota Pinto/PPD é uma grande derrota da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

Mostra-se uma vez mais (tal como sucedeu com os governos anteriores) que uma tal política contraria frontalmente a nova realidade portuguesa criada com o 25 de Abril, não só não resolve como agrava todos os problemas nacionais e conduz Portugal ao desastre.

4 A derrota do Governo Mota Pinto/PPD é uma confirmação de que a fórmula de um governo de direita sem apoio popular nem parlamentar não é conforme com

os princípios constitucionais e não pode assegurar a solução dos problemas do país nem a estabilidade do regime.

5 A derrota do Governo Mota Pinto/PPD é também uma derrota do manobristismo e do golpismo, da chantagem e dos ultimatos.

A lógica de chantagem conduziu o PPD/Sá Carneiro a um beco sem saída, a um fracasso espectacular e a profundas divergências internas cujas repercussões são ainda difíceis de avaliar.

Nem o PPD (na sua manobra golpista) nem o próprio PS (na sua vontade de tirar frutos eleitorais da impopularidade de um governo de direita e de evitar eleições antecipadas) estiveram em condições de salvar a derrota um governo que desejaríamos que passasse na Assembleia.

6 É necessidade urgente a formação de um governo democrático com uma política democrática.

7 Cabe naturalmente ao Presidente da República tomar as decisões e iniciativas necessárias à saída da crise.

As instituições democráticas contêm os processos adequados para isso e só no quadro da Constituição e das instituições a crise pode ser ultrapassada e vencida.

8 No entender do PCP, existem duas saídas:

— ou a rápida formação de um governo que, com apoio parlamentar, respeite na sua orientação, e acção a Constituição da República, reponha a legalidade democrática, actue para o apaziguamento, atenuar as tensões e conflitos, cesse a ofensiva contra os trabalhadores, contra a Reforma Agrária e as outras

conquistas democráticas e assegure uma gestão eficaz dos negócios correntes do Estado até às eleições de 1980;

— ou a formação de um governo de gestão, a dissolução da Assembleia da República e eleições gerais antecipadas (intercalares) no prazo máximo legal de 90 dias.

9 A causa das dificuldades e da crise não está, como pretendem as forças reaccionárias, na Constituição e nas instituições democráticas, mas, precisamente ao contrário, na violação sistemática da Constituição e da legalidade democrática pelos próprios governos.

O PCP alerta o povo português e as forças democráticas contra as tentativas desestabilizadoras das forças reaccionárias, designadamente do PPD/Sá Carneiro e do CDS, e contra os apelos que alguns dirigentes políticos da

direita estão lançando para uma saída inconstitucional através da alteração antidemocrática dos processos eleitorais, de referendos, de golpes de força ou de outras formas de golpe de Estado declarado ou disfarçado.

10 O PCP está pronto a examinar imediatamente a situação e as possíveis soluções com (e nos) órgãos de soberania, com o PS, com todas as forças e sectores políticos e sociais interessados na defesa da continuação do Portugal de Abril e numa saída democrática que assegure a defesa das liberdades e das outras conquistas democráticas, da independência nacional, do regime democrático consagrado na Constituição.

Lisboa, 23 de Março de 1979.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

A rejeição do OGE

Face à rejeição da proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado, dirigentes políticos da direita começam a desenvolver uma campanha de especulações sobre as pretensas consequências catastróficas que resultariam para a marcha da actividade administrativa do Estado e para as finanças das autarquias.

Porque tal campanha tem um carácter mistificatório e demagógico e pretende alimentar novas manobras de desestabilização, a SIP do PCP esclarece:

1. É falso que a rejeição da proposta de Lei do OGE do Governo Mota Pinto/PPD tenha deixado o Estado sem Orçamento.

2. Com efeito, por força da Lei N.º 64/77, com a redacção que lhe foi dada pela Lei N.º 18/78 e do Decreto-Lei N.º 444/78, no caso de não ser aprovada a proposta de Lei do OGE os serviços públicos, incluindo as autarquias serão dotadas em cada mês com as mesmas verbas que lhes foram destinadas em 1978, devendo estas ser acrescidas das verbas correspondentes à taxa de inflação indicada oficialmente.

3. Por conseguinte, o OGE de

1978, da responsabilidade do Governo PS/CDS continuará em vigor com as verbas aumentadas em 22,1% correspondentes à taxa de inflação apurada oficialmente no ano passado.

4. No que respeita à Lei de Finanças Locais, é indispensável salientar que, por um lado, a proposta de Lei do OGE agora rejeitada não conservava a sua aplicação e que, por outro lado, o Primeiro-Ministro declarou expressamente que se demitira caso a Assembleia da República, entre outras, impusesse alterações significativas a esta matéria na votação na especialidade.

5. Ao procurar espalhar a falsa ideia de que não existe Orçamento e de que por tal razão o País estaria à beira do caos, as forças de direita visam unicamente esconder a grande derrota sofrida pelo Governo Mota Pinto/PPD que, longe de provocar preocupação, deve ser saudada como um acontecimento importante para a salvaguarda do regime democrático e para a defesa dos interesses do povo português.

A SIP do PCP

Lisboa, 23 de Março de 1979.

Acções provocatórias da reacção

1. O PCP adverte a opinião democrática do País para o súbito recrudescimento de manobras e acções reaccionárias de conteúdo provocatório e desestabilizador.

2. Com efeito, tudo indica que as forças da reacção — desapercebidas com a derrota sofrida pelo seu Governo, alarmadas com a força e o vigor do movimento popular e democrático, obstinadas em impedir uma solução democrática para a crise — estão a intensificar o recurso a acções de provocação anticomunista, visando criar um clima de confusão e perturbação emocional propício aos seus planos de liquidação do regime democrático.

3. É nestes objectivos da

reacção que se integra a campanha desencadeada pela imprensa reaccionária para responsabilizar os comunistas e o PCP por incidentes ocorridos na manifestação fascista de Braga, a que o PCP é completamente alheio e que, com alta probabilidade, devem ter origem numa encenação montada pela própria reacção como manobra de diversão destinada a fazer esquecer o clamoroso fracasso daquela iniciativa de apoio ao Governo Mota Pinto/PPD.

O PCP denuncia também que agitadores reaccionários, alguns dos quais fazendo-se passar publicamente por militantes do PCP, têm vindo em diversos pontos do País a praticar violências e a fazer declarações orais e inscrições provocatórias em

paredes e transportes públicos que visam atribuir ao PCP objectivos, consignas e expressões que são da exclusiva autoria e responsabilidade das forças da reacção.

4. Apesar de algumas destas acções se desmascaramem a si próprias pelo seu ridículo e falta de verosimilhança, o PCP alerta os seus militantes e simpatizantes, todos os democratas, para a eventualidade de provocações mais subtis e mais graves e para a necessidade de dar pronto combate a todas as manobras provocatórias, esclarecendo com serenidade todas as pessoas mal informadas que possam ser vítimas destas manipulações; desmascarando activamente os seus executantes, levando-os a responder perante as

autoridades e a justiça para que ai esclareçam quem, de facto, os inspira e paga.

5. O carácter repugnante dos métodos da reacção anda a par com o carácter criminoso dos seus objectivos. A intriga, a falsificação, a mentira, a provocação, o terrorismo ideológico ou físico, são a mesma face do ódio da reacção aos trabalhadores e à democracia.

O combate à provocação e às manobras desestabilizadoras, venham de onde vierem, é parte integrante da luta em defesa dos interesses do povo português e do regime democrático consagrado na Constituição.

Lisboa, 27 de Março de 1979

A SIP do PCP



Delegação do PCP na Hungria

A convite do Partido Socialista Operário Húngaro uma delegação da Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP visitou o distrito de Nograd, na Hungria, entre 19 e 23 de Março.

A delegação do nosso Partido, composta pelos camaradas José Augusto Esteves da DORLEI e Joaquim

Carreira, da Comissão Concelhia da Marinha Grande, participou num comício comemorativo do 60.º aniversário da República dos Conselhos que teve lugar em Salgotarjan, capital do distrito e foi recebida pelo 1.º Secretário e membro do CC do PSOH, camarada Janos Géczi, assim como por outros dirigentes locais.

Rádio Moscovo transmite para Portugal

3 vezes por dia

Das 19.30 às 20.30; das 20.30 às 21.30 e das 22 às 23 horas, em 25, 31, 41 e 49 metros

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes, 11699-Lisboa CODEX, Tel. 785245

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa-1, Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX, Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CIDL, Central Distribuidora Lxvrela, SARL, Central: Rua Pedro Nunes, 9-A - 1000 Lisboa, Tel. 769744/769751

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C - 1000 Lisboa, Tel. 769705

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa, Tel. 372236

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto, Tel. 28938

Casa de Venda: R. do Armada, 18-2.º - Esq. - 4000 Porto, Tel. 310441

Centro Distribuidor do Centro: Terrão da Erva, 6 - 3000 Coimbra, Tel. 28394

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - 2000 Santarém, Tel. 24594

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A - 2900 Setúbal, Tel. 29493

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcaçova de Baixo, 13 - 7000 Évora, Tel. 26301

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro, Tel. 24417

ASSINATURAS: CIDL, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - 1000 Lisboa, Tel. 763701

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - 1000 Lisboa, Tel. 41787, Composto e Impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Górcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Fevereiro: 76 593



POEMA CONSTITUINTE

por E. M. de Melo e Castro

- A Constituição constitui-se de homens e mulheres cidadãos com a mesma dignidade social iguais perante a lei
A Constituição constitui-se de homens e mulheres antes de se estruturar em Titulos Capítulos Artigos Alineas
A Constituição constitui-se pela vontade popular empenhada livremente na transformação da sociedade portuguesa numa sociedade sem classes
A Constituição constitui-se por dentro dos braços e das cabeças dos homens e das mulheres livres que constroem o socialismo dia a dia antes de ele ser o Artigo 2.º da Constituição pela via democrática
A Constituição constitui-se de avanços projectos e lutas no coração que não admite recuos nem adicla do futuro
A Constituição constitui-se da força organizativa dos que acordam todos os dias com um novo intento de viver porque possuem em si próprios a soberania una indivisível
A Constituição constitui-se dos direitos dos trabalhadores não distinguindo idade raça religião ideologia com direito ao trabalho e à retribuição sem aviltamento sem exploração com direito à existência condigna à realização pessoal à higiene e à saúde à organização à segurança à educação e à cultura ao repouso às comissões suas de trabalhadores defendendo esses seus interesses e outros
A Constituição constitui-se de consciências livres antes de se cristalizar nas palavras e nas frases dum documento lei
A Constituição constitui-se da liberdade de escrever essas palavras da obrigatoriedade de cumpri-las porque por longos anos circularam interditas no sangue livre do povo soberano
A Constituição constitui-se das palavras com que se escrevem os poemas (como este) que todos têm o direito de produzir exprimir divulgar já que pela palavra são a criação do pensamento pela imagem são a materialização da comunicação por todos os meios são a circulação da informação a que todos os homens e mulheres têm direito sem impedimentos nem discriminações
E porque todos esses direitos não podem ser impedidos por qualquer tipo de censura
a voz soberana do povo digno e verdadeiro lar-se-á ouvir defendendo e constituindo a Constituição!

Os Comunistas na Assembleia da República

A substituição do Governo Mota Pinto está na ordem do dia - Carlos Brito

A substituição do Governo Mota Pinto está na ordem do dia - afirmou o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito, ao encerrar a série de intervenções dos deputados comunistas no debate das propostas das leis do Plano e do OGE para 1979.

Começando por retirar as conclusões gerais das grandes questões que, durante quatro dias, estiveram em debate na Assembleia da República, Carlos Brito sublinhou na sua intervenção: A primeira consistiu, de acordo com a ordem do dia, no exame e definição da política económica para 1979. O número e a qualidade das intervenções efectuadas pelo Grupo Parlamentar do PCP põe em evidência toda a importância que lhe dedicamos e a relativa autonomia que lhe reconhecemos.

A segunda, que não era ponto obrigatório deste debate, perpassou e perpassa permanentemente por esta sala e respeito, precisamente, à subsistência do actual Governo. Posta em causa frontalmente pelos deputados comunistas, é ela que condiciona, iniludivelmente, a atitude e o voto dos demais e (queremos crer) sobretudo daqueles que, como alguns oradores da bancada do PS, insistem em negar que é isso que está aqui também a decidir-se, que é isso que pode ser aqui decidido.

Caracterizando a situação económica e financeira, Carlos Brito destacou o aumento tendencial do desemprego, a estagnação ou mesmo a diminuição da produção, a perda do poder de compra dos salários, o empobrecimento das massas populares e das classes médias, tudo contrastando com o enriquecimento da ultraminoritária camada dos grandes capitalistas.

O novo imposto sobre o trabalho - prosseguiu Carlos Brito - o colete de forças de 18 por cento para aumento de salários que seriam antecedidos e superados pela inflação, o corte das já magras regalias da Segurança Social e a diminuição quase até ao zero dos investimentos de carácter social, bastariam só por si para demonstrar que a política do Governo Mota Pinto/PPD, se aplicada, agravaria e aprofundaria a crise económica que duramente atinge os portugueses.

Defendendo uma alternativa a esta política, Carlos Brito salientou: Alternativa que não é possível com simples mudanças pontuais ou sectoriais e antes implica uma viragem, uma nova política económica e financeira, assente com realismo nas nossas potencialidades e capacidades e virada à consolidação e desenvolvimento das grandes conquistas da

Revolução de Abril, da nossa economia e da nossa independência nacional.

A questão do Governo

Este debate iniciou-se em clima de crise e não é arriscado prever, sejam quais forem as votações, que terminará com o adensamento e agudização desse clima - disse, mais adiante, Carlos Brito, para logo dizer: Bem pode o Senhor Primeiro-Ministro afirmar que se trata de uma «efervescência» artificial e passageira. O profundo e justo descontentamento popular patenteado, entre outras, nas poderosas manifestações de 10 e 17 de Março, bate o Governo, repercute aqui na Assembleia da República como o debate comprova e ecoa como não podia deixar de ser em todos os órgãos de soberania.

Depois de ter enunciado alguns dos mais graves actos do Governo Mota Pinto - cuja acção classificou como conflituosa, belicosa e selvagem - o presidente do Grupo Parlamentar do PCP sublinhou:

A resistência popular que suscitou foi tão viva e potente, o desgaste governamental foi tão rotundo, que os próprios progenitores políticos e orgânicos do Governo, o PPD e o seu Presidente Sá Carneiro, começam iniludivelmente a fazer contas sobre as vantagens de o manter, bem pesados os lucros e os custos.

E mais adiante: Em poucos dias o País assistiu atônito a duas espectaculares operações promovidas pelo partido do dr. Sá Carneiro. Na primeira, parecendo querer lançar a última bóia ao naufrágio que se afunda, reclamava um comprometimento total do Presidente da República no apoio político ao executivo/PPD. Na segunda, desenhada aqui, no decorrer deste debate, lançando sobre a Assembleia da República e uma alegada «maioria de esquerda» as responsabilidades pela sua queda, que ele próprio PPD poderá provocar. Tal é a suprema ambiguidade do partido que tanto se reclama da clarificação.

Importa aqui esclarecer - prosseguiu Carlos Brito - que ainda que o Governo PPD morra às mãos do PPD nada se modificará relativamente ao verdadeiro carácter do actual executivo como Governo Mota Pinto/PPD

E a concluir a análise da actuação do PPD no decorrer do debate, Carlos Brito acentuou: O voto do PPD será determinado pelas gigantescas ambições eleitorais do dr. Sá Carneiro, pela sua tática desestabilizadora, pela sua estratégia de restauração do poder económico e político do grande capital associado ao imperialismo e dos latifundiários. Vote como votar, o PPD querará ganhar a iniciativa política e preparar as condições para um governo ainda mais reacçãoário e belicoso.

Quanto ao CDS, Carlos Brito apenas sublinhou: O apelo incondicional que o CDS tem prodigalizado ao executivo Mota Pinto/PPD é mais um elemento altamente comprometedor para o Governo. Neste debate, mais do que em qualquer outra circunstância, o CDS entremou os aplausos ao Governo com apelos desabridos à ruptura do sistema e à liquidação da Constituição da República. As propostas escritas que apresentou equivaleriam, se por absurdo tivessem valimento, à substituição da Constituição por via do Plano e do OGE. O CDS coloca-se abertamente fora do regime.

As responsabilidades do PS e a perspectiva do PCP

Interrogando-se sobre a atitude do Partido Socialista neste quadro, Carlos Brito adiantou que o seu voto coerente só poderia ser a rejeição do Plano e do Orçamento, tendo em conta a severa crítica que no debate fez à política económica e financeira do Governo, tendo ainda em conta o juízo das mais altas instâncias do PS sobre a natureza conservadora do Governo e a sua prática conflituosa e arbitrária.

O voto de abstenção do PS que se tem por certo - salientou no entanto o presidente do Grupo Parlamentar do PCP - não pode ser interpretado senão como significando que o PS entende, pelo menos momentaneamente, que o executivo Mota Pinto/PPD deve sobreviver. Mas isto significa, e é urgente diz-lo, que sobreviverá a política de desrespeito do facto pela Constituição e a legalidade democrática, a política de agravamento da exploração e do empobrecimento dos trabalhadores e da ruína das classes médias, a ofensiva destruidora contra a Reforma Agrária e as nacionalizações, o assalto reacçãoário à comunicação social estatizada e ao aparelho de estado, a submissão crescente ao imperialismo.

Tais são as responsabilidades que o PS compartilhará deixando que o Governo sobreviva. Deixando-o do seu lado sobreviver

o PS deixará que à sombra dele e com ele (de pé, beneficiante ou até derrubando-o) a direita beneficie de condições para retomar a iniciativa que perdeu de modo claro e significativo neste primeiro trimestre de 1979, quando todos os democratas, os que nos batemos contra a ditadura fascista, nos preparamos para saudar e comemorar o quinto aniversário da Revolução, continuando e consolidando o 25 de Abril - concluiu Carlos Brito.

Do nosso lado - asseverou o líder parlamentar comunista - continuamos seguros: o recurso a eleições legislativas intercarras, como saída legítima de uma situação de crise constitucional, redundará em benefício do povo e do regime pois a direita voltará a ser derrotada.

Mas não damos por impossível - sublinhou - encontrar-se ainda uma solução governamental no quadro da presente composição da AR. Estamos a oito meses do início de um longo e complexo processo eleitoral que envolverá três eleições gerais e uma consulta, processo em que o povo português será chamado a decidir, pelos métodos constitucionais, sobre algumas grandes questões que agitam a nossa sociedade. É razoável nestas circunstâncias, e se-lo é em qualquer parte do mundo, quando o povo val ter a palavra, que as instituições e os partidos se colabem de enveredar por soluções que podem afrontá-la.

E depois de ter recordado os termos da Nota da Comissão Política do CC do PCP de 17 de Março, Carlos Brito afirmou: Tal é a perspectiva que o PCP contrapõe à política reacçãoária e arbitrária do Governo Mota Pinto e às estratégias da turbulência, da confrontação, de desestabilização e do golpe preconizado pelos partidos da direita.

A substituição do Governo Mota Pinto está na ordem do dia - acrescentou Carlos Brito. Pelo nosso lado, entendemos que se as propostas de lei do Plano e do OGE foram rejeitadas o Governo deverá demitir-se.

E a finalizar sua intervenção, o presidente do Grupo Parlamentar do PCP sublinhou: A queda e a substituição do Governo Mota Pinto/PPD não pode ser vista como uma circunstância perturbadora do regime, tem que ser vista como o regresso à normalidade constitucional. Os trabalhadores e todas as forças da democracia continuarão a lutar incansavelmente por uma verdadeira política de recuperação económica que assegure o bem-estar dos portugueses, a consolidação do regime democrático e a independência de Portugal. Venceremos!

O Governo Mota Pinto/PPD/Sá Carneiro ficará como pedra negra - Vital Moreira

O plano e o orçamento deste Governo não passaram. Ao Governo só resta a demissão - disse a determinado passo o deputado comunista Vital Moreira, ao ler a declaração de voto do PCP, consumada que estava a derrota do Governo Mota Pinto/PPD.

Vital Moreira começou por enunciar a série de razões pelas quais os deputados comunistas votaram contra os dois documentos apresentados à Assembleia pelo Governo Mota Pinto:

Votámos contra o plano e o orçamento, em primeiro lugar, porque eles constituem um propósito de assalto selvagem aos rendimentos e ao nível de vida dos trabalhadores, dos reformados, das camadas médias em benefício do grande capital nacional e estrangeiro.

Votámos contra o plano e o orçamento, em segundo lugar - prosseguiu Vital Moreira - porque se propunha meter na gaveta a lei das finanças locais, desviar para o Estado receitas que legalmente lhes pertencem, evitar assim a normalização e consolidação do poder local. Acrescentando uma nova razão, acentuou ainda Vital Moreira: Voltámos contra o plano e o orçamento, em terceiro lugar, porque eles trazem um projecto de política económica que conduzirá ao aumento do desemprego, à travagem do crescimento económico, à ruína de inúmeras pequenas e médias empresas.

Votámos contra o plano e o orçamento, ainda, porque esses instrumentos, a pretexto de um proclamado equilíbrio orçamental das despesas e receitas correntes - aliás fictício e manipulado - se traduzem na redução da generalidade das despesas sociais - prosseguiu Vital Moreira que, mais adiante, aduziria nova razão:

Votámos contra o plano e o orçamento, também, porque eles são expressão das opções e imposições dos centros de decisão dos centros financeiros imperialistas.

E a finalizar a série de razões que levaram os deputados comunistas a oporem-se às propostas de Mota Pinto e do seu Governo, o representante do PCP sublinhou:

Votámos contra o plano e o orçamento, finalmente, porque este plano e este orçamento são um retrato vivo e de corpo inteiro deste Governo de direita. E so votarmos contra este plano e este orçamento dizemos um não rotundo à política de direita que eles exprimem e anunciam, e ao Governo da direita que

a propõe e a pratica. Ao votarmos contra este plano e este orçamento damos voz ao gigantesco movimento popular contra este Governo. Não está em causa apenas um plano e um orçamento. Está em causa a subsistência ou a rejeição do Governo que se apresenta. Seguidamente, Vital Moreira caracterizou os escassos meses de actuação do Governo Mota Pinto - salientando que se tinha excedido a si próprio no campo da mediocridade e da inépcia, da ilegalidade e da arbitrariedade, do reacçãoarismo e da prepotência - ao afirmar:

Intermediário dos interesses do grande capital e dos agrários, interlocutor atento, venerador e obrigado da CAP e da CIP, este Governo funciona em muitos sectores como mero executivo dos grupos de pressão mais retrógrados da sociedade portuguesa e dos centros do imperialismo. Os negócios de terras do sr. Ferreira do Amaral, os casos do Pão de Açúcar, da importação e distribuição da batata de semente, da concessão da zona de Jogo de Tróia, põem a nu o favoritismo escandaloso em benefício de grandes capitalistas e intermediários, em prejuízo do erário público, da moralidade da administração, da independência nacional.

O que é um governo da direita? O que representa a sua derrota?

Proseguindo a declaração de voto do Grupo Parlamentar do PCP, Vital Moreira acentuou:

Este Governo ameaça os fundamentos do regime democrático e da independência do país. As tiradas em louvor da democracia, do patriotismo «saúdavel», da recuperação económica, da «regeneração nacional», soam cada vez mais a trágica ironia. Espervantando as forças reacçãoárias e neofascistas, abrindo caminho ao desforrao das forças do 24 de Abril, promovendo as ideias-força do antígamo, este Governo denigre e achincalha os valores do 25 de Abril e desacredita a democracia portuguesa.

Depois de ter salientado que este Governo está a mais no regime democrático-constitucional e a prova provada de que um Governo que não só não suscita o apoio dos trabalhadores, mas pelo contrário concita a sua mais viva oposição, não é capaz de resolver nenhum dos grandes problemas nacionais e antes os agrava e complica a todos, o representante do PCP sublinhou:

Este Governo é a consumação agravada da política de direita iniciada anteriormente, acentuando todos os seus traços negativos e procurando levá-la até às últimas consequências.

O povo português tem agora à vista não só os resultados da política de restauração capitalista, mas também o que é um Governo de direita, um Governo do PPD e dos seus apêndices.

A derrota deste Governo - disse Vital Moreira noutro passo da sua intervenção - significa o requeim pela política de direita, pelas veleidades reacçãoárias dos que pensam poder rever e enterrar o regime democrático-constitucional, dos que imaginaram poder desmantelar pedra a pedra o 25 de Abril.

A derrota, sem dignidade e sem glória, deste Governo, desamparado pelos próprios progenitores políticos, mostra ainda que nenhum Governo pode vingar contra os trabalhadores, contra o sentir político maioritário deste país, contra a maioria democrática da Assembleia da República, contra a Constituição, contra o 25 de Abril - acrescentou o deputado comunista, que concluiu:

A derrota deste Governo traduz finalmente a derrota do Governo PPD/Sá Carneiro, do seu apêndice parlamentar e dos seus satélites extra-parlamentares. Os resultados da acção deste Governo são tão desastrosos para o país, e os seus propósitos, tal como expostos no plano e no orçamento, tão maus, que o PPD se assustou perante a vaga popular de descrédito que se levantaria contra si mesmo. Temendo por definitivamente em causa as suas ambições eleitorais, entrado o seu apelo ao Governo na fase dos custos crescentes, o PPD deixa afundar o seu Governo, tentando evitar o naufrágio conjunto. Fracassado o golpe desesperado do fim-de-semana passado, que procurava lançar o Governo para o requeio do

Presidente da República, e para os ombros deste o peso do seu descrédito, o PPD abandona à sua sorte o Governo que criou e inventou, e ainda procura à última hora, numa montagem magistral, protestar que nada tem nem nunca teve a ver com ele.

Mas - sublinhou Vital Moreira - este filicídio político não salva o PPD. A partir de agora, o povo português tem a imagem clara do que seria um Governo de direita. Se este Governo em 3 meses fez os estragos que fez, pode facilmente imaginar-se o que seria um Governo de legislação com uma maioria de direita.

De seguida, Vital Moreira alertou: O PPD pode deixar sobocar o seu próprio Governo tomado demasiado incómodo. Mas não pode engatá-lo, nem furtar-se às responsabilidades pela sua acção. O Governo Mota Pinto/PPD/Sá Carneiro ficará como pedra negra, cuja imagem não será facilmente esquecida.

Vale a pena resistir

Retirando as lições da derrota sofrida na Assembleia da República pelo Governo Mota Pinto/PPD, Vital Moreira, ao finalizar a declaração de voto do Grupo Parlamentar do PCP sublinhou:

A derrota deste Governo mostra que vale a pena resistir, lutar e combater pelas conquistas de Abril e pela Constituição da República.

A derrota deste Governo é o prémio para a heróica resistência dos trabalhadores da Reforma Agrária, para a luta dos trabalhadores dos TLP e de tantas outras empresas, para a acção dos intelectuais, jornalistas e restantes trabalhadores dos órgãos de comunicação social do Estado, enfim, para todos aqueles que, de Norte a Sul do país, em poderosas manifestações nas últimas semanas, exigiram a demissão deste Governo.

A derrota deste Governo significa finalmente que há forças e condições sociais para a constituição de uma alternativa democrática a este Governo. Mas se não for possível encontrar alternativa governamental sem o recurso a eleições, então há mesmo que recorrer ao sufrágio popular. A direita será, mais uma vez, derrotada. As ambições da direita não se concretizarão. As dúvidas que pesam sobre o regime democrático não se confirmarão.

As comemorações do aniversário da Constituição

Uma Comissão constituída por personalidades dos mais representativos sectores democráticos do país leva a efeito na próxima segunda-feira, dia 2 de Abril, uma sessão pública em Lisboa para comemoração do terceiro aniversário da promulgação da Constituição da República.

A iniciativa realiza-se no Teatro S. Luiz (ao Chiado), a partir das 21 e 30 e a entrada é livre. No documento divulgado aos órgãos de Comunicação Social, que anuncia a referida sessão, a sua Comissão Promotora salienta a dado passo: Ao longo destes três anos, a Constituição da República

Portuguesa tem revelado no fundamental corresponder às necessidades da consolidação e desenvolvimento do regime democrático e constitui uma plataforma nacional no âmbito da qual têm lugar todas as forças políticas identificadas com o regime democrático nascido do 25 de Abril.

E lê-se mais adiante: Quando de alguns quadrantes se desenvolve uma campanha tendente a pôr em causa a democracia, importa acentuar que a Constituição democrática poderá (e deverá) vir a ser melhorada e aperfeiçoada, mas não

podrá ser subvertida por quaisquer forças contrárias. Pensam os signatários ser necessário e urgente que se compreenda não existir revisão fora das normas constitucionais. Pensam igualmente que a revisão constitucional que a Assembleia da República elege em 1980 deverá pôr em prática terá de ser necessariamente balizada pelo aprofundamento e aperfeiçoamento do núcleo central de ideias do nosso diploma fundamental.

Depois de reafirmarem solenemente a sua intenção de defender a Constituição, os signatários do documento sublinham que não se pode ser democrata e, como tal, respeitador da vontade da maioria expressa na Constituição, e simultaneamente defender meios inconstitucionais, para a reverter. Da mesma forma, crenças na mensagem de esperança nascida em 2 de Abril de 1976, declaram-se empenhados, como sempre estiveram, na defesa dos princípios democráticos que, no passado, iluminaram a sua luta na longa noite fascista e hoje na diversidade das suas opções políticas, constituem os elementos essenciais da sua caminhada.

Da Comissão que assina este documento e que promove a sessão no S. Luiz fazem parte personalidades do PS, PCP, PSD, MDP/CDE, além de outros democratas de diversas tendências.

Jornadas Estudantis

Entretanto, prosseguem na Universidade de Lisboa, as Jornadas Estudantis em Defesa da Constituição, cujo grupo coordenador foi constituído no dia 13 deste mês no decorrer de uma reunião efectuada na Faculdade de Letras, convocada por estudantes do Propedéutico, Medicina, Letras, ISEF, ISCAL.

Direito, ISE, Ciências, IST e Agronomia.

As jornadas englobam um abaixo-assinado em defesa da Constituição, que já tem mais de mil assinaturas, a realização de colóquios, exposições e debates, além de projecções de filmes, estando todas estas iniciativas programadas no âmbito de um amplo espírito de unidade.

Defender a Constituição é defender um projecto de sociedade em que os estudantes terão um papel importante a desempenhar ao lado das forças populares e democráticas - salienta a Comissão Organizadora das Jornadas.

No Porto

As comemorações do terceiro aniversário da Constituição da República na cidade do Porto têm um programa promovido pela Associação de Jornalistas e Homens de Letras,

Associação Portuguesa de Escritores, Centro de Cultura Popular, Cooperativa «Árvore», Cineclubes do Porto, Círculo de Cultura Teatral do TEP, Grupo Coral da Faculdade de Letras, Grupo «Os Modestos», Movimento

Voluntário Desportivo (MVD), «Selva Trupe», Sociedade Portuguesa de Autores e «Unicepe».

Para hoje, às 21 e 30, está marcada uma sessão na sede do Cineclubes, à Rua do Rosário, no decorrer da qual será projectado um filme; amanhã, à mesma hora, haverá um colóquio na sede dos «Modestos», Rua Gonçalo Cristóvão, sobre associativismo e desporto popular, com a presença dos professores Jorge Bento e Francisco Costa; no sábado, a partir das 16 horas, decorrerá no mesmo

local uma tarde infantil com apresentação de filmes, jogos, pintura e modelagem; no domingo, às 9 e 30, um grande festival desportivo na Praceta 25 de Abril, em Gaia; às 21 e 30, no Teatro António Pedro será representada a peça «Agonia do defunto». No dia 2 de Abril, às 18 horas, haverá uma grande jornada de divulgação da Constituição da República, estando prevista, entre outras iniciativas, a ampla difusão de um documento dirigido à população. No Museu Soares dos Reis, às

21 e 30, realiza-se um concerto coral pelo Grupo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A entrada em todas as sessões é livre.

Em Almada - Para assinalar o 3.º Aniversário da promulgação da Constituição, o Movimento de Opinião em Defesa da Constituição promove amanhã às 21 e 30, na Incriveil Almadense, um comício em que intervirão, nomeadamente, José Manuel Maia e Herculano Pires, deputados do PCP e do PS) à Assembleia da República.

Em Aveiro

Um grupo de jovens aveirenses decidiu comemorar o terceiro aniversário da Constituição com a realização duma jornada de debate e esclarecimento em que estarão presentes António Navalha Garcia, deputado comunista na Assembleia da República e membro da Direcção Distrital de Lisboa da UJC, e José Leitão, deputado socialista secretário-geral da JS. A sessão decorrerá no ginásio da Escola Industrial e Comercial de Aveiro a partir das 21 horas, no dia 2. Após as intervenções dos deputados haverá uma festa-convívio com a participação de cantores aveirenses e a colaboração do «Grupo Abril».



Semana

21 Quarta-feira



1846 - Nasce, em Lisboa, o grande caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro. Foi, igualmente, um ceramista famoso.

22 Quinta-feira

1808 - A viúva do marechal Junot vende a Bíblia dos Jerónimos que fora roubada durante as invasões francesas. Viria a ser posteriormente restituída a Portugal.

23 Sexta-feira



1559 - Morre em Coimbra o historiador Fernando Lopes de Castanheda, autor da História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses.

24 Sábado

1668 - Nasce em Lisboa o notável compositor Marcos Portugal.

25 Domingo



1223 - Morre em Coimbra D. Afonso II que durante a sua vida se revelou grande protector das camadas mais desfavorecidas.

26 Segunda-feira

1211 - Morre em Coimbra D. Sancho I. Tinha 57 anos de idade e governara o reino durante 26 anos.

27 Terça-feira

1696 - É publicado um decreto que pretende preservar o segredo das marinhas de sal. O castigo para os infractores poderia ir até ao degredo para o Brasil.

Os Comunistas na Assembleia da República

Rejeitar o Plano e o OGE do Governo é rejeitar o Governo Mota Pinto/PPD

Depois de quatro dias de debates, a Assembleia da República fez o que centenas de milhares de portugueses, em grandes manifestações populares, já tinham feito uma semana antes: rejeitou o Plano e o OGE do Governo Mota Pinto. 135 votos (do PS, PCP, UDP e cinco independentes) rejeitaram o Plano, enquanto que 46 votos (do PCP, UDP e cinco independentes) foram suficientes para «chumbar» um Orçamento que, a ser aprovado, constituiria uma das mais graves e desqualificadas afrontas ao Portugal de Abril.

Os desejos de Mota Pinto e da sua equipa em limitarem os aumentos salariais a 18 por cento, em incrementar os lucros dos grandes capitalistas, e em ignorarem a Lei das Finanças Locais aprovada na AR, em criarem um novo imposto para os trabalhadores, em pedirem austeridade aos reformados, pensionistas e, até (pasmem-se!) às crianças, foram derrotadas sem apelo nem agravo.

A rejeição do Plano e do OGE do Governo Mota Pinto/PPD significa que

a Assembleia reprova tanto a actuação que esse Governo tem tido nos seus três meses de existência, como a que Mota Pinto se preparava para desenvolver caso as suas propostas passassem na Assembleia da República. O Governo Mota Pinto, que já não gozava da confiança da esmagadora maioria dos portugueses, deixou de gozar, com a rejeição das suas propostas, da confiança da maioria da Assembleia. Dai que o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito, tenha afirmado que encerrar o debate que a substituição do Governo Mota Pinto está na ordem do dia.

Conforme ficou amplamente demonstrado no decorrer dos debates, a política praticada pelo Governo Mota Pinto tem sido tão gravosa para a vida nacional e as suas propostas eram de tal modo uma afronta aos portugueses que até o progenitor deste Governo, o PPD/Sá Carneiro, em virtude das suas gigantescas ambições eleitorais, não se dispôs a lançar a bóia de salvação ao naufrago, deixando-o afundar-se no mar encapelado da derrota e do descrédito. Apenas o CDS - «Lucas style» se dispôs a votar com o Governo, ao lado de cinco deputados do PPD que não entenderam o gesto do presidente do seu partido, e o deputado independente Vasco da Gama Fernandes.

Aniversário da Constituição

A Assembleia da República vai comemorar, na próxima segunda-feira, dia 2, o terceiro aniversário da entrada em vigor da Constituição da República.

Lei eleitoral

A Lei Eleitoral voltará a ser tema em debate na Assembleia da República nos próximos dias 3 e 4 de Abril, em virtude de uma lei anteriormente aprovada na AR ter sido declarada inconstitucional pelo Conselho da Revolução e, conseqüentemente, não ter sido promulgada pelo Presidente da República.

Intervenções

Por tudo isto o PCP rejeita o Governo Mota Pinto/PPD

Um governo que quer austeridade para as crianças!

O Orçamento da Segurança Social e o Orçamento Geral do Estado em matéria de saúde são um escândalo! São-no de tal forma e nomeadamente em matéria de segurança social que é o próprio ministro dos Assuntos Sociais que chega à Assembleia da República e não assume as responsabilidades das propostas do seu Governo nos assuntos que lhe dizem respeito. Isto é, o senhor ministro vem aqui e diz que talvez tenha feito mal as contas, que um mês depois os cálculos que previu para as receitas talvez não sejam aqueles e que talvez se as receitas aumentarem e talvez se os salários subissem, este Governo...

está doente não precisa de comer, pagar a renda de casa, luz ou água, nem o próprio nem a família. (...) O Governo propõe ainda a redução do subsídio de aleitação de 6400\$00 em espécie para 2000\$00 em dinheiro. É uma digna medida para este Governo como contribuição para a comemoração do Ano Internacional da Criança...



MAP agrava preços do peixe e problemas das pescas

Esta questão tem de ser aqui esclarecida e sem subterfúgios. O gabinete do sr. secretário das Pescas não pode continuar a ser como o grémio dos amadores privados. Com esta manobra, o ataque ao sector nacionalizado atinge o cúmulo. O secretário das Pescas dá créditos avultadíssimos aos armadores privados para renovação e aumento da sua frota; retira às empresas nacionalizadas os barcos que são a verdadeira espinha dorsal da frota nacionalizada. Este organismo, recorde-se, tem o exclusivo da compra do peixe congelado oriundo das capturas realizadas pela frota nacionalizada. Note-se, a propósito, que continua a ser Presidente daquela Comissão desreguladora o dr. João Albuquerque, actual secretário de Estado das Pescas.

MAP agrava preços do peixe e problemas das pescas. vemo não resolve nem dos muitos e graves problemas do sector das pescas, antes os agrava a todos e agrava os preços e o abastecimento dos consumidores. É um dever patriótico rejeitar este MAP e esta política (Vitor Louro, em 22/3/79).

Uma afronta ao Poder Local

O Artigo 8.º da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado apresentado pelo Governo Mota Pinto/PPD é uma autêntica afronta a todos os eleitos pelos órgãos do Poder Local. Pelo que representa de burta e de desprestígio pela legislação não podemos permitir que a proposta do Governo na parte relativa à Lei das Finanças Locais venha a ser aprovada ou passe sem uma denúncia clara e firme. Fazemo-nos eco nesta Assembleia do coro de descontentamento e dos vivos protestos daqueles locais que não foram tocados.

Continuariam, enfim, a viver num sistema que tem vindo a ser geralmente repudiado (Marques Pedrosa, em 21/3/79). Continuariam a ser vítimas de um complexo labirinto administrativo proposadamente montado para liquidar a iniciativa local e a criatividade e a participação das populações na resolução dos seus próprios problemas.

Na voz dos deputados comunistas, o eco da indignação popular

Na voz dos deputados comunistas, o eco da indignação popular. Ao longo dos debates, ficou provado que os documentos apresentados à Assembleia pelo Governo Mota Pinto não serviam o Portugal democrático. Grande parte do mérito por esse facto cabe ao Grupo Parlamentar do PCP, quer pelo número quer pela qualidade das intervenções que produziu. Contando com a intervenção inicial de Velga de Oliveira de perguntas ao Governo, e com as intervenções de Carlos Brito (a encerrar o debate) e Vital Moreira (declaração de voto), o Grupo Parlamentar comunista proferiu 13 intervenções em cinco dias, abarcando os aspectos mais polémicos e sensíveis da vida nacional.

Assim, intervieram Carlos Carvalhas (apreciação global das propostas governamentais), Cavaleira Antunes (política fiscal e novo imposto), Manuel Gusmão (ensino e cultura), Rosário Moita (política agrícola e Reforma Agrária), Carreira Marques (habitação), Marques Pedrosa (aplicação da Lei das Finanças Locais), Zita Seabra (segurança social e saúde), Severiano Falcão (política de preços e salários), Sousa Marques (investimentos, indústria e grandes projectos) e Vitor Louro (pescas).

Isto sem contar as numerosas intervenções através das quais os deputados comunistas desmontaram, na altura, tanto as apagadas intervenções dos membros do Governo Mota Pinto como as demagógicas defesas que a direita encetou para salvar o naufrago.

Carlos Robalo, no decorrer do debate, disse que o CDS prezava muito o povo e os seus ditados. E a propósito arancou: «Não atira pedras às janelas do vizinho...» Foi necessário um deputado do PCP chamar-lhe a atenção para o facto de o ditado popular, que o CDS tanto diz conhecer e prezar, não falar em janelas mas sim em telhados. Enfim, lá ficou o CDS, uma vez mais, com a careca à mostra (isto para falar em ditos populares).

«Quem anda à chuva, molha-se!»

O caso do balde de plástico. Assim se poderia intitular o facto de, antes da última sessão dos debates começar, um lindo balde de plástico vermelho estar colocado na segunda fila da bancada do PPD. Fontes geralmente bem informadas esclareceram que o balde ali se encontrava para apanhar água que caía em cima do PPD. Comentário de alguém: «O CDS, neste debate do Plano e do OGE, mostrou-se verdadeiramente «siderado» com a iminência da derrota governamental. Daí que o seu charadista Lucas Pires - que aproveita todas as intervenções para fazer literatura barata - tenha, na intervenção final do seu partido, falado, não do Plano e do OGE, mas de «ovnis», marcianos e outros seres extraterrestres! É natural num partido tão desligado dos problemas nacionais. Mas como as propostas governamentais foram derrotadas e «siderado» deriva de olhar para cima, o mais que se poderá dizer é que o CDS ficou mais propriamente «abismado» - isto é, a olhar para baixo; para o abismo onde cairam, caem e cairão os que defendem interesses contrários aos do povo português!

Problema da habitação ignorado pelo Governo

Contrariamente às afirmações produzidas pelo Governo, e em especial pelo senhor Vice-Primeiro-Ministro, «As Grandes Opções do Plano» são praticamente omissas quanto às medidas de apoio e incentivo à construção de habitação. Os propósitos de maior profundidade do sector da construção civil e de incentivo, não passam de meras intenções pois não se constata o mesmo em orientações de políticas concretas e correntes. Por exemplo, nada se diz sobre que regime jurídico para o sector cooperativo; nada se avança sobre a regulamentação dos empréstimos às cooperativas de habitação...

(Souza Marques, em 22/3/79).

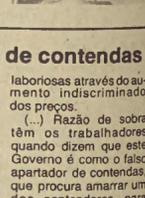


contrariando frontalmente os imperativos constitucionais. Também por isto se torna imperioso que a maioria desta Assembleia rejeite o Plano e o Orçamento do Estado (Carreira Marques, em 21/3/79).



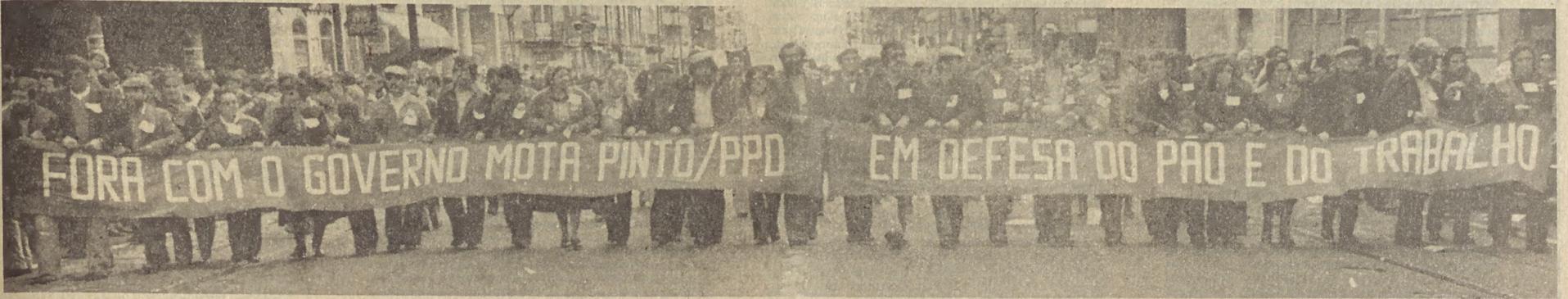
Governo: um falso apertador de contendas

Uma das questões centrais das propostas em discussão é precisamente a política de salários que o Governo se propõe e que se traduz na fixação de um «plafond» de 18 por cento para os ajustamentos salariais. (...) A política de salários em discussão é precisamente a política de salários que o Governo se propõe e que se traduz na fixação de um «plafond» de 18 por cento para os ajustamentos salariais. (...) Este é um falso apertador de contendas, que procura amarrar um dos contendores, para que o outro, que é amigo, possa «malhar» à vontade (Severiano Falcão, em 21/3/79).



A luta continua — mas como?

organizar, escrever, produzir, esclarecer, semear



A acção decisiva do Movimento Sindical

A acção do Movimento Sindical Unitário foi decisiva para a derrota das forças da direita e do seu Governo MP/PPD na Assembleia da República. As poderosas acções de massas a nível nacional, as lutas nas empresas, o reforço da unidade e da organização contra o divisionismo conduziram à rejeição do Orçamento e do Plano. A votação em S. Bento foi decisivamente influenciada pela insatisfação geral das massas populares e das camadas médias da população. Na interpretação e defesa dos seus interesses, na organização das suas lutas, esteve e continua a estar, sem brechas, a linha da unidade representada pela CGTP-Intersindical Nacional e pelas Comissões de Trabalhadores.

Na Conferência Nacional de Organização Sindical e nas acções que aí foram aprovadas, em meados de Fevereiro findo, na linha do Congresso de Todos os Sindicatos, os perigos que este Governo MP/PPD representa para os interesses nacionais e de todo o povo foram postos a nu sem uma sombra, com a clareza e a lisura de processos que caracterizam o Movimento Sindical Unitário.

A luta a curto prazo contra este Governo MP/PPD foi analisada e definida nos termos constitucionais pelo Movimento Sindical Unitário, representado em peso nessa Conferência de Organização, que, por si só, constituiu também uma influente acção de massas contra o Governo MP/PPD, contra a política que faz e as forças que representa.

Aí foi reafirmado que este Governo não serve e deve desaparecer. Nessa via, a Conferência aprovou e o Movimento Sindical pôs em prática as vastas acções de massas, a combativa mobilização popular que deu forma e conteúdo às grandiosas manifestações que há dias se realizaram por todo o país.

Uma vaga de fundo

A posição do PCP, há muito definida, e as posições das outras forças democráticas, que levaram à rejeição do OGE

duramente atingidos pela política da direita e pelo Governo MP/PPD.

As proporções mínimas a que este Governo e a direita pretendem reduzir a rejeição do OGE e do Plano na Assembleia da República seriam uma forma de esconder, ou subestimar, essa vaga de fundo dirigida não apenas contra o OGE e o Plano, mas contra toda a política de um Governo de desastre nacional e contra as forças que ainda se contorcem para o apoiar.

Uma vitória inequívoca

Para o Movimento Sindical Unitário e para as outras estruturas organizativas dos trabalhadores, que defendem a unidade, a rejeição do OGE e do Plano estão na linha do «irremediável fracasso a que está previamente condenada a política de direita». Ao reafirmá-lo, a CGTP-IN salienta a «inequívoca vitória» dos trabalhadores, que essa rejeição representa. Novas perspectivas se podem abrir às lutas e acções concretas no campo específico dos Sindicatos, como seja a defesa da Lei Sindical que interessa aos trabalhadores, o reforço do combate pelo exercício integral dos direitos, liberdades e garantias sindicais nas empresas, pela contratação colectiva e pelo alargamento da unidade e da sindicalização, pelo isolamento dos divisionistas.

A luta vai continuar. É imperioso encontrar, como salienta a CGTP-IN, «uma alternativa democrática que resolva a grave crise económica do país», cujo preço se quer fazer recair na

totalidade sobre as massas trabalhadoras e as camadas médias da população.

O manobristismo das forças da direita, que fazem as suas jogadas nas costas do povo português, não desviará o Movimento Sindical Unitário do caminho que os trabalhadores escolheram. As grandes transformações democráticas e as conquistas do povo português consagradas na Constituição de Abril não podem continuar à mercê de um Governo e de uma política que não tem feito outra coisa senão escancarar as portas do país aos inimigos da democracia, aqueles que são incapazes de atingir o poder sem antes destruírem todas as liberdades democráticas, todos os direitos e garantias que são a própria definição de um regime democrático.

A arrogância do Governo Mota Pinto/PPD continua na via da ameaça. Quando Mota Pinto fala no perigo para as liberdades democráticas que representaria, a seu ver, a não aprovação de um Orçamento e de um Plano do tipo do que a Assembleia da República rejeitou, não está, como julga, a lançar um aviso contra esse perigo, mas sim a confirmar a sua existência, a concretizar a ameaça que o seu Governo representa.

As forças políticas democráticas, o Movimento Sindical e todas as estruturas organizativas que defendem a unidade continuarão a lutar por uma política que mantenha e consolide o quadro democrático e constitucional. E dentro desse quadro será impossível continuar a governar (e a desgovernar) por muito tempo contra os interesses vitais e a vontade manifesta dos trabalhadores.

«Por mais voltas que o mundo dê a Reforma Agrária triunfará!»

Estas palavras de Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, no início de encerramento da Festa da Primavera, no passado domingo, em Santarém, exprimem a mesma profunda confiança no futuro revelada pelos trabalhadores quando afirmam "um dia recuperaremos as terras!"

Contudo, se as saídas constitucionais e democráticas, apontadas pelo PCP, não forem tidas em conta, se este Governo não se demitir o que há a esperar na esfera da Reforma Agrária?

Neste caso, seria ilusório esperar um cessar da ofensiva, seria irrealista pensar que alguma mudança qualitativa se processaria e errado seria agir em conformidade com ilusões. Este Governo, o Governo Mota Pinto/PPD, é um governo de direita, a sua política é uma política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e procurará, enquanto durar, destruir as conquistas democráticas, e nelas a Reforma Agrária. A luta contra a ofensiva do MAP de Vaz Portugal do Governo Mota Pinto/PPD continua, pois na ordem do dia e ainda «mais firme, mais forte, mais

unida, mais encorajada por estes dois factos recentes: a demissão de Ferreira do Amaral e a queda do Plano e Orçamento na AR.

Porquê a demissão de Ferreira do Amaral? Porque ela significa que, não somente entre os trabalhadores mas também em "variados sectores da sociedade e nos próprios órgãos de soberania" a política arbitrária, legal e violenta do MAP encontra resistência, a qual não cede mesmo perante operações de chantagem e golpismos como as do ex-secretário de Estado da Estruturação Agrária apoiado por monárquicos, por Sá Carneiro, pelo CDS, a CAP e outras forças da reacção.

A decisão tomada pelos trabalhadores da Reforma Agrária de avançarem nas sementeiras das culturas de Primavera corresponde à elevada maturidade política, à responsabilidade de classe e ao patriotismo de que sempre têm dado provas os homens, mulheres e jovens que trabalham as terras do Ribatejo e Alentejo.

Os trabalhadores da Reforma Agrária não têm defendido esta histórica

conquista da Revolução apenas na medida em que isso corresponde aos seus interesses próprios, por qualquer egoísmo ou critério abstracto de posse da terra? têm-se sim batido por colocarem as herdades e as culturas que os agrários desprezavam ao serviço do Povo português, têm-se heroicamente batido pelo seu direito ao trabalho, pelo direito de serem meios de produção a produzirem para quem trabalha, e para quem trabalha nas terras do Alentejo, nas fábricas, nos escritórios, em qualquer outro lugar.

Quando o MAP rouba uma herdade a uma UCP ou a uma Cooperativa, entrega gados e alfaias a um agrário absentista, não se limita a mandar para o desemprego os milhares de trabalhadores que hoje a Sul do Tejo defrontam a fome e a miséria: ataca na verdade todo o Povo português que, consciencioso, dá o seu incondicional apoio aos homens e mulheres que querem a terra para que ela para todos produza.

Ao defenderem o seu semear em terra as UCPs e Cooperativas, os trabalhadores alentejanos, defendem a terra que querem e pela liberdade.

É com a consciência do significado das derrotas deste Governo, derrotas da política de direita, da política de recuperação latifundista e capitalista, que os trabalhadores da Reforma Agrária, apoiados na aliança com os pequenos e médios agricultores, na solidariedade das massas populares e das forças democráticas, avaliam o terreno, persistindo nas formas de luta já delineadas, das quais a realização de uma grande campanha das culturas de Primavera é, neste momento, uma frente fundamental.

A não aprovação do Orçamento prejudicou ou não as autarquias?

No decorrer dos debates realizados na Assembleia da República a propósito da apreciação do Orçamento Geral do Estado, não poucas vezes os representantes da reacção se arvoraram em acérrimos defensores da Lei de Finanças Locais (1/79), em desesperadas tentativas para fazer crer que só a aprovação do OGE apresentado pelo Governo Mota Pinto/PPD permitiria a imediata aplicação daquela Lei.

E verdade que, sem Orçamento, a lei 1/79 não pode ser aplicada. Os partidos da reacção não se cansaram de o afirmar. Mas o que não disseram foi que, com aquele OGE — recusado — também não haveria aplicação da lei 1/79, pela simples razão de que o Governo a ignorou.

O desmascaramento desta inconstitucionalidade por omissão, denunciada pelos deputados comunistas e pelas forças democráticas em geral, conseguiu de tal forma pôr a nu as reais intenções do gabinete Mota Pinto/PPD — não aplicação da lei — que até o PPD se viu obrigado a recuar e a "exigir" alterações ao OGE proposto.

Com efeito, tornou-se difícil aos outros partidos explicar aos seus próprios eleitores como é que

se podia aplicar a Lei de Finanças Locais quando o Governo nem sequer se cobria de inscrever nas suas receitas verbas expressas e directamente destinadas, pela lei, às autarquias — caso do imposto sobre veículos —, quando o Governo se propunha prosseguir o método das comparticipações e subsídios, proibidos pela lei; ou ainda quando o Governo pretendia prolongar o estudo (?) das incidências da aplicação desta legislação até meados do corrente ano, sem nada garantir que a Assembleia pudesse vir a examinar as suas eventuais propostas antes do período de férias legislativas.

Se a constatação destas contradições levou o PS e o PPD a modificar a sua tática na Assembleia da República, isto não significaria, no entanto, que não tivessem feito tudo para "facilitar" a passagem do OGE mais antipopular desde 25 de Abril.

Sá Carneiro, numa tentativa verdadeiramente patética para conseguir salvar a face do PPD perante o eleitorado, repetiu constantemente que bastaria a afirmação do Governo de que estaria disposto a rever a sua posição perante a questão da lei 1/79, para além de outras

duas questões, para que a votação do seu divididíssimo partido fosse favorável ao OGE.

O PS ainda foi mais longe, pois chegou a apresentar uma proposta onde deixava ao Governo a capacidade de fixar, a título excepcional, a percentagem das despesas correntes e do capital do OGE que deveria reverter para os municípios.

Não se tratava, note-se, de aplicar o disposto na lei (18% das verbas do OGE), nem de se aprovar, ainda que transitório, uma redução dessa percentagem. Tratava-se, isso sim, de dar carta branca ao executivo para ele próprio definir quanto é que as autarquias iriam receber, precisamente no que se refere às verbas mais significativas que a Lei das Finanças Locais atribuiu às autarquias.

Mas nem mesmo assim o Governo Mota Pinto/PPD recuou na sua posição, afirmando sempre que se demitiria caso as suas condições — no caso o OGE e o Plano — não fossem aprovados. E foi até mais longe, sublinhando que não aceitava que se aprovasse o OGE na generalidade que depois ser substancialmente alterado na especialidade.

O que significa que, mesmo

que o OGE não tivesse sido logo recusado (como procura fazer crer o CDS), a Lei das Finanças Locais continuava a não poder ser aplicada, uma vez que tal só acontece após a publicação, pelo Governo, do decreto de execução do OGE. Se o Governo se demitisse pelas alterações na especialidade, o referido decreto não seria publicado e o OGE continuaria sem poder ser aplicado.

Pergunta-se, agora, como irão subsistir as autarquias, bem como os restantes sectores. Será aplicado o sistema dos duodécimos, acrescidos da taxa de inflação (22%, no caso das autarquias).

Mas importa ter presente que, caso o OGE tivesse sido aprovado, a situação não só não melhoraria, como provavelmente se agravaria, pois o Governo de direita ainda em funções não deixaria de exercer as maiores arbitrariedades na distribuição das verbas, na sua já bem definida política de "favores" ao capitalismo e "desfavores" às massas populares.

A resolução deste problema, como aliás de muitos outros, exige uma política diferente do PS, uma política global de esquerda, de defesa dos interesses dos trabalhadores.

A Informação está em luta

Nas grandiosas manifestações que antecederam a derrota na Assembleia da República do Governo Mota Pinto/PPD, os trabalhadores da Comunicação Social tiveram expressivas demonstrações de apoio que o Povo português dá à sua luta pela liberdade de informação e de expressão, contra a ofensiva terrorista conduzida por Prouença de Carvalho contra a Comunicação Social estatizada.

Os trabalhadores da Comunicação Social não estão só no seu difícil combate. De toda a parte, na rua, nas reuniões aprovadas em assembleias, nas tomadas de posição de centenas e centenas de intelectuais de todos os quadrantes políticos, os jornalistas, gráficos, trabalhadores da Imprensa e da Rádio encontram a manifestação clara que os portugueses compreendem que é a própria democracia, a liberdade, os direitos, a Constituição que estão em causa nos jornais, na Rádio, na Televisão.

Dois grandes horizontes se perfilam na luta contra a ofensiva do antigo advogado de Champallimud. Em primeiro lugar, a necessidade do fortalecimento e alargamento da unidade. Prouença de Carvalho tem vindo a demonstrar (apesar dos seus

vómitos de anticomunismo primário) que a questão não é eliminar Comunistas, socialistas ou quaisquer outros, é eliminar a própria liberdade, é afastar todos os que por ela se batam, todos os que nela queiram trabalhar. Meio século de fascismo revelou a todos os portugueses o que significa censura, repressão, manipulação: nesta luta contra a restauração do obscurantismo, da mentira e do terror é a própria liberdade que está em causa, é a própria dignidade da profissão que está em perigo. A unidade existe pelo próprio carácter fascizante da ofensiva: é necessário dar-lhe forma e vigor.

Em segundo lugar, os profissionais da informação, ao mesmo tempo que alargam e organizam a sua luta, dispõem de um terreno próprio para a travar, nas condições que as situações ditarem. Tal como nas terras da Reforma Agrária invadidas por funcionários do MAP e por forças militarizadas, os trabalhadores alentejanos e ribatejanos enfrentam as arbitrariedades e violências mas continuam a cultivar as terras e a fazê-las produzir, há sementeiras de Primavera a fazer sempre numa informação que o Povo português quer ao seu serviço.

À semelhança de Braga, a reacção intensifica acções de provocação

Meia dúzia de provocadores perturbaram, em Braga, um ajuntamento convocado por provocadores identificados com o fascismo. Houve quatro feridos sem gravidade e uma detenção. O clima pacífico da capital do Minho não foi alterado.

"A manifestação fascista do dia 24 saudou-se por um fracasso total para os seus promotores e apaniguados", refere um comunicado da Comissão Distrital de Braga do PCP. Mas alguns órgãos da Comunicação Social não podiam perder essa oportunidade de fazer um jeito ao Governo MP/PPD que acabara de sofrer uma derrota na Assembleia da República. A Televisão e a Rádio (RDP)

correram a falar de "tensão" na cidade de Braga. O objectivo era claro. Tratava-se de "fabricar um clima de tensão e de confronto que os fascistas não conseguiram na rua e que — como lembra o comunicado do PCP — o povo de Braga repudiou".

Identificado com os "Ciganos", "Corrécios" e "Tripas" e com quem neles manda, o Governo Mota Pinto/PPD sofreu mais uma derrota em Braga. A população desta cidade conhece bem essa gente e sabe o crédito que merecem quando através deles, ou por sua causa, são caluniados os comunistas.

A população de Braga votou ao desprezo a alegada manifestação "nacionalista" e o seu declarado apoio ao Governo Mota Pinto/PPD. Mas o que aconteceu em Braga no último sábado é um sintoma que não pode cair em saco roto. As forças reacçãoárias estão a intensificar o recurso a acções de provocação.

Um opinião democrática do país deve estar advertida contra o desespero das forças reacçãoárias que viram o seu Governo derrotado na Assembleia da República.

A SIP do PCP, num comunicado que publicamos na íntegra noutro local deste número, chama a atenção "para o súbito recrudescimento de manobras e acções reacçãoárias de conteúdo provocatório e desestabilizador", visando criar "um clima de confusão e perturbação emocional", propício aos planos das forças da reacção que tentam liquidar o regime democrático.

Contra esse clima, no qual o Governo MP/PPD gostaria de ver envolvidos os comunistas, é preciso redobrar de atenção e vigilância. Sabemos que as forças reacçãoárias não têm escrúpulos. A campanha da imprensa reacçãoária a propósito dos acontecimentos de Braga é um sintoma bem claro da possibilidade de surgirem outras campanhas provocatórias tentando envolver o PCP em actos a que é alheio e que sempre tem condenado. A advertência impõe-se. A vigilância também. A SIP do

PCP sublinha que "agitadores reacçãoários, alguns dos quais fazendo-se passar publicamente por militantes do PCP, têm vindo, em diversos pontos do país, a praticar violências e a fazer declarações orais e inscrições provocatórias, em paredes e transportes públicos, que visam atribuir ao PCP objectivos, consignas e expressões que são da exclusiva autoria e responsabilidade das forças da reacção".

O ridículo de algumas dessas acções não deve iludir a nossa vigilância. Atrás do ridículo podem esconder-se outras provocações mais graves.

Comunicado da Embaixada da União Soviética

No decurso da discussão na Assembleia da República Portuguesa dos projectos do Orçamento e do Plano de Portugal para o ano de 1979, foram proferidas algumas declarações com referências incorrectas a propósito do Orçamento da União Soviética, aprovado pelo Soviete Supremo da URSS.

O Departamento de Imprensa da Embaixada da URSS considera oportuno comunicar as seguintes e verdadeiras informações a este respeito:

"O Orçamento de Estado da URSS para 1979, aprovado recentemente pelo Soviete Supremo da URSS, patenteia, antes do mais nada, o carácter pacífico do seu desenvolvimento económico. Há três anos seguidos — desde 1977

até 1979 — o montante dos gastos da URSS na Defesa mantém-se nos 17 biliões e 200 milhões de rublos (segundo a cotação oficial, um rublo equivale aproximadamente a um dólar e meio dos EUA). Em 1975, os gastos com a defesa do país constituíram 8,1 por cento do Orçamento de Estado; em 1976, 7,7 por cento; em 1977, 7,1 por cento; em 1978, 7 por cento e em 1979, está previsto reduzir estes gastos para 6,4 por cento. A União Soviética é a única grande potência que não aumenta o seu orçamento militar.

Ao mesmo tempo, só com a construção habitacional, está previsto gastar, em 1979, 17 biliões e 500 milhões de rublos, o que significa que, este ano, onze milhões de pessoas

poderão mudar-se para novos apartamentos. Com a construção de escolas, hospitais, a manutenção das crianças nos estabelecimentos de educação, saúde pública e as pensões de reforma e subsídios serão gastos 110 biliões de rublos.

O Orçamento de 1979, assim como o de todos os anos precedentes, prevê concessões de fundos para a elevação do bem-estar popular. Concretamente, em todos os pontos do país, serão elevados os salários e vencimentos dos empregados na esfera não produtiva".

Lisboa, 23 de Março de 1979
O Departamento de Imprensa da Embaixada da URSS

Discurso do camarada Álvaro

Camaradas:

Nos locais de trabalho defendendo o salário e o pão, na Reforma Agrária defendendo a terra e os bens colectivos e semeando e produzindo, em toda a parte defendendo o bem precioso das liberdades, na Assembleia da República e nas ruas, nas autarquias trabalhando para resolver os problemas da população, nas zonas inundadas participando no salvamento, no acolhimento de desalojados, na recolha e distribuição de solidariedade, em toda a parte onde se pode trabalhar, actuar, elevar a voz em defesa do povo e da democracia, aí estão e estarão sempre os comunistas.

O PCP é o partido nascido do povo e que existe apenas para servir o povo.

O PCP está sempre ao lado dos trabalhadores, ao lado do povo, no seu trabalho, nos seus problemas, nas suas dificuldades, na sua luta, nos momentos de dificuldades e perigos e também nas horas de festa e alegria.

Por tudo isso, a todos os camaradas e amigos que trabalharam e contribuíram para o sucesso desta magnífica Festa da Primavera, assim como a todos os que nela participam, transmito, com votos de boa saúde, bom trabalho e felicidade, as saudações calorosas e fraternais do Comité Central do Partido Comunista Português.

1. A demissão de F. do Amaral e a ofensiva contra a Reforma Agrária

A crise política agora em curso tem causas profundas que a determinaram. Veio a transformar-se numa crise do Governo com a discussão e rejeição das propostas de lei do Orçamento e do Plano. Mas, no seu desenvolvimento recente, afectando as atitudes dos partidos e dos órgãos de soberania, foi iniciada com o pedido de demissão do secretário de Estado da Estruturação Agrária e dirigente do Partido Popular Monárquico, Ferreira do Amaral.

Em condições normais, a saída do Governo da República Portuguesa de um secretário monárquico não mereceria mais barulho do que meia dúzia de linhas nos jornais.

O que determinou então que essa demissão tenha tido tamanhas repercussões políticas?

As profundas repercussões políticas do pedido de demissão do secretário de Estado da Estruturação Agrária, resultou antes de mais do facto de que essa demissão é o desfecho natural dos estragos da sua própria política de ilegalidades e violências contra os trabalhadores, contra a Reforma Agrária, contra a agricultura e a economia nacional e é também o resultado da onda de indignação e de protestos de massas populares bem expressa na luta heroica dos trabalhadores da Reforma Agrária e nas gigantescas manifestações dos dias 10 e 17.

Quaisquer que tenham sido no concreto e no imediato os factos que determinaram o pedido de demissão do secretário de Estado, uma coisa é absolutamente certa. Esse pedido de demissão confirma que a política arbitrária, ilegal e violenta do MAP contra a Reforma Agrária, encontra resistência crescente não apenas nos trabalhadores directamente interessados, mas nos mais variados sectores da sociedade e nos próprios órgãos de soberania.

Essa política tem feito e pode ainda fazer muito mal. Mas acabará por ser sustida e derrotada e com ela derrotados também os seus responsáveis.

O micro PPM, a mando de Sá Carneiro, num comunicado (no mais puro estilo fascista) ataca o Presidente da República de «ceder às pressões do PCP» e não deixar o Amaral «concretizar a Reforma Agrária autêntica».

No dia 21, retomando quase literalmente essas acusações, Sá Carneiro confirma implicitamente ter sido o inspirador da nota provocatória do PPM.

Estes métodos de chantagem e golpadas não escondem que o pedido de demissão de Ferreira do Amaral é uma confissão do fracasso da política de ofensiva contra a Reforma Agrária do Governo Mota Pinto/PPD.

Muitas vezes em grandes manifestações, os trabalhadores da Reforma Agrária gritaram: «A luta continua, Amaral para a rua!». A luta continuou e o Amaral desandou.

E que ninguém duvide. Qualquer outro secretário de Estado que prossiga a mesma política ilegal e arbitrária, poderá fazer mal, mas acabará por ir para a rua.

O Governo Mota Pinto/PPD e as forças reacçãoárias afirmam que a acção do MAP na zona da Reforma Agrária tem sido ditada pela decisão de aplicar a lei, pela decisão de fazer respeitar a legalidade.

Em primeiro lugar é necessário lembrar que se trata da lei Barreto, a lei da Reforma Agrária, a lei que visa a liquidação das UCPs e Cooperativas e a restauração dos latifúndios, a lei celerada aprovada na Assembleia da República por proposta do PS e pelos votos do PS e do PPD contra os votos do PCP.

Lutamos e lutaremos para que essa lei maldita seja rectificadora o mais rapidamente possível (e para isso o grupo parlamentar do PCP depôs uma proposta na Assembleia da República) e para que seja finalmente revogada e substituída por uma verdadeira lei da Reforma Agrária.

Em segundo lugar, o MAP não se tem limitado a aplicar a lei Barreto. Ele recusa aplicar as raras disposições da lei favoráveis à Reforma Agrária, viola muitos dos seus preceitos, pratica toda a espécie de arbitrariedades e de ilegalidades.

Dá reservas a quem não tem direito a elas, e por vezes duplicadas e triplicadas. Concede pontuações superiores às permitidas pela própria lei Barreto. Entrega aos agrários gado, máquinas, alfaias, produtos, em muitos casos verdadeiros roubos às UCPs e Cooperativas. Corta o crédito agrícola às UCPs e Cooperativas procurando estrangulá-las financeiramente. Não paga as dívidas do Estado. Tira às UCPs e Cooperativas cortiça que legitimamente lhes pertence. Impede o aproveitamento florestal. Cria dificuldades à construção de barragens.

As ilegalidades são tantas que quase deixou de ser possível a sua anotação.

E toda esta política é realizada com o apoio de enormes forças militarizadas, com violência e brutalidade, com espancamentos de homens, mulheres e crianças, com procedimentos indignos e inadmissíveis no Portugal de Abril.

O Alentejo tem sido particularmente atingido pela ofensiva contra a Reforma Agrária.

Mas também no Ribatejo, no distrito de Santarém, os trabalhadores conhecem o que significa essa ofensiva.

O MAP multiplica as reservas. Baixa a pontuação das herdades para depois anular a expropriação, como sucedeu na Quinta de S. João, em Alpiarça.

E assim já destruiu 6 UCPs/Cooperativas no distrito de Santarém («Unidos do Sorraia» e «Unidos Venceremos» no Couço, «Martines» e «Trabalho e Paz» em Coruche, «Casal do Telhado» e «Carregal Fundeiro» em Abrantes).

Quero aqui transmitir aos trabalhadores agrícolas da Reforma Agrária e aos pequenos e médios agricultores e seareiros do distrito de Santarém o total apoio e a solidariedade do CC do PCP, com a certeza de que, por muitas vezes que o mundo dê, a Reforma Agrária triunfará.

E triunfará porque corresponde aos interesses dos trabalhadores, do povo, da agricultura, da economia nacional.

Enquanto os trabalhadores da Reforma Agrária, defrontando a repressão, levam a cabo campanhas de produção e fazem esforços sobre-humanos e heróicos para semente, para cultivar, para diversificar as culturas, para aumentar as cabeças de gado, para aumentar a área de regadio — o MAP entrega terras para ficarem de novo abandonadas, lança milhares de trabalhadores para o desemprego, entrega gados que são abatidos ou vendidos ao desbarato, inutiliza produções, cria um ambiente de insegurança, de instabilidade e de repressão que impede o prosseguimento normal dos trabalhos agrícolas.

A política do MAP é um verdadeiro crime contra os trabalhadores, contra a Reforma Agrária, contra a agricultura, contra a economia.

O Governo acusa o PCP de se opor à aplicação das leis.

Verdade é que é a reacção e o Governo Mota Pinto/PPD que desrespeitam e violam as leis e é o PCP que reclama que seja respeitada a legalidade democrática, começando pelo respeito da lei fundamental do país que é a Constituição.

O PCP sempre esteve e estará ao lado dos trabalhadores contra os exploradores e parasitas. Sempre esteve e estará pela liberdade contra a opressão, pela verdade contra a mentira, pelo Portugal de Abril, contra as forças tenebrosas do passado fascista.

A reacção odeia o PCP porque sabe que o PCP apoia os trabalhadores e tem o apoio dos trabalhadores.

Porque sabe que o PCP será sempre consequente com os objectivos e os ideais libertadores que têm inspirado a luta de gerações de comunistas desde a criação do Partido há mais de 50 anos.

Odeia o PCP, porque, ao lançar a ofensiva contra a Reforma Agrária, proclamava que, com essa ofensiva, o PCP perderia influência na zona da Reforma Agrária e os factos mostram que, ao contrário do que pretendia a reacção, a influência e os efectivos do PCP aumentam cada dia mais, porque o PCP é o único partido que defende consequente e abnegadamente os interesses dos trabalhadores e a Reforma Agrária, grande conquista do Portugal de Abril.

As ilegalidades e arbitrariedades são nulas por natureza.

O PCP lutará até que as decisões arbitrárias e ilegais do MAP sejam rectificadas, até que as terras, os gados, as máquinas, as instalações arcaicas ilegalmente aos trabalhadores sejam de novo entregues às UCPs e Cooperativas.

O PCP luta e lutará igualmente na defesa dos pequenos e médios agricultores, rendeiros e seareiros, apoiando as suas justas reivindicações, designadamente aqui no distrito de Santarém, a reivindicação da remissão de terras dos agricultores de Casais Velhos, Gatinhira, Courelas Novas e Gagos (em Almeirim), Foros de Almada (em Benavente), Várzea, Califórnia e Fazendas Velhas (em Salvaterra de Magos).

O PCP luta e lutará para que as terras do distrito expropriadas e nacionalizadas mas que se encontram ainda nas mãos dos agrários (25 000 ha na Chamusca e em Coruche) sejam entregues aos pequenos agricultores e aos assalariados agrícolas.

A Reforma Agrária, com a liquidação dos latifúndios, é uma exigência económica, social, política, nacional e histórica. Não há forças capazes de impedir que ela se realize.

O PCP luta e lutará até que seja completamente realizada a Reforma Agrária, que liquide definitivamente os latifúndios e entregue de uma vez para sempre em usufruto perpétuo de pais para filhos, a terra a quem a trabalha.

2. O Governo Mota Pinto/PPD e a sua missão reacçãoária

O Governo Mota Pinto/PPD não é um governo normal. Foi formado à margem das fórmulas constitucionais. Desde o início não teve apoio parlamentar maioritário. A sua composição política não tem qualquer ligação com a votação do eleitorado. É um governo de ocasião, um governo de recurso, e que por isso se deveria ter mantido dentro dos limites dum gesto dos negócios correntes e não entrar, nas zonas mais conflituosas e controversas da sociedade portuguesa.

Sucedem, porém, precisamente o contrário. Não é só contra a Reforma Agrária que o Governo Mota Pinto/PPD tem desenvolvido uma feroz ofensiva. É contra todas as outras conquistas da revolução.

O Governo Mota Pinto/PPD declarou também guerra às nacionalizações, que entretanto tinha estrita obrigação de respeitar, porque a Constituição as declara «irreversíveis».

Deu luz verde para a criação de empresas privadas em sectores nacionalizados. Preparou a entrega da gestão de empresas nacionalizadas ao capital privado. Elaborou um plano de entrega aos capitalistas das participações do Estado mesmo quando maioritárias. E levou a cabo uma política de discriminações contra as empresas nacionalizadas e a favor do capital privado, com vistas a inviabilizar as nacionalizações e a preparar a sua reprivatização.

O que o Governo Mota Pinto/PPD pretende (tal como toda a reacção) é a liquidação das nacionalizações e a restituição final dos sectores e empresas nacionalizadas aos antigos grupos monopolistas. Aos Mellos que já estão de novo a apossar-se de importantes recursos e empresas. Aos Espírito Santo, aos Pinto de Magalhães, aos Champalimaud e outros que tais, responsáveis, tanto como Salazar, tanto como os pides pela miséria e o terror de 50 anos de fascismo.

É para estes declarados inimigos do Povo português que a reacção e o Governo Mota Pinto/PPD trabalham. A restauração do poder do capital monopolista e dos agrários é o objectivo da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

O sr. Champalimaud esteve recentemente em Portugal vomitando ódio contra o 25 de Abril, contra a democracia.

Se mandasse em Portugal (disse ele) destruiria pela força a Constituição e as leis feitas ao abrigo da Constituição. É o Champalimaud que o diz e é o que pensam o PPD/Sá Carneiro, o CDS e outras forças reacçãoárias. É a voz pura do fascismo.

Pois é a estes odiosos magnates, que têm fortunas de milhões de contos e sonham afogar em sangue as liberdades do povo, que o Governo Mota Pinto/PPD entrega milhões de contos de indemnizações e financiamentos e quer entregar de novo as fábricas e empresas nacionalizadas.

Defender as nacionalizações (tal como defender a Reforma Agrária) é defender a liberdade e a democracia, é cortar o caminho ao fascismo, à reacção, ao grande capital, àqueles que pretendem apagar o 25 de Abril da História e tornar de novo Portugal um grande campo de concentração.

A ofensiva contra a Reforma Agrária e contra as nacionalizações, é inseparável da ofensiva brutal contra os interesses e direitos vitais dos trabalhadores, da intensificação brutal da exploração, da baixa do nível de vida, do congelamento dos salários e do atraso no seu pagamento, dos aumentos constantes dos preços, dos despedimentos e do desemprego, das crescentes discriminações relativas às mulheres e aos jovens, das dificuldades a que são votados reformados e deficientes.

Os acontecimentos mostram bem que as forças reacçãoárias, o grande patronato, os grandes agrários e o Governo Mota Pinto/PPD como seu instrumento têm procurado anular totalmente o melhoramento das condições de vida alcançado com o 25 de Abril e reduzir de novo à miséria o Povo português.

E não são só os trabalhadores assalariados a sofrerem com esta política. Sofrem também os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, a cujos problemas o Governo não dá solução.

Diz a reacção que Portugal precisa de diminuir os consumos para equilibrar a economia. Mas, se a situação económica exige que se reduzam os consumos (e isso até é verdade), então que comecem por reduzir-se os consumos daqueles que consomem mais — dos capitalistas, dos grandes proprietários e também dos membros do Governo, sempre prontos a apertar o cinto a quem trabalha e a encher o cofre a quem nada faz.

O Povo português não aceita que, ao mesmo tempo que se reduz de novo o povo à miséria, se aumentam os lucros dos capitalistas, se concedam financiamentos de centenas de milhares de contos ao patronato sabotador e se continue com o escândalo das indemnizações com que se pretende meter no bolso dos multimilionários centenas de milhões de contos que, mobilizados para o desenvolvimento económico, poderiam em pouco tempo transformar radicalmente a situação e permitir o melhoramento das condições de vida do Povo português.

O que continua a passar-se com as empresas intervencionadas confirma que, em toda a sua política, o Governo só tem uma preocupação e um objectivo: entregar de novo Portugal aos capitalistas, aos agrários, ao imperialismo.

Talvez estejam aqui presentes trabalhadores da MD que podem confirmar as minhas palavras. Os trabalhadores da MDF trabalharam e lutaram heroicamente pela sobrevivência da empresa. Conseguiram resolver complexos problemas da produção do mercado de carteira de encomendas. Estudaram e apresentaram projectos de reconversão.

Mas os últimos governos têm fingido ignorar tudo isso e agora o Governo Mota Pinto/PPD põe a faca ao peito (ou falência ou entrega!) planeia a desintervenção e a entrega da empresa aos Duarte Ferreira com séria ameaça para os postos de trabalho. Os trabalhadores Moali do Gartaxo (e talvez aqui se encontrem presentes alguns) podem também confirmar que o Governo Mota Pinto/PPD põe igualmente a faca ao peito dos trabalhadores: ou a falência ou a entrega ao capital privado.

Não. Não é para equilibrar a economia que a reacção e o Governo Mota Pinto/PPD, seu instrumento, tem intensificado e procura intensificar ainda mais a exploração do povo trabalhador.

O objectivo dessa política é permitir de novo elevados lucros aos capitalistas, estimular de novo a acumulação de capitais, entregar de novo a economia portuguesa aos grandes senhores de capital e da terra.

Com tal política os escândalos começam a vir à luz como cogumelos.

O Governo Mota Pinto/PPD não é só um Governo a fórmula não constitucional. Não é só um Governo a recuperação capitalista, latifundista e imperialista. É também o Governo da acção ilegal, da incompetência técnica, da mistificação política, da irresponsabilidade cívica, da mentira sistemática, do escândalo arvorado em prática governativa.

Que sucedeu com o vinho? Sem estudo da situação e sem ouvir os agricultores para favorecer negociações o Governo decidiu a importação de 800 mil hectolitros de vinho no valor de 1 milhão de contos, o que levou à paralisação do escoamento de grande parte do vinho nacional, ameaçando de ruína muitos pequenos e médios agricultores.

Que sucedeu com a batata de semente? Concedeu-se a importação de grandes importadores e especuladores o que representou considerável aumento do preço para os agricultores. E foi preciso que os agricultores e particularmente a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) desmascarassem a situação e exigissem um inquérito, para que a batata voltasse a ser fornecida directamente às cooperativas e aos agricultores.

Que sucedeu com o Pão de Açúcar? A história começa com o actual Primeiro-Ministro Mota Pinto, quando ministro do Comércio. Então assinou um acordo secreto com a Sociedade Pão de Açúcar, brasileira. Depois cedeu ilegalmente ao patronato sabotador 20% das posições do Estado, que detinha em 51%. Depois reduziu os preços a níveis não permitidos por lei. Depois, por resolução do Conselho de Ministros, meteu no bolso dos brasileiros a bagatela de 3 milhões de contos. E finalmente, para entregar o mercado ao Pão de Açúcar, decidiu ilegalmente (porque a competência pertence às Câmaras Municipais) a abertura aos sábados, tirando a «semana inglesa» empregados e causando enormes prejuízos aos pequenos e médios comerciantes independentes.

Que sucedeu com Xavier de Lima? O Prouença foi seu advogado e agora é ministro? Pois agora o Governo Mota Pinto/PPD alarga ao patronato sabotador o prazo para apresentar proposta de saneamento financeiro.

Que sucedeu com a Torralta? Sem se saber bem como foi-lhe concedido o jogo e é necessário que o Governo esclareça se o mesmo Prouença tem ou não laços de família que possam explicar a preferência?

O caminho do arbítrio e da legalidade de um Governo é inevitavelmente o caminho da corrupção. E o caminho da corrupção é o caminho da legalidade.

Quando um Governo realiza uma tal política, as liberdades do povo e os critérios democráticos acabam por ser para ele sérios obstáculos e, sobretudo, a liberdade de informação e a informação dos grandes meios de comunicação social do Estado.

Por isso o Governo Mota Pinto/PPD pela mão do seu ministro Prouença, procedeu ao assalto da RTP, da RDP e de outros meios de comunicação social, procurando eliminar o que aí resta de respeito pela verdade e de espírito democrático, permitindo a volta a casa de livro antigamente, e tornando os meios de comunicação paga com o dinheiro do povo um instrumento da propaganda da reacção e do fascismo.

Na RDP à ponte 25 de Abril chamam a «Ponte sobre o Tejo» e a RTP emite um programa em que, num anúncio teatral fascista, aparece o distico da «Ponte Salazar» com um comentário acerca do seu possível restabelecimento.

A política do Governo Mota Pinto/PPD é contra o regime contra a legalidade democrática, contra a Constituição.

No quadro do ataque global da reacção contra o regime democrático, a missão do Governo Mota Pinto/PPD foi intensificar a acção violenta contra os trabalhadores, contra as conquistas da revolução e criar desde já, na prática governativa, uma situação inconstitucional para facilitar e justificar a revisão inconstitucional da Constituição.

O PCP desmascarou esta política e os seus objectivos. Empreendeu a luta contra a acção inconstitucional e ilegal do Governo Mota Pinto/PPD. Exigiu que fossem respeitados os direitos e liberdades dos trabalhadores, as conquistas da revolução, legalidade constitucional. Reclamou que o Governo Mota Pinto/PPD fosse demitido a fim de dar lugar a um governo democrático.



Varo Cunhal em Santarém

Creio poder afirmar que a posição e orientação do PCP foi compreendida e seguida e que a reclamação da demissão do Governo Mota Pinto/PPD corresponde aos sentimentos das massas populares e de vastíssimos sectores da opinião democrática.

3. A ofensiva global da reacção e a operação desestabilizadora

Para o Povo português é absolutamente claro o voto dos deputados do PCP na Assembleia da República contra as propostas de lei do Orçamento e do Plano do Governo Mota Pinto/PPD.

A posição do PCP em relação ao Governo Mota Pinto/PPD é conhecida há muito tempo: este Governo é uma peste, não serve, é necessário atirá-lo abaixo e arranjar outro melhor.

O que está menos claro para muitos portugueses é a razão por que os deputados do PPD não apoiaram o Governo e os deputados do PS não votaram contra ele.

De facto, pode perguntar-se: por que razões sendo o actual Governo um Governo PPD, como o nosso partido tem afirmado, um Governo inspirado e apoiado pelo PPD, um Governo ao serviço do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo, por que razões Sá Carneiro transformou o pedido de demissão de Ferreira do Amaral num ultimato ao Presidente da República e numa crise do Governo, se negou depois a aprovar na Assembleia o OGE, deixou que o Governo ficasse em minoria e procura assim neste momento preciso a desestabilização da situação política.

Por cinco razões fundamentais:

Primeira: O PPD/Sá Carneiro, ponta-de-lança da reacção, procura a desestabilização política, porque vê enfraquecer dia a dia a posição do seu Governo (ao nível das massas e dos outros órgãos de soberania) e diminuir a possibilidade de, no quadro das instituições, manter no mesmo ritmo a ofensiva contra as conquistas da revolução e as actuações inconstitucionais e ilegais.

O pedido de demissão de Ferreira do Amaral souo para a reacção como um sinal de alarme. A política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista causa estragos mas tem dificuldade em avançar. E a direita não está tão segura no poder como parece.

Segunda: O PPD/Sá Carneiro, procura a desestabilização, porque vê que o PPD começa a pagar os custos políticos da odiosa política antipovo do Governo Mota Pinto e compreende que, na medida em que esta situação se prolongar, o PPD sofrerá o desgaste da política do Governo e pode ver reduzir-se a sua base de apoio social e o seu eleitorado.

E por considerações desta natureza que Sá Carneiro, na Assembleia da República, atacou demagogicamente o Governo por fixar em 18% o limite dos aumentos salariais e por pretender o imposto sobre o 13.º mês, quando muito bem sabemos que um Governo PPD sem Mota Pinto faria precisamente o mesmo que o Governo Mota Pinto/PPD.

Terceira: O PPD/Sá Carneiro procura a desestabilização, porque verifica que, ao mesmo tempo que a sua base de apoio e a base de apoio de toda a reacção se está restringindo, aumenta a força, o dinamismo e a capacidade de mobilização do movimento operário e popular, designadamente do PCP, revelando uma deslealdade para com a campanha da democracia e para a defesa das conquistas da revolução, de camadas e sectores muito amplos da população que ainda não há muito constituíram um apoio social e político dos partidos da direita.

Quarta: O PPD/Sá Carneiro procura a desestabilização porque sabe que, se o jogo das instituições é respeitado, se as futuras eleições têm lugar em condições de liberdade e democracia, se a revisão constitucional se fizer nos termos constitucionais e legais, o PPD não alcançará os resultados que a sua ambição pretende, os partidos reaccionários sofrerão nova derrota eleitoral, o Povo português votará novamente na democracia e o regime democrático consagrado na Constituição será confirmado pelo sufrágio, comprometendo, talvez de uma vez para sempre, os planos da contra-revolução.

Além destas quatro razões fundamentais, pode ainda apontar-se uma quinta razão, de carácter conjuntural: a visita do Presidente da República a três países socialistas e a vontade de sabotar essa visita, primeiro transformando o pedido de demissão de Ferreira do Amaral numa crise de Governo nas vésperas da partida do Presidente e depois agudizando a crise na sua ausência.

Por todas estas razões, a reacção - designadamente o PPD/Sá Carneiro, sua ponta-de-lança, desenvolve esta nova operação desestabilizadora e golpista que, como se vê, não é um sinal de força, mas de impaciência, nervosismo, precipitação e fraqueza.

Por todas essas razões a reacção procura com desespero um de dois resultados:

- ou ainda (através de um comprometimento directo do Presidente da República numa acção governativa dirigida efectivamente pelos partidos reaccionários) um apoio de força militar para o Governo continuar e mesmo intensificar a sua política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista com o uso do arbítrio, da ilegalidade e da violência;

- ou uma crise de Governo apresentada como uma crise das instituições, preparando um golpe de Estado, declarado ou disfarçado.

Lendo ou ouvindo as declarações dos chefes e chefinhos dos partidos reaccionários e a peçonha da imprensa fascista, fica claro, sem qualquer sombra de dúvida, que a reacção pretende liquidar de facto as conquistas da revolução, violando brutalmente a Constituição.

Assim, por exemplo, no debate das leis do OGE e do Plano, o CDS propôs emendas, exigindo a reprivatização de grande parte das empresas sob controlo estatal, a abertura de sectores nacionalizados (designadamente da banca e dos seguros) às empresas privadas, a devolução ao patronato saboteador de todas as empresas em autogestão e intervencionadas.

E tanto o CDS como o PPD exigiram que essas leis consagassem já, não a organização económica definida na Constituição, mas um novo «modelo económico», ou seja o do capitalismo monopolista, e se conformassem assim, não com a Constituição como é obrigatório, mas com o projecto de revisão inconstitucional da Constituição, que a reacção pretende.

O que a reacção exige é que desde já, antes ainda da revisão da Constituição, se estabeleça de facto um poder anticonstitucional, uma nova ditadura.

E como a experiência mostra que uma tal política esbarra com obstáculos intransponíveis no quadro do regime democrático - a oposição de um povo que goza de liberdade e o funcionamento das instituições - a reacção, designadamente o PPD/Sá Carneiro, lança nova golpista desestabilizadora.

Usando da *chantage* e ultimatums políticos, da diversão ideológica e psicológica e de muito variadas pressões, a reacção pretende que o Presidente da República dê apoio formal, directo, declarado e público (e com o seu apoio o apoio das Forças Armadas) a uma política de violação da Constituição e da legalidade democrática.

Os planos e intenções da reacção, designadamente de Sá Carneiro, podem traduzir-se da seguinte forma:

Ou o Presidente abandona o propósito de que os problemas políticos se resolvam no quadro constitucional e institucional, e se sujeita a ser um pião na conspiração liderada pelo PPD/Sá Carneiro contra a democracia, ou então a reacção tudo fará para provocar uma crise, não já do Governo, não já da Assembleia da República mas do órgão de soberania - Presidente da República.

É sabido que o PCP foi o único dos grandes partidos que não apoiou a candidatura do general Eanes, nem votou nele. É sabido que existem profundas divergências entre a política e as soluções que o PCP defende e orientações muitas vezes expressas pelo Presidente.

Mas continuamos a pensar que a estabilidade do órgão de soberania Presidente da República é necessária à defesa do regime democrático e que a desestabilização desse órgão de soberania só poderia facilitar os planos de conspiração e de golpe das forças reaccionárias, designadamente do PPD/Sá Carneiro.

Esta nossa posição não agrada naturalmente à reacção. Ela provoca constantemente o PCP a atacar o Presidente da República e incita constantemente o Presidente a atacar o PCP.

Pela nossa parte, examinamos a situação com sangue frio, olhando aos interesses do Povo português e à necessidade da defesa do regime democrático.

É a reacção que está interessada na desestabilização e no impasse das instituições para criar as circunstâncias favoráveis para golpes de força ou pronunciamientos.

Os trabalhadores portugueses, o Povo português, as forças democráticas, estão interessadas na estabilidade do regime democrático.

Por isso o nosso Partido, ante o aprofundar da crise do Governo Mota Pinto/PPD insiste em que a solução deve ser obrigatoriamente procurada no quadro da Constituição e da legalidade democrática.

4. A derrota do Governo Mota Pinto/PPD e a alternativa democrática

A derrota do Governo Mota Pinto/PPD na Assembleia da República é o acontecimento que está no centro da vida política nacional no momento presente.

Esse governo autoritário, instrumento do grande capital e dos agrários e inimigo dos trabalhadores e da população laboriosa, sofreu uma derrota de que não mais poderá recompor-se.

Com os votos contra dos 40 deputados do PCP e os de alguns outros deputados, abandonado à última hora pelo PPD, contando apenas com os votos do CDS, o Governo apareceu como realmente é: um Governo cuja pesporrência é inversamente proporcional à sua própria força e cuja incompetência é directamente proporcional à sua arrogância.

O Povo português e as forças democráticas mostram estar em condições de dizer não a um governo de direita. É necessário criar condições para que possam dizer sim a um governo democrático formado com o seu apoio.

Qual o significado desta derrota do Governo Mota Pinto/PPD?

Em primeiro lugar, a derrota do Governo é consequência do grande movimento popular de protesto e indignação contra a sua política e contra as suas arbitrariedades e ilegalidades.

Nos dias 10 e 17 massas imensas ergueram a sua voz e gritaram «A luta continua, Mota Pinto para a rua!». No dia 22 o Governo foi colocado em minoria na Assembleia, em tais condições que, se tiver uma réstia de brio, vai-se mesmo embora.

O facto de o Governo ter sido derrotado na Assembleia da República constitui uma grande vitória dos trabalhadores e das massas populares e, em grande parte, o resultado da sua luta heróica.

Em segundo lugar, a derrota do Governo é a derrota da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e daqueles que a defendem.

Tal como aconteceu com o Governo PS sozinho aliado de facto à direita, tal como aconteceu com o Governo do casamento contranatura PS-CDS, tal como aconteceu com o Governo Nobre da Costa - o que levou o Governo Mota Pinto/PPD ao fracasso, ao isolamento e finalmente à derrota, não foram rivalidades, ambições e tricas (que pesam mas não decidem dos acontecimentos), mas a sua política antioperária e antipovo, a política de recuperação capitalista e as suas consequências nefastas para o bem-estar do Povo português e para a economia nacional.

No regime democrático português, qualquer outro governo que realize a mesma política fracassará igualmente e acabará por cair.

Em terceiro lugar, a derrota do Governo Mota Pinto/PPD confirma que um governo fora dos esquemas constitucionais normais, um governo formado à margem dos partidos e sem apoio parlamentar e popular, não tem condições para uma longa vida e é permanentemente um factor de instabilidade.

No regime democrático português, qualquer outro governo criado em bases semelhantes está condenado a isolar-se social e politicamente e a ser derrotado.

Em quarto lugar, a derrota do Governo Mota Pinto/PPD mostra que as golpistas representam sem dúvida perigos para a democracia, mas podem levar os golpistas a sérios desaires.

Sá Carneiro começando por jogar forte na *chantage* (ou o Presidente dava «imediate e publicamente apoio expresso e activo» ao Ferreira do Amaral ou o PPD retirava o apoio ao Governo), foi colhido na dinâmica da própria *chantage*, perdeu a capacidade de manobra, meteu-se num beco sem saída e acabou por espalhar-se numa abstenção que deixou o seu próprio Governo Mota Pinto desamparado e o grupo parlamentar do PPD esfrangalhado.

No regime democrático, o golpismo está cada vez mais desacreditado e acabará por ser isolado e banido da vida política nacional.

Depois desta derrota, o Primeiro-Ministro e o seu Governo só têm uma coisa a fazer: pedir a demissão.

É isto de tanto assim aos olhos da opinião pública que, quando o Governo foi derrotado na Assembleia, o povo não disse «foi derrotado», mas «foi derrubado».

Entretanto aqueles mesmos que se abstiveram, embora interessados em que o Governo passasse, querem agora levantá-lo do chão para que continue em funções.

O PPD/Sá Carneiro ameaça o Governo das responsabilidades que toma se se demitir. E o secretário-geral do PS diz que o Governo deve continuar apresentando novo orçamento.

O PS tem medo das eleições e julga que, prolongando-se um Governo impopular, o PS pode ganhar eleitores fazendo oposição.

Estes critérios eleitoralistas nada têm a ver com os interesses do povo e do país e representam uma profunda ilusão para o próprio PS.

Se, por hipótese, o Governo nem é demitido nem pede a demissão e se o PS continua a deixar passar o Governo Mota Pinto/PPD, fica irresponsabilizado na sua actuação e não deve ter dúvidas de que tal atitude não leva o PS a ganhar votos, mas a perdê-los.

Além do mais, se este Governo se mantivesse, nada resolveria. Continuar a agravar a situação económica, social e política e, dentro de pouco tempo, estalaria uma nova crise.

Ante a possibilidade iminente da demissão do Governo, conspiradores e golpistas desenvolvem febris actividades com vistas a tentarem soluções inconstitucionais.

Uma vez mais, no momento de crise cuja causa básica é a política de recuperação capitalista, a reacção procura deduzir que o mal é do regime democrático e concluir daí que a solução tem de ser à margem do regime, tem de ser uma solução anticonstitucional, ou seja, um golpe de Estado, declarado ou encapotado.

Mas as soluções existem e é o regime democrático, é a Constituição, que indicam quais as soluções possíveis.

O PS procura justificar a sua atitude de «deixar passar» o Governo dizendo: o Governo é mau, mas não existe alternativa.

A esta justificação, o PCP responde: existe, no quadro das instituições, uma alternativa democrática para o Governo actual e para a política actual.

No quadro das instituições, há duas saídas possíveis. Primeira: um governo com maioria parlamentar.

Na Assembleia da República continua a haver uma maioria absoluta de deputados comunistas e socialistas.

Se o PS, em vez de se entender com a direita como tem feito sistematicamente, se entendesse (de forma adequada) com o PCP e outras forças e sectores democráticos, existiria uma base para examinar as possibilidades dum plataforma de acção (comum ou coincidente) para a formação de um governo democrático com maioria parlamentar até às eleições para a Assembleia da República de 1980.

O PCP está pronto a examinar com o PS e com todos aqueles que querem defender a democracia as possibilidades de entendimento para alcançar tal objectivo.

É certo que, na formação do governo, intervêm outros

órgãos de soberania, designadamente o Presidente da República.

Mas, se os dois partidos democráticos, que têm maioria na Assembleia, se entendessem acerca de uma solução, tal entendimento constituiria um factor que poderia pesar de forma determinante na formação e nas características de um novo governo.

E se tal saída não for possível?

Nesse caso resta ainda, nos tempos próximos pelo menos, uma segunda saída: a dissolução da Assembleia da República e eleições antecipadas no prazo legal máximo de 90 dias.

O PPD/Sá Carneiro reclama insistentemente eleições antecipadas, mas está muito menos seguro do resultado do que parece.

Nas futuras eleições para a Assembleia da República (antecipadas ou não) temos confiança em que os partidos reaccionários serão novamente derrotados, o povo votará novamente na democracia e o PCP aumentará substancialmente (estamos certos) o número dos seus deputados, condição essencial para assegurar a continuidade do regime democrático e conseguir finalmente uma viragem à esquerda.

O Povo português está farto de pacotes, de agressões e violências contra as conquistas de Abril, da subida do custo de vida, dos despedimentos e desemprego, da fascistagem a tomar conta dos meios de comunicação social do Estado.

O Povo português está farto de governos ao serviço dos capitalistas e agrários, está farto de golpes e golpistas, de conspirações e ameaças à democracia.

O Povo português quer trabalhar e viver em paz, em tranquilidade, na democracia portuguesa estabilizada, ao abrigo das provocações e arruaças da recuperação capitalista e latifundista, e das constantes tentativas de desestabilização dos partidos da reacção e designadamente do PPD/Sá Carneiro.

O governo de que Portugal precisa não é um governo que agudize conflitos, provoque confrontos, fomente a incerteza e a insegurança, multiplique a repressão, crie um clima de guerra civil, mas de um governo apaziguador, que até às próximas eleições (antecipadas ou não) evite tomar decisões de fundo nas zonas mais conflituosas da sociedade portuguesa.

O governo de que Portugal precisa é um governo que não crie mais problemas antes resolva os problemas existentes e que, ligado ao povo, confiando no povo e com o apoio do povo, garanta a defesa das conquistas democráticas alcançadas desde o 25 de Abril e o prosseguimento do regime democrático consagrado na Constituição.

A vitória final e definitiva da democracia num país que durante meio século foi tiranizado por uma cruel ditadura fascista, não é tarefa fácil.

Não é fácil, mas será realizada com êxito.

As forças reaccionárias são perigosas e activas, mas a sua base de apoio é cada vez mais reduzida, mesmo nas regiões onde conservam maior influência.

Em Braga, cidade que a reacção quer apresentar como seu feudo, a reacção fez ontem uma grande mobilização regional, mas não conseguiu juntar mais de 3000 pessoas, em contraste com os 30 000 trabalhadores e democratas que, no dia 10, em grandiosa demonstração de força popular, tinham desfilado nas ruas da cidade em defesa das conquistas de Abril.

A reacção manobra, conspira, quer destruir a Reforma Agrária e as outras conquistas democráticas, quer destruir as liberdades e o regime democrático, mas o povo trabalhador está cada vez mais forte, mais organizado, mais unido, mais combativo e confiante a reacção não passará.

Na nossa organização e na nossa unidade está a nossa maior força.

Há que fazer frente às campanhas e manobras divisionistas.

Há que seguir o exemplo dos empregados de escritório do Porto que anteontem (como tem sucedido em dezenas de outros sindicatos) acabam de derrotar os divisionistas da UGT que tinham a direcção do sindicato e de confirmar a vitória da lista unitária!

Temos de nos organizar mais e mais em todos os locais de trabalho, nos sindicatos, nas cooperativas, nas autarquias, em todas as organizações de massas, no Partido.

Temos de nos aproximar, entender, cooperar, lutar, actuar em comum, todos os trabalhadores, todos os democratas, designadamente comunistas e socialistas, todos quantos querem impedir o regresso ao passado fascista e querem assegurar o futuro de Portugal como país livre, democrático e independente, a caminho do socialismo.

Organizados, combativos, confiantes, unidos como os dedos das mãos, avante na defesa e construção do Portugal de Abril!

Avante na defesa dos interesses dos trabalhadores, na defesa da Reforma Agrária, das liberdades e das outras conquistas democráticas, na defesa do regime consagrado na Constituição.

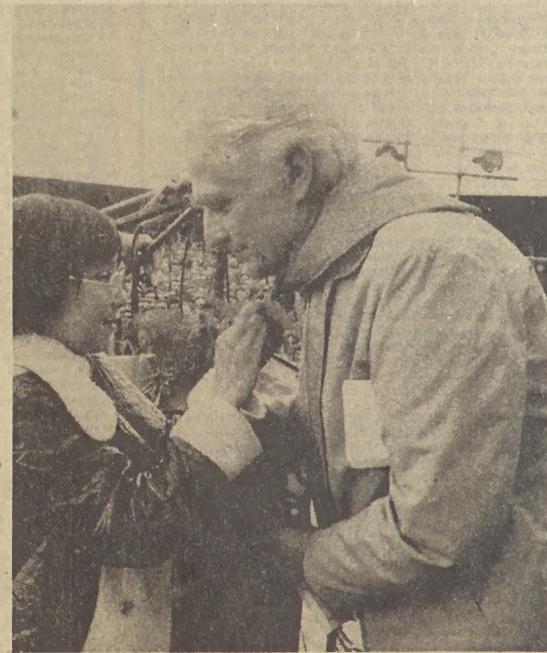
O povo não aceita um governo de direita.

Fora o Governo Mota Pinto/PPD!

Avante por um governo democrático com uma política democrática.

Viva a unidade dos trabalhadores e de todos os democratas!

Viva o Partido Comunista Português!



Festa da Primavera em Santarém

Uma festa que foi um êxito partilhado por milhares de pessoas

Nem a chuva que, no sábado, calu quase ininterruptamente roubou vivacidade à Festa da Primavera, iniciativa da Direcção da Organização Regional de Santarém (DORSA) do PCP, realizada no último fim-de-semana no recinto da Feira do Ribatejo.

Com efeito, aquele contratempo climático não foi motivo de impedimento para que bastas pessoas da cidade e arredores visitassem os pavilhões de artesanato, comessem os sabonos e móbios petiscos à venda nas barracas respectivas ou assistissem aos espectáculos programados, como já sucedera na sexta-feira à noite e como se voltou a repetir, com uma afluência multiplicada, durante todo o dia de domingo.

Na tarde desse último dia realizou-se um comício com a presença de mais de dez mil pessoas e no qual falaram os camaradas Eugénio Pisco e Francisco Garcia, da Comissão Concelhia de Santarém, e o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, cujo discurso publicamos noutra edição.

No final do comício, o camarada Carlos Pinhão, membro do Comité Central, referiu ao nosso jornal que a Festa da Primavera era a festa que faltava em Santarém, nomeadamente pelo carácter popular de que se revestiu e ainda pela grande quantidade de artistas e espectáculos que ali juntou, a troco de um bilhete único para os três dias, relativamente barato.

Aliás, esta mesma ideia era corrente entre as pessoas da região que, comentando a Festa, depois de conhecido o programa, diziam: **Se eles cumprirem tudo o que vem aqui não é nada caro!** E lá estavam, a girar entre os pavilhões ou a engrossarem as bichas que se formavam à entrada dos recintos dos espectáculos.

No sábado, a «noite do fado» foi sensação. E apesar de ter começado já tarde, cerca de uma hora da madrugada, muitos foram os que esperaram a pé firme o início do espectáculo, que se arrastou até altas horas.

Também alguns dos donos dos restaurantes que existem no recinto da Feira contactaram a Comissão Organizadora da Festa inquirindo se existia inconveniente em abrirem naqueles dias. Antes pelo contrário, foi a resposta, já que o restaurante montado pela Organização da Festa certamente não iria responder à afluência de visitantes. Resultado: alguns restaurantes particulares abriram e estiveram cheios, sendo necessário esperar para obter uma mesa.

Também os vendedores ambulantes estiveram presentes. De quinze em quinze dias, coincidindo com a feira de gado que se efectua nos arredores de Santarém, é habitual juntarem-se naquela zona numerosos vendedores. Desta vez aproximaram-se mais do recinto da Festa, e o negócio aumentou.

Do Algarve

Por seu turno também estiveram representadas na Festa da Primavera diversas Organizações Distritais e Concelhias do PCP, com produtos e artigos de

artesano próprios das regiões que representavam.

Assim, enquanto que o Algarve vendia os seus famosos doces de amêndoa e figo, Alcanena fazia-se representar com um tear manual, que atraía as atenções quando estava a trabalhar, e tinha em exposição para venda mantas e outros artigos feitos de trapo.

Rio Maior — onde as opiniões democráticas e progressistas se consolidam cada vez mais — vendia o seu famoso pão-de-ló, enquanto que Peniche vendia peixe fresco, transportado nesse mesmo dia para Santarém.

Muitos outros pavilhões apresentavam outros artigos: não faltavam os produtos da Reforma Agrária, os vidros da Marinha Grande, o artesanato alentejano, os vinhos de Alentejo, para referir apenas alguns exemplos. Mas a grande atracção para todos os visitantes era o pavilhão dos torneiros de madeira de Pernes.

Trabalhar a madeira

A aglomeração era grande junto ao pavilhão. Este facto constituía ainda um motivo para juntar mais pessoas, intrigadas com o que ali se passava.

Frente a um tomo, um homem dava forma a pedaços de madeira que giravam a velocidade vertiginosa, enquanto as aparas saltavam como flocos. Os seus gestos simples, por vezes rápidos, transformavam em poucos minutos os cilindros de madeira



Os trabalhadores da indústria da madeira de Pernes foram «cabeça de cartaz» na Festa da Primavera

encaixados no tomo em cálices, suportes para copos, tigelas e outros objectos, para não falar dos piões, grandes, que faziam a inveja dos mais novos, logo de mão estendida na ânsia de os comprarem.

E perante o olhar atento das dezenas de pessoas que se concentravam ali se «espectáculo» continuava. Um pequeno movimento da goiva e o cilindro de madeira que girava tão depressa como se estivesse parado ganhava, num segundo, uma outra forma.

Num instante as entranhas do cálice eram bastadas. Outro movimento da goiva e surgia num repente o pé do cálice como se lá estivesse estado sempre e só naquela altura as pessoas tivessem a oportunidade de o ver. Desvios mínimos da mão do artista aavam os retoques, só perceptíveis pelas aparas, miúdas, que saltavam. Um último movimento da goiva e o cálice abandonava definitivamente

o bloco de madeira a que tinha pertencido. Mas o trabalho não parava e o tomo só cessava de rodar para que os bocado de madeira em bruto fossem substituídos.

E o espectáculo do labor dos torneiros de Pernes não perdia a sua assistência. Gente de trabalho a admirar gente a trabalhar: uma cena que simbolizava e definia o carácter popular desta bela Festa da Primavera.

Novamente para o ano

Xadrez, cinema, teatro, canções, colóquios, desfile de ranchos foram iniciativas que tiveram durante os três dias da Festa vasta afluência. Alguns nomes bem conhecidos do mundo do espectáculo ali estiveram presentes.

No domingo à noite era difícil andar pelos arruamentos do

recinto, tantas as pessoas que ali circulavam. Mas para que a Festa da Primavera se realizasse muito trabalho houve a realizar. Durante duas semanas os camaradas daquela região dedicaram-se às tarefas da implantação, carregando, construindo, criando um mínimo de organização para que nos três dias da Festa os visitantes não se sentissem defraudados.

E, na verdade, não houve razões para queixas. Falhas lá-í-lá houve certamente, mas no geral não se notaram. Contudo, o camarada Carlos Pinhão não deixou de frisar ao nosso jornal que a experiência deste ano permite melhorar substancialmente a Festa que pensamos repetir todos os anos.

No próximo ano a Festa da Primavera, em Santarém, irá ter de certeza, um aumento de habitantes do distrito, tendo em conta os milhares de pessoas que agora por ali passaram com agrado.



E todos participaram

Mas a Festa da Primavera revelou-se também por outras

Colectividades Populares — uma frente de trabalho a melhorar dentro e fora do Partido

Aprofundar e alargar o trabalho unitário, sem sectarismos de qualquer ordem, nas colectividades populares de cultura, recreio e desporto, através de tarefas bem definidas no interesse das populações, é uma das notas salientes das conclusões aprovadas no último sábado pelos quadros do Partido naquelas colectividades. Reunidos em plenário distrital no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, cerca de meia centena de camaradas expuseram e debateram durante perto de oito horas, os problemas e as perspectivas dessa frente de trabalho, apontando as deficiências e aprovando novos rumos, designadamente no sentido da coordenação unitária do trabalho das colectividades, da ligação ao Partido a essas estruturas e destas às organizações populares de base, ao Movimento Sindical, às autarquias

e na generalidade, a todo o movimento operário e popular.

Verificada a implantação do Partido nessas colectividades do distrito de Lisboa, cujo total ultrapassa um milhão e atinge as centenas de milhares no que respeita ao número de associados, foi sublinhado nas conclusões o que esse facto revela quanto às potencialidades de trabalho existentes nas colectividades populares de cultura, recreio e desporto.

Além das tarefas para o ano corrente, em que as colectividades devem participar (AIC, 2 e 25 de Abril, 1.º de Maio, eleições para as autarquias), foram apontadas no plenário em que participaram, com várias intervenções, camaradas de zonas de Lisboa, Vila Franca de Xira, Santa Iria de Azoia, Paço de Arcos, Loures e Sintra, diversas iniciativas a empreender, designadamente no campo das

relações com a Federação das Colectividades para melhorar a coordenação do trabalho a nível nacional.

Nas conclusões aprovadas e que brevemente serão distribuídas pelas várias organizações do Partido, salienta-se a par de algumas notas negativas, como seja a falta de dados para um balanço — aspecto que deve ser corrigido urgentemente — a importância a atribuir à revisão e actualização dos estatutos das colectividades, a maioria das quais se regem ainda por normas herdadas do fascismo e que são fortemente limitativas e inadequadas ao regime democrático em que vivemos.

A revisão dos estatutos foi considerada — uma direcção de trabalho fundamental — devendo ser criado um grupo de trabalho que estude a questão em todas as suas implicações e apresente propostas concretas e adequadas.

Aniversário do PCP comemorado em Moçambique e no Canadá

O aniversário do Partido Comunista Português foi também comemorado além fronteiras. Em Moçambique, militantes do PCP ali residentes assinalaram a data, tendo assistido ao acto em nome do Comité Central da FRELIMO, o camarada José Ganâncio, que saudou os militantes do PCP, destacando os laços profundos de amizade e solidariedade existentes entre os comunistas portugueses e a FRELIMO, desde há longos anos.

Enalteceu ainda a contribuição dos comunistas portugueses e do povo português à luta dos



O secretário-geral do PC Canadiano (ao centro) participou nas comemorações

povos das ex-colónias. Um militante do PCP leu uma mensagem alusiva ao aniversário do partido.

Também em Montreal e Toronto, no Canadá, militantes e simpatizantes do PCP emigrados naquele país comemoraram o 58.º aniversário. Em Toronto, o Secretário Geral do Partido Comunista Canadiano, camarada William Kashtan e Jean Vateur, do Congresso Canadiano para a Paz, estiveram presentes num convívio em que participaram duas centenas de camaradas e amigos.

Quadros do CLL reúnem em Lisboa

Mais de 300 camaradas, quadros dos secretariados de células de empresas do Comité Local de Lisboa, reuniram-se no passado sábado, num Encontro que teve lugar no Teatro Vasco Santana, em Lisboa. A importância das células do Partido nas empresas, na defesa dos interesses dos trabalhadores, no reforço da organização do PCP e o papel dos comunistas nas estruturas unitárias dos trabalhadores, foram aspectos salientes na discussão que concluiu que a criação e reforço das células de empresa continua a assumir hoje particular importância.

O desenvolvimento da unidade — concluiu-se ainda — e da organização dos trabalhadores em defesa dos seus direitos e interesses, em defesa das suas estruturas de classe, contra a divisão, exigem e requerem uma actividade reforçada e melhorada nas células do PCP nas empresas.

No decorrer do Encontro, que contou com a participação do camarada Bianqui Teixeira, membro da Comissão Política do CC, foi aprovada uma moção de apoio à posição do Partido na Assembleia da República ao reprovar o Plano e o Orçamento e exigindo a demissão do Governo Mota Pinto/PPD.



ENCONTRO DE QUADROS SECRET. DE CÉLULA DE EMPRESA DO COMITÉ LOCAL DE LISBOA. PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Fado de Abril

Na sexta-feira, às 22 horas, realiza-se uma Noite de Fado, na «Voz do Operário», com a participação de duas dezenas de fadistas amadores. Organizado pela SIP da DORL do PCP e pela organização da 1.ª Zona do Comité Local de Lisboa, este espectáculo, decorre sob o lema «Fado de Abril».

Vamos apoiar a UEC!

● «Campanha dos 100\$00» — um novo estilo...

Faça à urgente necessidade de ultrapassar os entraves que as dificuldades financeiras levantam ao alargamento e intensificação da actividade da UEC, decidiu a Comissão Central da organização lançar uma Campanha Nacional de Fundos subordinada ao lema «Vamos apoiar a UEC — campanha dos 100\$00».

Como o leitor já deve ter notado trata-se, na verdade, de um novo estilo de recolha de fundos. Como é? Vejamos: o objectivo fundamental da Campanha, que termina no dia 31 de Maio, é conseguir que o maior número possível de militantes, simpatizantes e amigos da UEC, além de outros democratas, recolham 100\$00 através das contribuições que conseguirem, nomeadamente entre os vizinhos, colegas de escola, amigos, familiares etc.

A Campanha não tem meta «rígida», mas pensa-se que é possível chegar aos 750 contos. E já que se fala de meta é oportuno sublinhar que esta jornada nacional de recolha de fundos vai ser uma autêntica prova de ciclismo... Aqui vai a explicação da Comissão Coordenadora Central da Campanha dos 100\$00: tendo em conta as características da iniciativa, haverá (tal como nas provas de ciclismo) uma classificação individual e uma classificação por equipas. Ao 1.º lugar da individual (camarada que maior número de vezes tenha cortado a meta dos 100\$00) caberá a camisola amarela. Ao 2.º, a camisola verde. Ao 3.º, a camisola azul. A Campanha tem outros atractivos, surpresas e formas de dinamização. De tudo isto falaremos na próxima semana.

Até lá, força no pedal dos 100\$00!

Agenda

Dia 30, Sexta-feira
Queluz, às 21 e 30, nos Bombeiros, organizada por democratas do Queluz (APU) sessão sobre a Constituição com Sousa Marques Blasco Hugo Fernandes ● Almada, Assembleia de Célula dos trabalhadores da Câmara e dos SMAS de Almada.

Dia 31, Sábado
Lisboa, às 9 e 30 no CT Vitória, Plenário sobre Informação e Propaganda ● Porto, em Azevedo (Campanha), às 15 e 30, no Bairro do Lagareiro, comício festa e inauguração do Centro de Trabalho, com o camarada Carlos Costa da Comissão Política do Comité Central ● Montelavar, às 21 horas, sessão sobre o aniversário da Constituição, com o camarada Albano Nunes, do Comité Central ● Lisboa, às 10 horas, plenário dos secretariados das células do sector de Transportes no Centro de Trabalho de Alcântara, com o camarada Bianqui Teixeira, da Comissão Política do Comité Central ● Olhão, às 16 horas, sessão comemorativa do aniversário da Constituição, no Sindicato dos Operários Conservadores, com a camarada Georgette Ferreira, do Comité Central ● Loures, às 21 horas, inauguração do novo Centro de Trabalho, a que se seguirá uma sessão de esclarecimento com o camarada Aurélio Santos, do Comité Central ● Barreiro, às 16 horas, no Centro de Trabalho, assembleia do sector dos Serviços ● Barreiro, às 15 horas, na Cordoaria Nicola, assembleia da célula da Organização da ZAP/Quimigal ● Baixa da Banheira, às 15 horas, no Centro de Trabalho, Assembleia da Organização da Zona de Azotas da célula da Quimigal ● Barreiro, às 10 horas, jornada de confraternização da organização da DSB/Serviços, da célula da Quimigal/Barreiro, havendo futebol de salão nos Leças e às 12 e 30 almoço de confraternização, no Nicola, seguido de intervenção política ● S. Bartolomeu da Serra, às 16 horas, na câmara escolar, sessão de esclarecimento, com o camarada Matos Gago ● S. Domingos da Serra, às 17 horas, na Casa de Convívio de Vale de Água, sessão de esclarecimento, com o camarada Manuel Sobral, membro do CC e da DORS. No final haverá passagem de flores.

Dia 1, Domingo
St.ª Bárbara de Mexe, às 21 horas, sessão comemorativa do aniversário da Constituição, na Sociedade Recreativa Mexense ● Fuzeta, às 13 horas, almoço convívio, organizado pelo Partido e pela UJC ● Olhão, às 16 horas, no Centro de Trabalho, projecção de filmes infantis ● Cova da Piedade, às 16 horas, na SFUAP, comício com o camarada Carlos Costa da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, sob o lema «A Juventude contra o desemprego, pelo direito ao Trabalho», organizado pela UJC e UJC ● Lisboa, no Centro de Trabalho de Alfama, comemoração do aniversário da Constituição, aberta à população ● Lourosa, às 21 e 30, Assembleia Concelhia, nas instalações da Lauricoop, com o camarada Dias Lourenço da Comissão Política do Comité Central.

Dia 2, Segunda-feira
Barreiro, às 21 e 30 horas, no Centro de Trabalho, Assembleia do Sector da Saúde.

No próximo fim-de-semana, em Lisboa Seminário Internacional contra o desemprego juvenil

O próximo fim-de-semana (sábado e domingo) realiza-se num hotel de Lisboa o Seminário Internacional contra o desemprego, pelo direito ao trabalho e à educação, iniciativa conjunta da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) e das organizações da Juventude Comunista portuguesa, UJC e UEC.

Esta importante acção do movimento juvenil internacional — sublinha uma nota divulgada pela Comissão de Imprensa do Seminário — terá como temas centrais de debate as causas e consequências do desemprego juvenil, as experiências de luta da juventude contra o desemprego em diversos países, a situação dos estudantes perante as saídas profissionais e as acções futuras a empreender e desenvolver pelas organizações democráticas de juventude no que respeita ao desemprego, que em vários países capitalistas, designadamente em Portugal, constitui o problema maior da jovem geração.

(Federação Europeia dos Jovens Radicais e Liberais), a FSM (Federação Sindical Mundial), a CISL (Confederação Internacional dos Sindicatos Livres), a CES (Confederação Europeia dos Sindicatos) e ainda o Comité da Juventude da UNESCO e o Movimento da Juventude para as Nações Unidas (ISMUN).

Uma iniciativa amplamente unitária

A nível nacional foram convidados a participar nos trabalhos do Seminário da FMJD/UJC/UEC como delegados de pleno direito as seguintes organizações e estruturas juvenis: Juventude Socialista (JS), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Agrária e Rural Católica (JARC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Corpo Nacional de Escutas (CNE), Departamento da Juventude da CGTP-IN, diversas Associações de Estudantes e ainda as organizações juvenis da UEDS e do MDP.

A realização desta importante iniciativa internacional — sobre a qual serão divulgados mais pormenores e informações na conferência de imprensa que se realiza amanhã em Lisboa, na sede nacional da UJC/UEC — insere-se no programa da Federação Mundial da Juventude Democrática para o ano em curso que foi aprovado na reunião do seu Comité Executivo em Fevereiro passado, em Dortmund (Alemanha Federal).

Na nota divulgada pela Comissão de Imprensa dos organizadores do Seminário salienta-se a dado passo:

O facto de então ter sido escolhido Portugal como local desta iniciativa assume um significado especial, correspondendo por um lado à actualidade do problema do desemprego como grande

problema da nova geração portuguesa, e por outro, ao prestígio da luta que as organizações da juventude democrática portuguesa desenvolvem pelo direito ao trabalho, em particular pelas movimentações e iniciativas promovidas pelas organizações da Juventude Comunista.

Pelo vasto e diversificado conjunto de participantes, quer no plano político e ideológico, quer na participação; pela riqueza da troca das experiências; pelo debate vivo, franco e aberto, este Seminário afirmar-se-á — sublinham os organizadores no final do documento — como um importante contributo para a luta da juventude pelos seus direitos e aspirações, pelo reforço da

unidade do movimento juvenil internacional em torno dum tema que é problema central para milhões de jovens que sentem e sofrem os seus efeitos.

No encontro com os jornalistas a realizar amanhã estarão presentes dirigentes da UJC e UEC e membros do bureau da FMJD.

Comício na Cova da Piedade

Após o encerramento dos trabalhos do Seminário decorrerá na Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP), na Cova da Piedade, a partir das 16 horas, um grandioso comício em que participará o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido.

Jornada Nacional de luta contra o desemprego

Constituiu enorme êxito a Jornada Nacional de Luta «A Juventude contra o desemprego, pelo direito ao trabalho», promovida em todo o país pelas organizações da UJC, com a adesão de largas centenas de jovens democratas de diferentes tendências políticas. No decorrer da Jornada (17 a 25 deste mês), realizaram-se nove Encontros e Assembleias de jovens trabalhadores, de que destacamos, por exemplo, o Encontro dos Jovens Trabalhadores da União da Corda da Serra (da Estrela), que reuniu em viva participação cerca de 400 delegados e convidados no passado dia 17 na Covilhã. A jornada, que continua, foi entretanto também assinalada pela realização de dezenas de outras iniciativas, nomeadamente colóquios, debates, manifestações, jornadas desportivas e culturais. Até agora foram aprovadas mais de uma

centena de moções de repúdio pela política antijuvenil e antipartidária do Governo Mota Pinto/PPD.

Conta já com milhares de assinaturas a «Petição à Assembleia da República» em que se protesta energicamente contra a actual situação e se propõe a discussão na AR das questões do desemprego juvenil.

No seguimento da Jornada promovida pela UJC, diversas iniciativas estão em marcha em vários pontos do país. Assim, no próximo sábado realizam-se em Aveiro o Encontro dos Jovens Tapeteiros e uma Assembleia Concelhia da Juventude Trabalhadora. No dia 8 de Abril decorrerá no Porto um Encontro idêntico, estando em preparação um Encontro Unitário de Raparigas em Viseu.

O «Avante!», dado o profundo significado político desta Jornada, referir-se-á a ela em pormenor.

Camaradas dos Açores e da Madeira

Amanhã, no Centro de Trabalho Vitória, Avenida da Liberdade, Lisboa, realiza-se uma reunião para a qual se convidam todos os camaradas residentes na capital que sejam naturais dos Açores e da Madeira. A reunião, que terá início às 21.30 horas, contará com a presença do camarada José Magro, membro do Comité Central do PCP.

A Primavera destas culturas

Na UCP de Mora, «A Luta é de todos»

Esta semana é a grande arrancada. Na zona da Reforma Agrária, os tractores avançam para as terras. E no solo nascem os sulcos, os campos lavrados esperando a semente, outros já a contendo. Por toda a parte os trabalhadores concretizam a grande campanha das culturas da Primavera. Já antes esta era uma grande batalha política. Mas agora, com a estrondosa derrota sofrida pelo Governo Mota Pinto/PPD, na Primavera destas culturas, os trabalhadores na unidade, na firmeza, mais uma vez ganham novo impulso na defesa da Reforma Agrária.

Quando chegámos a Mora, Évora, na passada sexta-feira, à UCP «A Luta é de Todos» já tudo era movimento. Mulheres esgraminhavam as terras onde não de brotar searas de arroz, aqui e ali os tractores iniciavam as lavras, nos viveiros de tomate, a planta despontava sob os cuidados constantes de rega e a protecção dos plásticos e preparava-se a terra para viveiros de tabaco.

Porquê um esforço tão intenso para as culturas de Primavera? Eis a questão a que começamos por responder - não o técnico da unidade, João Saraiva, e um membro da direcção, Valentim José: - Não é demais referir que a situação económica-financiera das unidades impõe que as culturas da Primavera sejam muito importantes. Em primeiro lugar, porque as culturas de outono-inverno se encontram num estado de estagnação. O mau tempo por um lado, a ofensiva do MAP por outro, tiveram como consequência que, em muitas áreas, a percentagem de perda das searas é muito elevada.

Por exemplo em Montemor-o-Novo, cerca de 30% das culturas de outono-inverno estão perdidas. Aquil os danos foram menores porque se trata de terras altas. Em segundo lugar, as culturas de Primavera permitem maior emprego da força de trabalho nomeadamente nas culturas de regadio. Não é por acaso que as reservas se situam na zona de regadio, a mais rica e que mais trabalho dá à população. Por isso este ano sucedeu que, no tempo morto de inverno, em que há mais falta de trabalho, pela primeira vez desde a Reforma Agrária, as mulheres ficaram paradas.

O que vai ser feito na «Luta é de Todos» quanto às culturas de Primavera?
- Pensamos fazer 100 ha de arroz, 70 hectares de tomate, 10 ha de pimentão, 40 ha de milho, 20 ha de tabaco, 20 ha de forragem de regadio, milheirada e sorgo, batata etc. Para além destas cerca de 270 ha, faremos experiência de novas culturas de novas variedades como beterraba sacarina, luzerna, arroz e possivelmente milho.

Projectamos ainda o estabelecimento de um prado permanente de trevo, mais ou menos de 50 hectares e de um prado de 2 ha. Este esforço para novas culturas, que compete ao Estado, estão a fazê-lo as unidades correndo o risco, diversificando, intensificando, com o objectivo de melhor aproveitar as máquinas, empregar a força de trabalho, distribuindo tanto o equipamento como o trabalho permanente ao longo do ano, o que só é possível fugindo ao conjunto tradicional das culturas.

Quando as culturas de sequeiro, faremos milho, grassol e grão nas terras melhores, mais pesadas. Todo o regadio que nos resta, depois das reservas que sofremos, será integralmente aproveitada e esforçamo-nos por criar novas áreas de regadio para aproveitar os vales mais frescos. Os trabalhadores já construíram três barragens e projectam mais duas.

Contra a «maré», UCPs riscam, inovam

Sem risco de exagerar, e em certo sentido, pode-se dizer que este esforço das UCPs/Coop. é feito contra a maré. E os aspectos mais graves desta maré que se levanta contra a Reforma Agrária continuam a ser as reservas arbitrárias, a inexistência de uma política de preços, de escoamento e de comercialização dos produtos e a total ausência de apoio técnico e financeiro.
- Tudo isso são factores que

contrariam o esforço de produção. Um exemplo: partimos para o alargamento da área de tomate e pimentão sem um preço de garantia. O preço antigo, 1570 por quilo, não é compensador dado o aumento terrível dos preços de custo da cultura. Nós pensamos que o preço minimamente aceitável é de 3500. Mesmo sem segurança nenhuma por que a tabela não está fixada e as fábricas recusam-se a contratos, arriscamos fazer 70 hectares de tomate. Quanto ao arroz, cultura que tem mais força na zona e tradicionalmente há rendimentos francamente produtivos - alcançámos uma média de 5000 quilos/ha - e permite uma correcta ocupação do solo, não há apoio que permita descer consideravelmente as importações deste produto. O mesmo quanto ao milho híbrido que é uma cultura nova que exige experiência e participação do Estado.

E no entanto esta cultura apesar do pouco tradicional é perfeitamente adaptável desde que haja condições de rega, e ajuda outras culturas porque deixa o terreno mais limpo de ervas e exige estrumagens que enriquecem o solo. Compete ao Estado apoiar tecnicamente esta cultura e garantir o pagamento de preços para um limiar de produção aceitável. Já que o Estado não o faz e continua a esbanjar divisas na importação deste produto, vamos nós fazer milho e fazê-lo por melhor possível.

Dando outros exemplos que revelam o desprezo do Estado pelo ensaio de novas culturas que permitam aumento da produção, utilização de mais mão-de-obra permanente e melhor aproveitamento das máquinas existentes, João Saraiva acrescenta:
- Enquanto o Governo anda a discutir se faz ou não beterraba sacarina, os trabalhadores ensalam-na já e inclusive decidiram experimentar também a beterraba forrageira que é muito importante. Ensalam igualmente novas variedades de arroz para melhor produtividade e que sejam mais adaptáveis às nossas condições. Aqui é de salientar a solidariedade da União Soviética e de outras países socialistas e o esforço dado por técnicos progressistas no acompanhamento destas experiências. Vejamos o que se passa, na nossa unidade, com a semente de arroz soviético. É uma nova variedade com níveis de produção semelhantes à nossa variedade e com a vantagem de ser precoce, isto é faz-se mais cedo, mais rapidamente. O que permite isto: se fizéssemos, por exemplo, 100 ha de uma só variedade, quando a seara estivesse pronta teríamos de empatar 3 ou 4 celeiras debulhadoras na ceifa. Assim com 100 hectares de diferentes variedades, como as searas se fazem em tempo diferente, podemos ceifá-las com menor utilização de máquinas.

Do mesmo modo, o facto das



Nos viveiros de tomate, os cuidados dos trabalhadores na luta por uma cultura tornada cada vez menos atractiva pelo aumento tremendo dos custos de produção e a falta de garantia de um preço compensador e do escoamento do produto

searas se fazem em termos diferentes permite melhor utilização de mão-de-obra porque a munda não se faz toda na mesma altura. Este é um exemplo de racionalização de utilização dos meios.

Mas a maré mais negra contra o esforço dos trabalhadores, contra a Reforma Agrária, é o intensificar de reservas escandalosamente legais e violentamente arrancadas às unidades e cooperativas.
- Já sofremos aqui 7 reservas num total próximo dos 2000 hectares, ainda por cima situadas nas melhores terras da cooperativa. Mais de 200 hectares são de óptimo regadio nas herdades Paço de Cima e Paço de Baixo.
- A maior parte das reservas

concedidas não é cultivada. Os agrários não precisam das terras para explorar. Peculiar é coisa que não fazem porque não querem encargos. A parte de cultura de sequeiro não dá para as despesas. E também não fazem culturas que embora de menor rendimento são necessárias, por exemplo cereais secundários que permitem a ocupação do subcoberto do montado e fazem investimento à cortiça, que os agrários deixam a matar.

Entretanto há a ameaça de novas reservas que a concretizarem-se deixarão a unidade numa situação extremamente difícil. A nossa posição é sempre a mesma: avançar para as reservas não cultivadas e fazer as culturas de

Primavera. A terra é considerada nossa e temos de defender os nossos postos de trabalho senão qualquer dia estamos encostados a uma parede sem trabalho. Os agrários não fazem os serviços que devem ser feitos, não cultivam a terra. O que eles não fazem, fá-lo-ão os trabalhadores como é seu direito e dever, por a terra a dar para todo o país. E organizados em brigadas de produção, responsabilizados para fazer o melhor possível, remando contra a maré negra que nos querem afogar o MAP de Vaz Portugal e o Governo Mota Pinto, estamos dispostos a avançar em força em todas as terras com uma grande Campanha de Culturas de Primavera.

Investe-se esforços na produção pecuária

Apesar de todos os esforços do Governo contrariando a produção pecuária na Reforma Agrária, este é hoje um caminho onde os trabalhadores investem trabalho, sacrifícios, esperanças.

A este respeito, disseram-nos na UCP «A Luta é de Todos» de Mora: Nós aqui temos gados de engorda e de recria permanente. Temos 100 novilhos, 45 vacas leiteiras, 216 vacas de carne de cruzamento alentejano com charolês, e 3200 ovelhas. Projectamos a construção de uma vacaria que numa primeira fase abrançará 100 vacas leiteiras e numa segunda 200. Estamos empenhados no aumento sistemático do efectivo e estamos já em condições para partir para um critério mais apertado de selecção.

Mas isto só é possível com o desenvolvimento da cultura forrageira quer de sequeiro-leguminosas e gramíneas, quer de regadio.

Aqui na unidade, vamos fazer nas culturas de Primavera 20 ha de milheirada e 250 de forragem semeada. Já estabelecemos um prado permanente de trevo subterrâneo de sequeiro de 50 hectares, apesar da total falta de apoio do Estado que se limitou a fornecer a semente. As forragens de regadio são igualmente um bom caminho a explorar até na medida em que a pecuária pode ser um importante apoio económico-financiera para a vida das unidades.

Na Reforma Agrária tudo se orienta para o aumento e melhoria da produção de gado, embora o Governo contrarie frontalmente o nosso esforço. Para que esta orientação possa ter êxito, o que há a fazer? Pensámos que é fundamental alterar o processo de alimentação do gado, substituir cada vez mais os concentrados que oneram muito o preço da carne e do leite e são quase totalmente constituídos por produtos importados. Substituir por forragens de qualidade, por bons feno e bons prados. Isto só pode ser feito com o apoio do Estado, apoio ao investimento, estabelecimento de juros baixos para se poder avançar na produção forrageira e se poder construir armazéns, silagens, nitreiras (estrumelras), sistemas de rega por aspersão.

Isto possibilitaria a produção de carne e leite mais baratos e o equilíbrio da nossa balança agrícola. Os trabalhadores vão fazendo o que podem, mas o Governo despreza e navega contra este esforço produtivo que beneficiaria todo o povo e todo o país.

Sabem como se faz na terra o tabaco?

Enquanto o Primeiro-Ministro Mota Pinto, em entrevista ao «Diário de Notícias», diz «Esperamos promover novas culturas (beterraba, tabaco, cártamo, grassol)», nas Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas, estas culturas vão-se já fazendo sem qualquer apoio do Estado, excepção feita para a cultura do tabaco em que, aliás, a participação estatal é mínima.

Enquanto o Governo Mota Pinto/PPD se vai afogando nas suas próprias esperanças e tentando enganar a opinião pública com palavreado, nas UCPs/Coop. inicia-se a cultura de beterraba sacarina e forrageira, crescem as áreas de grassol em terrenos de sequeiro, alarga-se a área de plantação de tabaco.

A UCP de Mora, (Évora), «A Luta é de Todos» é exemplo deste impulso de diversificação das culturas, de inovação, de dinamismo do processo produtivo.

Estivemos em terras da unidade onde, à data que nos liam, está já provavelmente de espontâneo a planta do tabaco em viveiros. Dali será transplantada para uma área de 20 hectares, superior à do ano passado. Porquê esta opção? Eis o que nos respondeu João Saraiva, técnico de «A Luta é de Todos»:
- O aumento de área para o tabaco é uma tentativa de integração do tabaco na produção pois esta cultura surge como concorrente do tomate. Porquê? Em primeiro lugar, o aumento de custos de produção do tomate, a falta de garantia de preço compensador

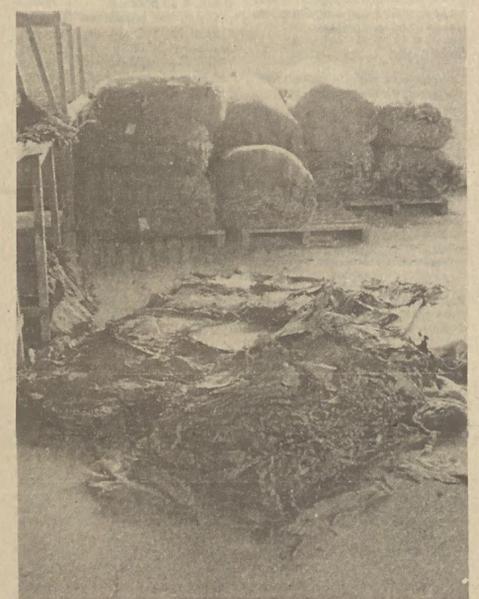
esta progressivamente irá calando. Voltando à produção do tabaco, nas nossas condições e com a experiência que vem de já há 2 ou 3 anos, pode-se afirmar que se pode fazer no país praticamente todo o tabaco que é importado, o que seria outro meio de poupar divisas.

Muitos fumadores que queimam diariamente saúde em cada cigarro não saberão como se processa o ciclo do tabaco. Já lançámos algumas pistas: preparação da terra para os viveiros, sementeira com regador - a semente misturada com a água porque é muito pequena -, desponter da planta e quando esta atinge um determinado crescimento, transplantação para a área onde

esta se concluirá. A apanha da planta faz-se de fins de Agosto até Outubro. Depois de colhida, a planta é transportada para as estufas onde entra colocada em cassetes. Na UCP «A Luta é de Todos» existem seis estufas servidas por potentes máquinas de secagem, cada uma das quais comportando 171 cassetes num total de cerca de 5900 quilos.

A operação de secagem dura cerca de seis semanas. Depois de secas, as plantas são transportadas para armazém e aí escolhidas por mulheres desde Novembro a Março.

Para tal tarefa existem no armazém para tabaco da unidade umas mesas com cerca de 10 divisões feitas em arame. A escolha processa-se quase empiricamente: segundo o tom amarelo puro, amarelo com manchas, amarelo escuro, amarelo acastanhado, amarelo esverdeado, etc. Assim são distribuídas as folhas de tabaco nas diferentes divisões de arame. Depois da escolha feita, as folhas de tabaco são arrumadas segundo a respectiva categoria e fica-se esperando a visita do representante da Tabaqueira EP que classificará o tabaco em primeira, segunda, etc. O pagamento das folhas de tabaco, segundo a sua classe, vai de 30 a poucos escudos até 141\$20. Para avaliar a qualidade do tabaco produzido na UCP «A Luta é de Todos», basta este dado relativo a uma anterior produção: 5055 quilos de tabaco foram pagos pela Tabaqueira por mais de 500 contos. Esta qualidade é alcançada - e espera-se melhoria da produção - só com o esforço dos trabalhadores. Isto enquanto Mota Pinto anda dizendo que o Governo vai promover novas culturas, entre as quais a do tabaco...



Um dos aspectos do tratamento da folha do tabaco: divisão das folhas depois de escolhidas segundo a sua qualidade

Povo Unido aumenta votação em mais quatro freguesias do Norte do País

As eleições suplementares para as Assembleias de Freguesia de Macinhata do Vouga, Ferreira, Parada de Todeia e Fail, realizadas no passado domingo, saldaram-se por mais uma importante vitória das listas do Povo Unido, que em todas elas aumentou significativamente a sua votação, quer em número de votos quer em percentagens.

Concorrendo em três daquelas freguesias pela primeira vez - apenas em Parada de Todeia já havia concorrido em 1976 - a APU consegue eleger três candidatos em Ferreira, recebendo 33% dos votos expressos, e dois em Macinhata do Vouga (14%). Quanto às restantes freguesias, como se pode ver no quadro que publicamos, importa registar que o PS deixou de concorrer em Macinhata e Ferreira; o PPD concorreu a todas, em duas das quais pela primeira vez e noutra integrado, com o CDS, num grupo de cidadãos eleitores; o CDS, finalmente, apresentou-se só em Macinhata e Parada, deixando de concorrer em Fail e continuando sem conseguir concorrer em Ferreira.

Em face dos resultados eleitorais, o CDS conserva a presidência da Junta de Freguesia de Macinhata, mas perde a de Fail, que passa para o PPD; este partido fica também com a presidência da Junta de Freguesia de Ferreira, anteriormente PS (que agora não concorreu); o PS, por seu turno, ganha a de Parada, antes presidida pelo cabeça de lista do Grupo de Cidadãos Eleitores (GCE), de direita.

Quem ganha com a abstenção?

O número das abstenções, com excepção de Parada de Todeia, continua acima da média nacional, tendo-se registado um aumento em Macinhata do Vouga e Fail. Em Ferreira e Parada, pelo contrário, as abstenções diminuíram.

Contrariamente ao que as forças de direita procuram fazer crer, quem mais lucra com a abstenção são os partidos reaccionários.

As recentes eleições suplementares, tais como as já realizadas até à data, vêm confirmá-lo uma vez mais.

Repare-se, em primeiro lugar, que nos dois casos em que o PS concorre tanto este partido como APU aumentam a sua votação. Em Parada, as listas da APU e PS ganharam no conjunto mais 52 votos do que em 1976, subindo 19%, enquanto o PPD e o CDS, através da lista de cidadãos eleitores, perdem 14 votos, ou seja, 6%. Em Fail, PS e APU ganham mais 34 votos relativamente à votação anterior do PS sozinho, enquanto a direita perde 36 votos, ou seja 20%, não obstante neste caso

o PPD beneficiar do facto do CDS não concorrer.

Mas que sucede quando o PS não concorre? Não só a abstenção aumenta, como os resultados de Ferreira bem exemplificam, como aumenta a votação nos partidos de direita.

Isto não significa, claro está, que o eleitorado socialista seja de

direita. Se mais não fosse, aí estava a abstenção para o demonstrar. Mas significa, certamente, que o eleitorado do PS se divide, beneficiando no essencial os partidos de reacção, levado pela propaganda de direita desenvolvida pelo próprio PS quando não tem força suficiente para se apresentar às eleições.

Incapazes de reconhecer a direita o seu inimigo principal e a esquerda os seus aliados naturais, os dirigentes socialistas levam parte dos seus eleitores a votar à direita, nunca aconselhando publicamente o voto nas forças progressistas - no caso a APU - quando o PS não se apresenta às eleições.

O lucro eleitoral que uma tal política representa para as forças reaccionárias não bastam, no entanto, para mascarar a descida constante que aquelas vêm sofrendo, mesmo quando pontualmente conseguem ganhar.

O PPD, por exemplo, que procura desesperadamente apresentar-se como «o grande partido nacional», recolheu nestas eleições, em Macinhata, menos de metade dos votos que obteve em 1975: em Parada de Todeia, onde PPD e CDS se aliaram, nem sequer conseguiram obter o número de votos de 1976; mesmo em Ferreira, onde o PPD consegue o seu mais significativo aumento - 80 votos -, a subida verificada fica reduzida se se tiver em consideração o facto do CDS não concorrer. Admitindo a hipótese, altamente provável, do PPD recolher os votos do CDS, o aumento fica apenas em 60 votos.

O único partido que, segura e progressivamente, vem aumentando a sua influência é sem dúvida o PCP, principal força integrante da APU. Facto indiscutível e perfeitamente natural, pois o PCP e os seus aliados são os únicos que de facto lutam, organizada e consequentemente, pela melhoria das condições de vida das populações, pelo progresso e justiça social.

Manifesto da APU ao povo de Belmonte

Garantir honestidade, competência, isenção e dedicação na resolução dos problemas do concelho foi a preocupação fundamental que presidiu à escolha dos candidatos da APU às eleições suplementares para a Câmara Municipal de Belmonte.

Para o conseguir, como o afirma o manifesto distribuído à população, a APU consultou dezenas de pessoas em todas as freguesias do concelho, nas povoações maiores e nas mais pequenas, em todas as camadas sociais. Realizaram-se plenários, onde livre e democraticamente se discutiram todas as propostas; juntaram-se pessoas das mais diversas profissões, provenientes de todas as freguesias; associou-se a experiência à juventude.

E só depois foi eleita a lista do Povo Unido.

Como o manifesto sublinha, dela fazem parte os que na primeira Comissão Administrativa democrática demonstraram empenho em servir a população, bem como os que não se resignaram perante a incapacidade da Câmara Municipal cessante.

O projecto que se propõem realizar visa, antes do mais, unir esforços, capacidades e energia criadora do povo para enfrentar e lutar pela solução dos problemas. Por isso o programa de acção que os candidatos da APU irão defender - antes e depois das eleições - está a ser elaborado com a própria população do concelho de Belmonte, que muito terá certamente a dizer sobre questões tão importantes como o urbanismo e a habitação, o saneamento básico, as estradas e electricidade, a saúde e o ensino, a cultura e o desporto, o abastecimento e o turismo. Trata-se, afinal, de procurar soluções para os múltiplos problemas locais que a anterior vereação foi incapaz, ou não quis, resolver.

II Encontro regional de eleitos das autarquias do Alentejo

O II Encontro Regional dos Eleitos da APU nas autarquias do Alentejo vai realizar-se no próximo dia 8 de Abril, nos pavilhões do Rossio de S. Brás, em Évora.

Em recente comunicado divulgado pela Comissão organizadora dá-se conta do grande interesse que o Encontro está a suscitar entre eleitos e não eleitos. Comissões de Moradores, Colectividades e outras organizações populares, que têm vindo a realizar plenários em todos os concelhos do Alentejo, mobilizando milhares de participantes.

O documento sublinha a importância da discussão dos problemas das autarquias feita a este nível, pois permite um conhecimento muito completo tanto dos aspectos positivos como das deficiências e dificuldades.

Fazendo notar a necessidade imperiosa da aplicação da lei das finanças locais, e da aprovação de um Orçamento Geral do Estado que não venha agravar ainda mais as condições de vida dos trabalhadores, a Comissão organizadora deste II Encontro de eleitos do Povo Unido no Alentejo apela a todas as estruturas populares para que se mobilizem no sentido de exigir dos deputados progressistas o uso da força que lhes advém da confiança popular, para que imponham na Assembleia da República o cumprimento das normas constitucionais que apontam para a edificação de uma sociedade justa.

Outros encontros da APU

Eleitos e activistas do Povo Unido têm vindo a promover, por todo o país, encontros de balanço e análise da actividade desenvolvida, com o objectivo de melhorar a sua participação nos órgãos de poder local.

No passado fim de semana foi a vez de Aveiro, Santiago do Cacém e Sintra realizarem os seus encontros distrital e concelho, respectivamente. As conclusões dos trabalhos serão oportunamente divulgadas.

Operação «Lisboa Cidade Limpa» ao serviço de quem?

O Projecto de Plano a Curto Prazo para o Lixo de Lisboa (PPLL) aprovado pelo município da capital com o objectivo de corrigir as insuficiências verificadas até à data na recolha e tratamento dos lixos da cidade, entrou recentemente em funcionamento numa «área piloto» que integra as freguesias de Fátima, S. Sebastião da Pedreira e uma parte de S. Domingos de Benfica.

O projecto, algo ambicioso para ser realizado a curto prazo (até fins de 1980), introduz um moderno sistema de controlo dos resíduos, desde a recolha até ao processamento passando pelo transporte, com inegáveis vantagens para a saúde pública em geral e para a saúde dos cantoneiros de limpeza da Câmara em particular.

No essencial, este Plano

introduz um sistema de remoção hermética e automática dos lixos, através de noventa mil contentores que deverão ser distribuídos até final do corrente ano. Esta medida, que abrançará 2/3 da cidade, foi designada pelo município de «Operação Lisboa Cidade Limpa».

Paralelamente, o PPLL prevê o reforço da frota de viaturas e outros equipamentos de limpeza urbana; a intervenção da Câmara Municipal de Lisboa na Estação de Tratamento de Lixos de Beirois; a construção de uma nova estação; a transformação gradual da actual Direcção de Serviços de Salubridade e Transportes da Câmara em empresa municipal de resíduos sólidos de Lisboa e o lançamento de uma taxa de remoção dos lixos.

Incidentes sociais evidentes podem tratar de forma marginal os

problemas de saneamento básico e de salubridade dos bairros de lata e das áreas degradadas de Lisboa, onde estão concentradas cerca de cem mil pessoas (10% da população total).

A decisão de fazer acompanhar a execução deste projecto de campanhas de educação sanitária dirigidas aos trabalhadores da limpeza, à população em geral e às crianças em particular, é outro dos aspectos inovadores que importa salientar.

Para levar à prática o PPLL serão necessários cerca de 1,5 milhões de contos, até final de 1980.

Este projecto, que na globalidade é bastante positivo nomeadamente quanto às nitidas

concepções de classe que reflecte. Na verdade, compreende-se mal como é que um programa com a existência de uma parte «valha» da cidade formada por bairros degradados e de ruas estreitas, onde a recolha de lixos é deficiente, e onde as modernas viaturas não podem circular. Como o PPLL não especifica qual a zona de Lisboa correspondente aos 2/3 que ficará servida pelos novos contentores, cabe perguntar: quem fica de fora?

Serão as zonas mais carenciadas? E se assim for, justificar-se-á investir 1,5 milhões de contos para otimizar a recolha e eliminação do lixo nas zonas já actualmente sem grandes problemas?

Finalmente, em relação à taxa de remoção do lixo, o PPLL é uma vez mais pouco claro. Não só não

se define qual o tipo de taxa a aplicar - se é uniforme, o que seria injusto, ou progressiva, a fim de afectar mais os que maiores rendimentos têm - como nada se diz da metodologia de cobrança a aplicar. O que fica claro, neste ponto, é que tal taxa só entrará em vigor em Janeiro de 1980. Após as eleições de Dezembro para as autarquias locais!

As contradições existentes neste Plano - que no essencial é positivo, convém não esquecer - devem ser desfeitas rapidamente. Ou corre-se o risco de se dispenderem verbas avultadas na concretização dos aspectos mais espectaculares do PPLL, o que, podendo ter as suas vantagens eleitoralistas, não resolve no essencial os problemas de insalubridade existentes em Lisboa.

Com a aplicação do PPLL não mais os trabalhadores terão necessidade de manusear o lixo. Mas irá este plano chegar a todos os pontos da cidade?

A escolha da «área piloto», por exemplo, incide sobre uma zona que pode considerar-se privilegiada, o que de modo algum representa o panorama da capital.

Por outro lado, parece também sintomático o facto do programa respeitante à renovação do equipamento utilizado não ter (aparentemente) em conta



O Grupo de Dança "Tanzensemble der DDR" chega hoje a Lisboa e actua amanhã no Teatro Aberto (à Praça de Espanha), na sessão que se inicia às 21 horas

Começam amanhã as comemorações do 30.º aniversário da RDA

Tal como temos vindo a divulgar, a Associação Portugal-RDA promove a partir de amanhã e durante quinze dias um vasto conjunto de iniciativas que assinalarão em vários pontos do país o 30.º aniversário da fundação da República Democrática Alemã. Durante as comemorações estará entre nós uma delegação representativa dos vários sectores de actividade daquele país socialista. Chefa-a Gerald Gotting, secretário-geral da União Cristã Democrática (CDU), presidente da Liga para a Amizade com os Povos, da RDA, e vice-presidente do Conselho de Estado.

Sessão Inaugural
Amanhã às 21 e 30 efectua-se no Teatro Aberto, em Lisboa, a sessão inaugural em que estarão presentes elementos da Comissão de Honra das comemorações, da Embaixada da RDA, e da delegação, além de entidades oficiais. Haverá intervenções pelo presidente da Comissão de Honra e pelo chefe da delegação. A parte artística está a cargo do Grupo de Dança "Tanzensemble".

Exposição
No próximo sábado, às 16 horas, e inaugurada em Lisboa a Grande Exposição subordinada ao tema "RDA - 30 anos de desenvolvimento cultural, social e científico". O certame estará patente ao público no salão nobre da sociedade Nacional de Belas-Artes (SNABA) até 11 de Abril. Durante este período, entre as 16 e as 24 horas, realizam-se diariamente, na sala do 1.º andar da SNABA, mesas-redondas, colóquios, debates e encontros com elementos da delegação, da Embaixada e diversas personalidades do nosso país que estiverem presentes na delegação da RDA, estando igualmente prevista a projecção de slides e filmes, música gravada, a actuação do Quarteto de Cordas de Berlim, do Grupo "Jahrgang 49" e de vários artistas portugueses, além de representações teatrais e leitura de poemas.

Comissão de Honra
Conhecidas personalidades dos mais diversos quadrantes dos sectores académico, artístico e literário, foram nomeadas para a Comissão de Honra das comemorações da RDA para assinalar no nosso país o 30.º aniversário da fundação da República Democrática Alemã, constituindo assim a Comissão de Honra:

- de Castro — Director da Faculdade de Economia do Porto; Armando Alves — Pintor; Artur Jorge — Treinador de Futebol; Arnaldo Rodrigues — Escritor; Bernardo Santarém — Escritor; Carlos do Carmo — Cantor; Carlos Paredes — Compositor e Músico; dr. Duarte Vidal — Advogado; dr. Emilio Peres — Médico; Egito Gonçalves — Escritor; dr. João António Piteira Santos — Director-Adjunto do "Diário de Lisboa"; Fernando Lopes Graça — Compositor; Francisco da Costa Gomes — Ex-Presidente da República; Fernando Lima — Coreógrafo; Fernando Correia — Jornalista e Profissional de Rádio; dr. Gaspar Teixeira — Cientista; Irene Cruz — Actriz; José Gomes Ferreira — Escritor; dr. José Tengarrinha — Prof. da Faculdade de Letras de Lisboa, Presidente da Comissão Nacional do MDP/CD; dr. José Morgado — Vice-Reitor da Universidade do Porto; José Luís Judas — Dirigente Sindical; João Sá Ramalho — Escritor; José Rodrigues — Professor da Escola Superior de Belas-Artes do Porto; João Alípio — Jornalista e Cartonista; Joaquim Gomes — Membro do Bureau Político do Comité Central do PCP; Joaquim Namorado — Escritor e Professor Universitário; Júlia Babo — Cantora; Kalidas Barreto — Dirigente Sindical; dr. Luís Francisco Rebelo — Escritor e Presidente da Direcção da Sociedade Portuguesa de Autores; Luísa Amorim — Secretária-Geral do Movimento Democrático das Mulheres; dr. Luís Azevedo — Advogado; professor Luís Albuquerque — Professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra; dr. Luísa Terão — Médica; Marcelino Vespilha — Pintor; dr. Melo de Carvalho — Professor de Educação Física; dr. Maria Alzira Seixo — Professora da Faculdade de Letras de Lisboa; dr. Mário Barradas — Director do Centro Cultural de Évora; dr. Mário de Brito — Conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo; dr. Monteiro Baptista — Médico; Manuel Neves — Cineasta; Melo e Castro — Escritor; Miguel Urbano Rodrigues — Escritor e Director de "o diário"; major Namorado Freire;

denominado «multivisão» e que é a projecção simultânea de três filmes e 30 slides em que se dá uma panorâmica da vida na RDA nos seus mais diversos sectores e ramos de actividade.

Xadrez
O mestre internacional de Xadrez que vem ao nosso país integrado na delegação da RDA participa em simultâneas no sábado (Moita, 15 e 30), no domingo (Sociedade Musical Capricho Setubalense, 15 horas),

Ginástica
O grupo de ginastas e acrobatas que estará entre nós é dirigido por Rosemarie Haltenhof, chefe de departamento da Federação Gimno-desportiva Alemã, e por Fritz Kühn, chefe da secção do Grupo Desportivo de Leipzig. O conjunto é constituído por atletas de várias especialidades, alguns dos quais antigos campeões mundiais. O programa dos ginastas alemães conta em parte com a colaboração da Federação Portuguesa da modalidade e é o seguinte: no sábado, às 15

No dia 3, em Lisboa Um grande espectáculo!

No próximo dia 3 de Abril as comemorações do 30.º aniversário da RDA em Portugal terão um ponto alto com a realização de um grandioso espectáculo no Pavilhão dos Desportos, a partir das 21 horas. No palco estarão os ginastas e acrobatas, o Grupo de Canto e Dança "Tanzensemble der DDR" (com 45 figuras) e o Grupo de Música de Intervenção "Jahrgang 49", além de outros artistas e supresas.

- Orlando da Costa — Escritor; prof. Oscar Lopes — Escritor e Director da Faculdade de Letras do Porto; prof. Pereira de Moura — Economista e Professor do Instituto Superior de Economia de Lisboa; dr. Rui Grácio — Investigador; prof. dr. Rui Luís Gomes — Reitor da Universidade do Porto; dr. Rita Iriarte — Professora da Faculdade de Letras de Lisboa; Rui Mário Gonçalves — Critico de Artes; dr. Raul de Castro — Advogado; dr. Rocha e Cunha — Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo; comandante Silvino Ribeiro; Silva Pereira — Maestro; prof. dr. Teixeira Ribeiro — Prof. da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Ulpiano do Nascimento — Economista; Urbano Tavares Rodrigues — Escritor; dr. Victor Sá — Historiador; comandante V. Costa Santos; Viana de Lima — Arquitecto; dr. Virgílio Moreira — Médico; coronel Vicente da Silva.

e 30, na Cova da Piedade (SFUAF); no domingo, às 15 e 30, no pavilhão gimno-desportivo da ex-CUF (Barreiro); dia 2 de Abril, às 21, no pavilhão municipal do Montijo; dia 4, à mesma hora, no pavilhão do EMBRA, na Marinha Grande; e no dia 5, às 16 horas, treino conjunto com ginastas portugueses no Ginásio Clube Português.

Música de Intervenção
O "Jahrgang 49" participa nos seguintes espectáculos: sábado, às 15 horas, em Torres Novas; domingo, à mesma hora, em Mafra e às 21 e 30 na SFUAF (Cova da Piedade); no dia 2, no pavilhão municipal do Montijo, às 21 horas; no dia 4, no pavilhão do EMBRA, na Marinha Grande, às 21 e 30; e no dia 5, nos "Percheiros" (Barreiro), às 21 horas.

Música de Câmara
O Quarteto de Cordas de Berlim (constituído em 1955) é um dos melhores agrupamentos de música de câmara da RDA. As suas actuações no nosso país realizam-se a partir do dia 10 de Abril.

Conferências
Além dos colóquios, encontros, debates e mesas-redondas que decorrerão na sala do 1.º andar da SNABA (o primeiro é o domingo, às 18 horas, e abordará o tema «A igualdade da mulher como expressão humanista da sociedade socialista», que é aliás o tema da intervenção da dr. Renata Renker), estão marcadas as seguintes conferências: «A situação da mulher na RDA» (dias 3 e 4 de Abril, respectivamente em Estremoz e no Montijo); «O papel dos sindicatos na RDA» (dia 4 em Almada) e «Os artesãos e os pequenos industriais na RDA» (dia 4, na Moita).

Entretanto, os 30 núcleos da Associação Portugal-RDA espalhados pelo país levam a efeito, em datas a combinar, de Abril a Dezembro, festas comemorativas dos 30 anos da República Democrática Alemã.

A visita do Presidente da República à Bulgária, Roménia e Húngria

Terminou na passada segunda-feira a visita do Presidente da República, general Ramalho Eanes, à Bulgária, Roménia e Hungria, a qual se saiu com um balanço positivo, não só no que respeita ao estreitamento dos laços de amizade entre o povo português e os povos daqueles países socialistas, como quanto aos resultados concretos conseguidos, que apontam para um aumento da cooperação e das trocas comerciais, tendo em conta os interesses comuns e as vantagens recíprocas.

O acolhimento cordial em todo o lado proporcionado ao Presidente da República e sua comitiva comprovam — conforme já se sublinhava nestas páginas na semana passada — o apreço, solidariedade e respeito dos povos e dirigentes da Comunidade Socialista para com o novo Portugal democrático. Trata-se de um sentimento sincero e espontâneo, facilmente detectável por quem alguma vez tenha viajado pelos países socialistas do Leste Europeu, e que, aliás, bem se compreende em povos que, também eles, só à custa de uma longa resistência e de uma pertinaz luta se conseguiram libertar da opressão fascista, e que hoje, seguindo os caminhos por eles próprios escolhidos, constroem um futuro de paz e felicidade.

Os contactos estabelecidos permitiram a assinatura de uma série de acordos, de vários tipos, com grande interesse para o nosso país, assim como o estabelecimento de vias de cooperação da qual Portugal só poderá tirar vantagens. É igualmente de prever que, a partir de agora, seja possível concretizar diversos aspectos de intercâmbio com aqueles países já anteriormente estabelecidos no papel, mas que um certo e por vezes pouco claro empenhamento verificado nos últimos anos nos nossos canais diplomáticos e em determinados sectores governamentais não tem permitido levar à prática.

Acima de tudo, é de reter as possibilidades que se abrem à diversificação das relações externas portuguesas, necessidade urgente imposta por décadas de submissão ao imperialismo, em detrimento dos interesses do povo português. Em relação aos países socialistas, há todo um atraso de que é preciso recuperar, e é neste sentido que a viagem presidencial assume um especial significado, independentemente dos passos concretos dados.

Compreende-se, aliás, que a visita do Presidente da República à Bulgária, Roménia e Hungria não tenha agradado a certas forças e partidos portugueses, contrários ao encaminhamento do país nos trilhos da verdadeira independência nacional que pretendem impor como único rumo às relações externas de Portugal o enfeudamento ao imperialismo. Isso reflectiu-se no tratamento dado à viagem pela imprensa de direita, por vezes em artigos dos quais o mínimo que se pode dizer é que se revestiram de carácter autenticamente provocatório.

Não deixaram de ser particularmente elucidativos certos aspectos da campanha de desestabilização em curso, encabeçada pelo PPD/Sá Carneiro. A escolha do momento para a demissão de Ferreira do Amaral, moço de recados do «chefe», nas vésperas da partida do general Ramalho Eanes, e as tentativas de agudização da crise na sua ausência, mal escondem a intenção deliberada de sabotar a viagem do Presidente da República.

Assim se vê de que forma a reacção defende os interesses nacionais. O seu objectivo é manter o nosso país dependente do imperialismo e não, consoante a própria Constituição o consagra, nomeadamente no seu art.º 7.º, salvaguardar e reforçar a independência nacional, com vista à defesa da liberdade e à promoção do progresso económico-social do nosso povo, contribuindo activamente para a paz, a segurança, a cooperação e o progresso social de todos os povos do mundo.

Passos concretos e novas perspectivas

A viagem do Presidente da República permitiu a assinatura de uma série de acordos e abriu perspectivas de cooperação em diversos domínios. Façamos, a este respeito, um breve balanço:

Bulgária — Foi assinado um acordo sobre transportes internacionais de pessoas e mercadorias por estrada e outro sobre cooperação económica, científica, técnica e industrial, num programa a longo prazo. Estão previstos projectos relativos ao alargamento das relações culturais (artes, letras e comunicação social), tendo sido abordada a hipótese de incluir países africanos na concretização destes projectos. Foi salientado o interesse da regularidade de consultas políticas mútuas para análise de problemas internacionais e de cooperação bilateral e abordada a possibilidade de se comemorarem no próximo ano, em Lisboa, os 1 300 anos do Estado Búlgaro.

Roménia — Foi assinado um acordo sobre transportes rodoviários e outro sobre uma linha de crédito no valor de 100 milhões de dólares, a conceder pela Roménia, e cujo prazo de utilização é de dez anos. No que se refere às reparações navais, a Roménia aceitou o princípio do contrato a médio prazo, o que permitirá à Setenave, ao contrário do que até agora acontecia, regularizar a procura. Ficou assente a participação portuguesa na construção do porto de Sulina, o que se concretizará depois da visita de delegações da Magalhães à Setenave. Foram definidas novas áreas no domínio da cooperação económica (nomeadamente cultura do girassol, criação de porcos, e constituição de uma sociedade mista para a industrialização da cortiça portuguesa na Roménia) e estudada a possibilidade de refinação em Portugal de petróleo para a Roménia e de incentivo à exportação de equipamento diverso para este país.

Hungria — Foram assinados dois acordos, um sobre a abolição de vistos nos passaportes entre os dois países, e outro sobre transportes marítimos, o qual prevê a reparação e construção de navios húngaros em estaleiros portugueses. A Comissão Mista Luso-Húngara ficou encarregue de estudar e planear as amplas possibilidades que se reconhecem existirem para o incremento da cooperação, nomeadamente no sector industrial e no domínio de operações conjuntas em mercados de terceiros países.

«28 de Março» foi dia de luta!

Manifestações de rua, encontros, colóquios, debates, realizações culturais e recreativas, constituíram as jornadas que assinalaram em vários pontos do país a passagem do «28 de Março», Dia Nacional da Juventude. Aspecto saliente e comum a todas as iniciativas foi, em dúvida, «a luta contra o desemprego juvenil», problema maior da jovem geração portuguesa.

Os jovens interrogam-se e têm direito de saber por que ainda hoje são alvo de discriminações salariais e de repressão patronal, por que motivo existem mais de 300 mil jovens desempregados e por que é que ainda hoje não existe uma política de desenvolvimento económico que permita a criação de novos empregos para os 60 mil jovens que anualmente são lançados para o mercado de trabalho — sublinha o documento há dias divulgado pelo Departamento da Juventude da CGTP-IN, a propósito do 28 de Março.

Nesse dia, em 1947, centenas de jovens participantes num acampamento promovido pelo MUD-Juvenil, recorde o comunicado, foram assaltados e presos pela polícia política do fascismo. A volta deste acontecimento, lê-se mais adiante, gerou-se desde logo e espontaneamente um movimento solidário de opinião pública, que obrigou a polícia a recuar nas suas medidas repressivas e tomou este dia um marco histórico na luta da juventude portuguesa contra a ditadura.

A juventude não pode ser ignorada. Há que analisar objectivamente os problemas que enfrenta, em particular o desemprego, sem esquecer os seus direitos sociais, culturais e recreativos, há que lutar energeticamente pela sua concretização. Este foi, aliás, o espírito que esteve bem patente no Festival organizado em Braga no passado domingo pela União Nacional dos Sindicatos/CGTP-IN, sob o lema "Pelos direitos da Juventude" e na 1.ª Assembleia da Juventude do Concelho de Coimbra realizada no dia anterior sob o lema "Contra o desemprego, pelo direito ao trabalho", e na qual se decidiu a convocação duma "manif" para o próximo sábado. Esta Assembleia foi promovida pelo Departamento da Juventude da União dos Sindicatos do distrito e respectiva Comissão de Desempregados, pelos Sindicatos do Comércio e dos Têxteis e ainda pela Associação de Estudantes de Trabalho e de Estudos das escolas Jaime Cortesão, Brotoro e José Falcão.

Apelo de Portugal
Entretanto, decorreram também no passado sábado, integradas na luta da juventude contra o desemprego, duas manifestações no Alentejo: uma em Campo Maior e outra em Montemor-o-Novo. Na primeira participaram mais de duas mil pessoas, jovens na sua maioria, que, sob chuva intensa, se concentraram na Praça da República, onde aprovaram uma moção em que exigem dos órgãos de soberania «o fim imediato da ofensiva contra a Reforma Agrária, a revogação da lei Barreto, a expropriação dos 700 mil hectares, o fim do desemprego e o direito ao trabalho». Convocaram a concentração o Departamento de Juventude da União dos Sindicatos de Portalegre, a Comissão Organizadora do 1.º Encontro Unitário dos Jovens Operários Agrícolas da Zona de Intervenção da Reforma Agrária e a Brigada Juvenil de Produção "Certos de Vencer" (Campo Maior).

Comunicado da UJC
Na passagem do 32.º aniversário do Dia Nacional da Juventude, a Comissão Executiva da Comissão Central da UJC divulgou um comunicado em que depois de referir a importância histórica do 28 de Março no âmbito da luta das massas juvenis, salienta que *presentemente este dia é de unidade e luta pela defesa do que tão duramente foi conquistado com o 25 de Abril*.
De unidade e luta pela defesa do regime democrático e da Constituição. De unidade e luta pelo derrube deste Governo reaccionário Mota Pinto/PPD, que persiste vergenhosamente em se manter apesar do repúdio generalizado da Juventude e do nosso povo — salienta a UJC.

Ano Internacional da Criança

Na Academia de Santo Amaro a criança mobiliza esforços!

Estivemos no salão da Academia de Santo Amaro, colectividade de cultura e recreio fundada em 1946 e com uma tradição de resistência ao fascismo cuja história está por fazer, com um passado e um presente voltados para o trabalho de massas levando-as à participação cultural e social. O que nos levou lá foi uma exposição enquadrada nas comemorações do AIC: primeira iniciativa deste género e desta envergadura ao nível de colectividades. Estivemos lá e com o que vimos, mais lamentamos que a população dos bairros vizinhos se tenha mantido alheia a esta realidade, que as crianças de Santo Amaro — e não só — não tenham visto esta iniciativa voltada para elas próprias, forma de denúncia do que é urgente transformar, impulso para a luta por uma infância feliz e ainda, no despertar de dias novos, a criatividade das crianças à solta.

— Mais do que exposição, trata-se de um documentário de que o produtor é a Academia, o realizador fulgo e a música de vários autores para a infância. Disse-nos António Telmo, Presidente da Assembleia Geral da ASA — Esta iniciativa estava programada para o 1 de Junho mas resolvemos antecipá-la. A Academia faz parte da Comissão de Freguesia para o AIC e sente-se responsável para fazer algumas realizações ainda que o apoio seja praticamente nulo. Procurámos dar ideia da relação da criança com a sociedade, denunciando a violência da sua situação no mundo colonizado, a violência da sua situação nas sociedades desenvolvidas mas onde ainda crianças sofrem a fome, a doença sem assistência, os maus tratos, a falta de acesso à cultura, a falta de amor. Procurámos ainda dar imagem da criança na sua relação com a família — alertando para erros dos pais, procurando dar equidade e orientação —, com a natureza e com as outras crianças. Procurámos igualmente dar imagens das crianças que já são felizes porque vivem em sociedades sem exploração. E por outro lado, com o auxílio dos professores da Academia de Santo Amaro — que tem aulas de Instrução primária — damos aqui testemunho da criatividade da criança, através da exposição de desenhos e trabalhos dos nossos alunos. E como para nós, esta realização constitui uma forma de documentário, procuramos animá-la com música escolhida para a infância.

No livro de presenças detectamos a visita de duas escolas oficiais, alunos guiados pelos professores, dos Pioneiros de Alcântara, de educadoras de infância, do Centro Cultural Popular de Alcântara de uma enfermeira dos Serviços Sociais do Hospital Pulido Valente:

— Todo este trabalho irá transitar agora para

o Hospital Pulido Valente para as crianças internadas. Só ficarão os desenhos das crianças alunos da ASA, pois as crianças do Hospital têm os seus próprios trabalhos. Isto anima-nos pois toda esta montagem deu um enorme trabalho, sem qualquer auxílio, sem apoio, não ser o dos Amigos da UNICEF que deram uns «posters» e mais não podem. A Comissão Nacional da Criança não concedeu qualquer forma de ajuda, nem a Secretaria de Estado da Cultura, nem a Câmara Municipal nem o Governo Civil porque estes últimos esperam a aplicação da Lei das Finanças Locais. Apesar de tudo isto, apesar do alheamento da população e sobretudo do bairro para a qual trabalhamos, fundamentalmente, vamos continuar. Temos já programadas exposições comemorativas da Constituição e do 25 de Abril «Da Resistência à Liberdade».

Uma evocação de Lisboa antiga, exposição de 116 reproduções de quadros de Columbano Bordalo Pinheiro e para as crianças, vai realizar-se no dia 1 de Abril, domingo, uma audição de Canto Coral e estamos a ver se é possível trazer cá

o maestro Freitas Branco para falar às crianças sobre música.

— Ainda bem que os adultos se lembraram de nós. Já não era sem tempo. As pessoas devem olhar bem e pensar nestes problemas que não são assim tão poucos. Nós as crianças queremos um mundo melhor nem que seja preciso lutar muito. No nosso ano devemos ser um pouco mais felizes.

Assina a Ana Isabel de 11 anos.

Crianças festejam a Constituição

No próximo domingo, dia 1, milhares de crianças percorrerão, em estações, diversas ruas da cidade de Lisboa, concentrando-se finalmente junto à Assembleia da República para com a sua presença dizerem que querem a Constituição levada à prática, querem a vida melhor que a Constituição lhes promete. A iniciativa pertence à Federação das Colectividades.

São seis os pontos de partida na manhã de domingo entre as 10 e as 10 e 30: na Pontinha, junto ao quartel; nos Olivais, junto ao Pão de Açúcar; em Belém junto ao Conselho da Revolução; no Campo junto ao quartel; em Santa Apolónia; no Jardim da Parada, Campo de Ourique, junto à estátua da Maria da Fonte. As estações terão duas classes de concorrentes: dos 6 aos 9 anos; dos 10 aos 12 anos. Cada criança ostentará o seu nome, o nome de colectividade a que pertence e o emblema oficial do AIC. Em cada estação, uma criança será portadora da Constituição.

Outras notícias
Grande exposição do livro e do disco infantil exposta ao público até ao próximo sábado, depois de amanhã, nas instalações da Comissão de Moradores do Bairro Alto, freguesia da Encarnação, na Rua da Barroca, 131. A iniciativa pertence à Comissão de Moradores e está aberta das 17 às 23 horas.

O núcleo de Pioneiros da Ajuda da 2.ª Zona do Comité Local de Lisboa convidou as crianças da freguesia da Ajuda a participarem numa festa infantil, com filmes e lanche, domingo, dia 31, às 16 horas no Centro de Trabalho na Rua das Mercês, 112.

Apelo dos Pioneiros de Portugal

«Dia 2 de Abril é o Dia da Constituição Portuguesa e Dia Internacional do Livro Infantil. Que melhor data para reflectir no amor à Liberdade e à Cultura?»
Assinalamos, então, esse dia colocando bons livros entre as mãos das crianças — iniciando novas bibliotecas, inquirindo porque é que elas não existem onde deviam, exigindo as medidas necessárias para que os livros sejam de todas as formas mais acessíveis. E explicamos em palavras mais simples o que é esse outro livro — a Constituição — que defende as crianças portuguesas, a sua liberdade, a sua cultura e a sua esperança de não mais haver «homens que nunca foram meninos».

Apesar das dificuldades de ordem económica, social e política que impedem a resolução imediata dos grandes problemas e carências da infância, sabemos aproveitar na medida das nossas forças cada dia, cada oportunidade para beneficiar, desde já, o maior número de crianças portuguesas.

Os «Pioneiros de Portugal» apelam para que todos os que amam as crianças façam destas datas não apenas dias festivos, mas também etapas reais na conquista de melhores condições de vida, na conquista daquilo que possa já, hoje reflectir um mundo de amanhã verdadeiramente digno das crianças».



Semana

21 Quarta-feira 1960 - Os racistas da África do Sul massacraram 68 negros em Sharpeville...

Começa uma marcha até Paris, de carácter reivindicativo, organizada pela Central sindical francesa CGT e a que se associaram os partidos de esquerda...

22 Quinta-feira 1970 - É assassinado a tiro Burton I. Gordin, director executivo da Comissão dos Direitos Cívicos para os Negros no Estado de Michigan, EUA.

O Parlamento sionista aprova "por esmagadora maioria" o "tratado de paz" entre Israel e o Egipto. Representantes das sete maiores potências capitalistas reúnem-se em Tóquio para planearem a cimeira económica...

23 Sexta-feira 1970 - O presidente Nixon decreta o estado de emergência em todo o território dos EUA e ordena ao Exército que submeta os grevistas da distribuição do correio...

Faço as recentes ataques dos racistas sul-africanos contra Angola e Moçambique, a Bulgária, a semelhança de outros países socialistas, solicita ao Conselho de Segurança da ONU a aplicação de rigorosas sanções económicas e diplomáticas...

24 Sábado 1969 - O Exército norte-americano começa a entregar armas e equipamentos às tropas do regime ditatorial que esmaga o chamado Vietnam do Sul...

Andrei Gromyko, ministro dos NE da União Soviética, chega a Damasco para uma visita de amizade à Síria. A ditadura brasileira destituiu os dirigentes dos sindicatos metalúrgicos da cintura industrial de S. Paulo...

25 Domingo 1957 - É fundada a CEE.

Na primeira assembleia realizada após a intervenção da ditadura brasileira nos três sindicatos metalúrgicos que apoiam a greve na cintura industrial de S. Paulo...

26 Segunda-feira 1827 - Morre em Viena o genial compositor Ludwig van Beethoven.

O presidente Sadate do Egipto assina em Washington, sob a tutela de Carter, a "paz" da capitulação com o primeiro-ministro sionista Begin. Morre Ugo La Malfa, presidente do Partido Republicano italiano...

27 Terça-feira 1977 - No aeroporto de Tenerife, nas Canárias, dois aviões "Boeing" colidem e causam o maior desastre aéreo da história da aviação comercial, vitimando 582 pessoas.

As três tendências da Frente Sandinista de Libertação da Nicarágua anunciam a sua fusão num só organismo, sob uma direcção e uma estratégia únicas...

Na Europa e no Brasil NÃO ao capitalismo

Em França, no Brasil, em Espanha, em batalhas de envergadura diferente e diferentes situações políticas, dezenas de milhares, centenas de milhares de trabalhadores estão em luta...

No dia 23 de Março Paris viveu a maior manifestação realizada desde Maio de 68. Centenas de milhares de trabalhadores das zonas industriais do norte e da Lorena, da Normandia e do centro de França...

serviu a provocação, é claro como água. Quem a desencadeou? A CGT denuncia - e o facto não pôde ser negado - que pelo menos um polícia à paisana foi identificado entre os provocadores...

Centenas de milhares de trabalhadores estão em greve em todo o Brasil. Os 200 mil metalúrgicos das cidades de Santo André, S. Caetano e S. Bernardo no Estado de São Paulo...

Mas o dia 23 não aconteceu pacificamente. Provocadores fomentaram recontros com a polícia presente nesta manifestação pacífica. Cerca de 200 feridos, mais de cinco dezenas de lojas destruídas...

Ásia: a difícil luta pelo direito ao futuro

No continente asiático centram-se neste momento processos e factos políticos cujas repercussões se fazem sentir a nível mundial. Nas ruas das cidades vietnamitas - em particular em Hanói, Haiphong e Pleiku - festejou-se há dias, com grandiosos comícios, a vitória sobre a agressão chinesa...

A actividade contra-revolucionária da direcção de Pequim faz-se sentir em diversos pontos do continente. No Camboja foram presos "conselheiros militares" chineses dos bandos armados que sobreviveram ao derrubamento da ditadura de Pol Pot...

A revolução no Afeganistão enfrenta hoje uma séria ofensiva da reacção. Num momento em que a Reforma Agrária se impõe como pilar fundamental da política do novo regime democrático e progressista...

No Irão, a força do movimento popular fez-se uma vez mais sentir na rápida abertura de um caminho para a solução do problema da autonomia para o povo curdo. Após um levantamento na cidade de Sanandaj, contra tropas iranianas...

Imagens da luta popular no Brasil



Ascenso na América Latina do movimento de massas

Entrevista com o camarada Domingos Abrantes, que nos fala da sua recente visita ao México, Panamá, Costa Rica, Colômbia, Peru e Venezuela

O camarada Domingos Abrantes, do Secretariado do Comité Central do PCP, que há dias regressou de uma viagem ao México, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Peru e Venezuela, sublinhou, em entrevista a "Avante!", a importância desta viagem para o estreitamento dos laços de solidariedade que unem o nosso Partido aos partidos comunistas e, em geral, ao movimento revolucionário na América Latina...

Estes encontros, tão diversificados e realizados em clima de grande fraternidade, foram assim também oportunidade para o aprofundamento do conhecimento da situação política e social na América Latina, da qual, ainda que brevemente, pedimos ao camarada que nos falasse.

O que ressalta hoje na América Latina é uma grande instabilidade política. As ditaduras estão em crise. O imperialismo busca uma saída, tentando mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma. O nítido ascenso do movimento popular de massas, o crescimento dos sentimentos anti-imperialistas, caracterizam a situação actual no continente.

Nessa situação de instabilidade, o imperialismo, naturalmente, não se poupa a esforços. A que armas recorre?

É claro que o imperialismo joga aqui em força e em várias frentes. Em primeiro lugar, na divisão da classe operária, um grande óbice ao desenvolvimento de lutas e ao próprio reforço dos partidos comunistas, que desenvolvem uma intensa actividade para colmatar a brecha

aberta pela acção sionista. Joga no altar do chauvinismo, dos conflitos fronteirços, que podem criar dificuldades objectivas ao avanço das forças revolucionárias.

Agindo embora em situações diferentes, ressalta, tanto na Colômbia (há 25 anos em estado de sítio) como na Costa Rica, o grande esforço de unidade da classe operária e desta com outros sectores democráticos e anti-imperialistas. Na Colômbia, há um grande trabalho de unidade em torno da defesa dos direitos humanos e dos direitos democráticos. Na Costa Rica são dados importantes passos para a unidade do movimento sindical, abrangendo o comité de unidade sindical 90% dos trabalhadores sindicalizados.

Que balanço fazes desta visita à América Latina? Muito positivo. Permitiu-nos ficar com uma visão das dificuldades, das condições concretas de acção do movimento operário, dos nossos camaradas, dos Partidos Comunistas daquele continente que são a grande esperança, a certeza na vitória, o eixo da luta revolucionária numa zona muito difícil, que o imperialismo vigia atentamente, desenvolvendo um trabalho sistemático de divisão do movimento operário, com a ajuda da social-democracia e dos seus agentes.

Esta nossa visita permitiu igualmente constatar o profundo interesse pela Revolução portuguesa, interesse que todos os contactos havidos confirmaram e aprofundar os fraternais laços de solidariedade que nos unem aos partidos irmãos daqueles países da América Latina, a solidariedade entre o nosso povo e os povos que ali, lutando embora, na sua maioria, em condições tão difíceis, vão abrindo, como nós, os caminhos da Revolução.

Médio Oriente: Nova aliança militar

Na segunda-feira, em Washington, foi assinado o acordo separado entre o governo sionista de Israel e Sadat. Apresentado como um acordo de paz pelos seus promotores, justamente denunciado por todos os países e organizações árabes como uma traição, este acordo constitui, de facto, uma aliança político-militar entre os dois países que o assinam, sob a égide dos Estados Unidos.

Além disso, este acordo constitui, de facto, uma aliança político-militar entre os dois países que o assinam, sob a égide dos Estados Unidos. Ao longo de todo este processo de traição de Sadat aos interesses dos povos árabes, do povo palestino, foram múltiplos e insistentes os protestos, os avisos, para que um compromisso de facto não se viesse a consumir. É claro para todos que tal acordo é rejeitado por todo o mundo árabe, porque altamente lesivo dos seus interesses. A reunião da Liga Árabe, que terminou em Mogadíscio no domingo, convocada para preparar as sanções ao Egipto decididas na conferência árabe realizada em Bagdad em Novembro do ano passado, foi seguida de uma outra reunião de representantes dos Estados Árabes, em curso em Bagdad. Manifestações nas regiões ocupadas por Israel, brutalmente reprimidas, demonstram bem a determinação dos povos árabes na sua luta contra o invasor sionista. Mesmo nos respectivos parlamentos, o debate não ocorreu sem incidentes. No parlamento egípcio, um deputado foi expulso por ter classificado de "tratado de rendição" um documento que o governo de Sadat quer fazer passar por acordo de paz. Do parlamento de Israel foi também expulso um deputado comunista que,

afirmando a consequente posição patriótica e internacionalista do PCI, pôs em causa os objectivos do tratado e defendeu o direito do povo palestino a uma pátria, a decidir livremente do seu próprio destino. 10 mil milhões de dólares é o custo deste negócio - custo que recairá sobre o contribuinte norte-americano. Em troca do auxílio financeiro-militar dos Estados Unidos, de que a parte de leão se destina a Israel, a aliança agora instituída entre o Egipto e Israel, encarregado-se-á da protecção dos interesses dos monopólios norte-americanos na região, perdido o Irão e a CENTO, pacto militar em vias de desmantelamento. Assim, o tratado israelo-egípcio consagrará a presença militar norte-americana na zona, e estando previsto o estabelecimento de bases militares no Sinai e o envio de mais "conselheiros militares" norte-americanos para o Egipto e para Israel.

O sistema montado garantirá, simultaneamente, o comprometido acesso de Washington ao petróleo do Médio Oriente e a criação de uma base para combater o movimento anti-imperialista nos países árabes, abrindo portas a uma intervenção mais directa da Casa Branca, mesmo militar, em defesa dos seus interesses "ameaçados". Estes os planos e os perigos que, de forma bem clara, nada têm a ver com os apregoados objectivos de paz. Planos e perigos que a unidade dos povos árabes, a luta anti-imperialista, nomeadamente dentro do próprio Egipto, acabará por inutilizar.



A consumação da traição de Sadat aos interesses dos povos árabes concretizou-se agora na assinatura do pretensamente "tratado de paz" com Israel, sob a égide do imperialismo americano. Nenhum dos problemas de fundo existentes na zona ficou resolvido, nomeadamente o direito inalienável do povo palestino à autodeterminação

Soviéticos ajudam vítimas das cheias

Já chegaram à CGTP-Intersindical, em Lisboa, várias toneladas de produtos que fazem falta a milhares de famílias de trabalhadores portugueses - principalmente do campo - afectadas pelas cheias e inundações que atingiram Portugal. Esta é uma expressão concreta da solidariedade dos sindicatos soviéticos, que assim manifestam o seu apoio às vítimas das inundações, contribuindo para minorar a precária situação dos que, em Portugal, tanto sofreram durante a Intempérie.

Os sindicatos soviéticos resolveram prestar a sua contribuição enviando cerca de duas toneladas de arroz e açúcar, milhares de mantas e jogos completos de cama (lençóis, fronhas e cobertores), tudo no valor de cerca de 5000 contos. Dado o grande volume destas ofertas, as encomendas têm chegado a Lisboa através de vários aviões da Aeroflot.

Um Encontro para resolver problemas e fortalecer a unidade

Q *Haverá quem ache estranho que, numa crise política tão aguda, o PCP tenha dedicado tantos esforços, como os que aqui fizemos para encontrar respostas para os problemas dos quadros técnicos, e não esteja todo mobilizado para a crise — disse o camarada Carlos Brito, na sua intervenção de encerramento dos trabalhos do Encontro. E explicou: A alternativa democrática constrói-se fortalecendo as alianças entre a classe operária e todos os trabalhadores e enfraquecendo as alianças do grande capital. Estou convencido que caminhamos para estes objectivos!*

Quem participou no Encontro, delegado ou convidado, durante os dois dias em que decorreu nas instalações da "Voz do Operário", ou mesmo quem, de algum modo, participou nas muitas reuniões e plenários realizados em todos os países para a sua preparação, não tinha, porém, dúvidas: ali trabalhava-se "Pela Saída da Crise e pelo Progresso", como se podia ler numa das faixas que engalanavam de vermelho a ampla sala das sessões plenárias. Ali trabalhava-se pela unidade de todos os trabalhadores, como a própria sala nos recordava, nas suas letras de ouro que encimavam a entrada.

Sábado de manhã, o camarada Fernando Vicente, suplente do Comité Central, saudando os presentes em nome da Comissão Executiva Nacional do Encontro, propôs a constituição da mesa, na qual tomaram lugar, entre alguns membros da Comissão Nacional, os camaradas do Comité Central Carlos Brito, António Dias Lourenço, ambos da Comissão Política, Aboim Inglês e José Bernardino.

O camarada Veiga de Oliveira, também suplente do CC, presidiu à primeira parte da sessão, tendo aberto os trabalhos depois de uma intervenção em que se referiu ao esforço desenvolvido na preparação do Encontro. E sobre a política de alianças — que tem o papel de criar, consolidar e desenvolver essa vasta frente onde caibam todas as classes e camadas que objectivamente estão

interessadas no progresso económico, social e político do nosso país — dizia:

No que aos Quadros Técnicos diz respeito, pelo papel que desempenham na produção, a realização dessa unidade implica, também, em primeiro lugar, a definição de uma política de defesa dos seus justos interesses e de reforço da solidariedade com os restantes trabalhadores e, em segundo lugar, o desenvolvimento da actividade dos Quadros Técnicos comunistas e progressistas no seio das organizações de massas, sindicais, profissionais e culturais onde se encontram trabalhadores intelectuais e técnicos.

A palavra foi dada ao camarada Aboim Inglês que se referiu ao significado e objectivos do Encontro. Os problemas dos Quadros Técnicos foram abordados pelo camarada sobre quatro aspectos — a sua realidade social em mutação; a sua inserção na estrutura de classes do mundo em que vivemos; o sentido da sua evolução; a perspectiva do seu

futuro. E dizia:

Hoje, os Quadros Técnicos estão, eles próprios, em situação de problema e são um problema a resolver para a classe operária, nomeadamente para nós, Partido dos trabalhadores, empenhados na consolidação e construção do novo Portugal democrático saído da Revolução de Abril, no progresso da nossa Pátria, no avanço para o socialismo.

Seguiu-se a intervenção do camarada Paulo Canto e Castro, da União dos Estudantes Comunistas, que abordou "A Situação de Emprego dos QT"; Sousa Lopes, investigador do LEFN, falou sobre "Investigação e Desenvolvimento"; Castro Fernandes, economista da Lisnave, sobre os problemas dos QT naquela empresa; Carlos Amaro, engenheiro agrónomo, relacionou os problemas dos Quadros Técnicos com a Reforma Agrária lembrando, a propósito, e muito aplaudido pelos presentes o exemplo do camarada Júlio Martins.

Na segunda parte desta sessão plenária, o camarada

Carlos Gomes, engenheiro técnico e Presidente da Câmara Municipal de Coruche, foi o primeiro orador, abordando as questões que se levantam aos QT no Poder Local. Tomaram depois a palavra a camarada Manuela Porto Real — Quadros Técnicos na CP — e Cândida Fernandes, da Fispie, que fez uma resenha histórica da situação dos engenheiros técnicos.

Antes da intervenção do camarada Carlos Moraes, especialista do LNEC, sobre os QT na Administração Pública, foram lidas saudações chegadas ao plenário, providas do Secretariado de Célula da EDP, da Direcção da Organização do Sector Público da ORL e do Organismo de Direcção da III Zona do Comité Local de Lisboa do PCP. Falaram depois José Mendes, engenheiro da Rabor, e Celeste Abreu, engenheira na EDP.

Um amplo debate

Encerrando a sessão de abertura, o camarada Fernando Vicente apresentou o projecto de documento final,

que veio a sofrer modificações no decorrer dos trabalhos das secções, convidando todos — delegados e convidados — a um amplo debate.

Foi um amplo debate que se verificou. Na tarde de sábado e na manhã de domingo, cerca de oitocentos quadros técnicos e outros trabalhadores, delegados e convidados, comunistas e não comunistas, participaram no trabalho das sete secções. Mais de 300 intervenções foram aí produzidas (das quais 80 correspondem a intervenções preparadas), conforme recordou o camarada Pedro Serra, no seu relatório produzido em nome da Comissão de Redacção. Um traço comum às conclusões apuradas nas várias secções — disse — é a aprovação na generalidade das análises e propostas contidas no documento, o seu enriquecimento com novas achegas, e a constatação da necessidade e prosseguir com este trabalho.

Na mesa que presidiu aos trabalhos da sessão plenária de encerramento, encontrava-se, além dos camaradas que já referimos, o camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central. "Os Quadros Técnicos e as

Novas Relações entre a Administração Central e a Administração Local" foi o tema da intervenção do camarada Bruno Soares, engenheiro civil. E seguiram-se, no uso da palavra, os camaradas Mário Malheiros, da Sorefame e Claudemiro Castro, da Rabor, antes de Luís Sá ter lido uma moção exigindo a aplicação da Lei das Finanças Locais, que foi depois votada por unanimidade e longamente aplaudida.

O deputado comunista Sousa Marques falou depois sobre "QT no Sector Nacionalizado", registando-se a seguir as intervenções dos camaradas Júlia Ferreira — "Problemas socioprofissionais dos contabilistas" —, Mário de Aguiar — "Os QT na Região Autónoma da Madeira" —, Domingos Rosa — "Carreiras Profissionais, Contratação Colectiva e Questão Salarial" —, Graça Erica — "Os QT na Câmara Municipal de Lisboa" —, António Carvalho — "Sindicalismo e Associativismo" —, Fernando Bernardes — "Relação dos QT com os outros trabalhadores". Antes do intervalo foi aprovada por unanimidade uma moção de apoio à Reforma Agrária, lida pelo camarada Fernando Cruz.

A última parte da sessão de encerramento iniciou-se com a intervenção do camarada Rui Moura — "Os QT, o Aumento da Produtividade e o Desenvolvimento Tecnológico" —,

seguido-se Celsa Pimenta e Fernando Penim Redondo, que falaram dos problemas dos Quadros Técnicos em sectores de actividade como a Psicologia e a Informática. Depois foi a vez do camarada António Bruto da Costa ler o relatório da Comissão de Mandados, salientando o amplo leque de Quadros Técnicos participantes oriundos de diversos pontos do país e de numerosas actividades.

"Os Quadros Técnicos e o Controlo de Gestão" foi, depois, o tema da alocução do camarada António Assunção, metalúrgico da Quimigal. Por unanimidade, intensamente aplaudida, foi aprovada a moção lida pelo camarada Vítor Dias, na qual se exigia a demissão do Governo Mota Pinto/PPD. A assistência reclamou a demissão do Governo, gritando em uníssono: "A Luta Continua, Mota Pinto para a Rua!"

Antes da intervenção de Pedro Serra, sobre o balanço das secções, a que já nos referimos, falou ainda Teresa Ventura, sobre "Os QT e a Melhoria das Condições de Vida das Populações". O documento final foi votado por unanimidade e aclamado, com as modificações que os trabalhos de Encontro introduziram. Finalmente falou o camarada Carlos Brito, sobre o momento político e o significado do Encontro.



Os Quadros Técnicos e...

Investigação e desenvolvimento

(...) A promoção e realização profissional dos QT's, em consonância com a defesa da independência nacional, exige que toda a importação da tecnologia se converta em transferência efectiva de conhecimento tecnológico, o que implica a existência de meios institucionais e legais adequados e de um sistema de investigação científica e tecnológica que a apoie. Para se atingir este objectivo deverá atender-se a alguns princípios gerais, designadamente à separação e correcta atribuição e prioridades das importações de tecnologia e de capitais, por forma a não colocar o País na dependência das grandes multinacionais; ao reforço da intervenção de projectos e na adopção de soluções tecnológicas apropriadas ao nosso país; ao reforço da capacidade do sistema de investigação científica e tecnológica nacional no que respeita à assistência e à informação científica e técnica a serem colocadas ao dispor das empresas. (...) — J. Sousa Lopes

Sector Agrícola/Reforma Agrária

(...) A reacção procura opor os técnicos aos trabalhadores e os técnicos entre si, explorando alguns erros, preconceitos e dificuldades do relacionamento. Mas, apesar de algumas dificuldades que não se podem menosprezar exigem um esforço de clarificação, designadamente no caso dos técnicos que trabalham nas estruturas produtivas dirigidas por trabalhadores a quem indubitavelmente cabem as responsabilidades de direcção e aos técnicos a sua acção, os interesses fundamentais dos técnicos não são antagónicos com as dos trabalhadores. (...) — Carlos Amaro

Poder Local

(...) O trabalho das autarquias assume uma vastíssima gama de situações a resolver, desde o urbanismo à construção civil, da habitação ao ensino e cultura, dos transportes ao saneamento básico e ao desporto, estendendo-se desde o apoio às actividades económicas na área da autarquia, à acção e desenvolvimento social. Por outro lado, a responsabilidade de uma correcta gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros da autarquia exige

que também às questões de gestão administrativa e financeira se dê uma profunda e particular atenção.

Assim, as carências de técnicos das mais variadas formações e em particular de engenheiros e engenheiros técnicos, arquitectos e urbanistas, economistas, contabilistas e juristas, é um problema sentido, na generalidade, por todas as autarquias do país, facto apenas atenuado nas áreas metropolitanas onde se concentram os mais fortes efectivos técnicos. (...) — Carlos Gomes

Administração Pública

(...) De um modo geral não há carreiras, ou são estanques e sem intermobilidade. Também de um modo geral as funções dos QT's aos diferentes níveis e graus estão por definir, muitas e muitas vezes os critérios de promoção são descrionários, a antiguidade e habilitações sobrepõem a competência, quando é certo que numa justa e adequada qualificação de funções devem contar com o devido peso todos os atributos. Uma reformulação de carreiras que seja clara e correctamente inserida na Administração Pública da sociedade democrática portuguesa, que proporcione uma perspectiva de futuro, de abertura, de mobilidade, de reconhecimento das qualidades de trabalho, é um contributo imprescindível para a criação de condições de dignificação profissional dos QT's. (...) — Carlos Moraes

Sector Nacionalizado

(...) Limitemo-nos a referir alguns exemplos. Na Rodoviária Nacional, depois da nacionalização, (os QT's) representam um papel determinante na consolidação da empresa, enquanto na Petrogal contribuem activamente, depois da fusão, para a sua reestruturação. Na Siderurgia Nacional são, hoje, entusiásticos defensores da realização do Plano Siderúrgico Nacional, a via mais importante, não só para o seu desenvolvimento técnico-científico e para a defesa das suas carreiras, como também para a defesa e desenvolvimento da própria empresa e da economia nacional.

A cooperação dos QT's com as Comissões de Trabalhadores e organizações sindicais, sem preconceitos tecnocráticos ou de classe, constitui uma perspectiva de trabalho com enormes

potencialidades, ainda longe de serem totalmente aproveitadas. Ultrapassando erros de sectarismo e/ou elitismo têm-se criado grupos de trabalho em que QT's dão apoio às estruturas organizadas de controlo de gestão. Esta prática tem vindo, por outro lado, a permitir uma sua crescente intervenção na vida das empresas e dos sectores nacionalizados. (...) — Sousa Marques

Relações com os outros trabalhadores

(...) De um modo geral a classe operária compreendeu as causas das confrontações, quando as houve, sem as personificar nos técnicos, embora em alguns casos ganhasse corpo a contestação do quadro dirigente, assimilado pelos operários ao inimigo de classe.

(...) A massificação dos quadros e técnicos, a tendência para a redução do seu salário real, do seu poder de compra, a degradação das suas condições de trabalho, o convívio de grandes massas de técnicos com outros trabalhadores, a agudização de contradições entre os técnicos e os interesses monopolistas e o antagonismo geral entre a classe capitalista e o proletariado, levaram os quadros de formação superior e muitos quadros "de carreira" a caminhar lado a lado com os outros trabalhadores nas grandes lutas contra o patronato através nomeadamente de convenções colectivas de trabalho (...) — Fernando Bernardes

Sindicalismo e Associativismo

(...) Pode-se afirmar, como conclusão, que os Quadros Técnicos em Portugal, ao contrário do que sucede em muitos países capitalistas desenvolvidos, têm ganho a consciência de que os seus problemas se resolvem na luta sindical em aliança com os outros trabalhadores, apesar de dominar a tendência das profissões mais numerosas das empresas públicas e privadas, de permanecerem nos seus sindicatos profissionais. É pois essencial que os técnicos progressistas intervenham nas questões sindicais de modo a trazer os quadros técnicos para posições correctas na defesa dos seus interesses, pois a disposição geral das massas está longe de ser reaccionária. É também essencial que os sindicatos verticais aprofundem e dêem atenção aos problemas dos Quadros Técnicos. (...) — António Carvalho

Controlo de Gestão

(...) O Controlo de Gestão é uma acção simultânea na defesa da democracia, na defesa dos direitos dos trabalhadores, na defesa das liberdades consignadas na Constituição — e na garantia da viabilidade económica das empresas dentro do âmbito mais geral antimonopolista.

É um trabalho colectivo que põe à prova a capacidade de estudo e decisão das massas trabalhadoras, e também a sua capacidade de conquistar para o seu lado os quadros técnicos.

É também uma das maneiras de os quadros técnicos, ao tomarem posições antimonopolistas e anti-imperialistas, virem engrossar as fileiras dos que em Portugal lutam pela sociedade democrática.

É uma forma activa, concreta e não só de palavras, de fomentar a unidade entre os trabalhadores, nomeadamente entre os mais directamente ligados à produção, os quadros técnicos e os quadros administrativos. (...) — António Assunção

Melhoria das Condições de Vida

(...) O desenvolvimento e dinamização da acção do Poder Local, reivindicando a resposta aos problemas populares e evidenciando a impossibilidade da sua resolução centralizada, e o apoio activo do movimento popular, criaram condições para que a luta desencadeada pelas estruturas locais e por amplas camadas da população se juntassem progressivamente muitos Quadros Técnicos, não só trabalhando para o aparelho de Estado local — nos respectivos serviços ou através de gabinetes privados — mas também no aparelho de Estado central.

É desta acção conjunta decorreram inúmeros trabalhos e propostas tendentes à concretização da aplicação integral da Lei de Finanças Locais, de uma correcta delimitação de competências entre o aparelho de Estado Local e Central, de uma melhor resposta deste a tarefas que actualmente não executa ou executa deficientemente, da institucionalização das regiões administrativas e da criação de mecanismos de efectiva coordenação das acções do Poder Local e Central face às necessidades e recursos nacionais. (...) — Teresa Ventura

Aboim Inglês: Situação social contraditória e em mutação

Na intervenção inicial, Aboim Inglês propôs-se equacionar, não os problemas dos QT's, que iriam ser examinados e debatidos durante o Encontro, mas aquilo a que chamou "o problema dos Quadros Técnicos", ou da sua realidade social contraditória e em mutação, da sua inserção na estrutura de classes do mundo em que vivemos e onde lutamos, o sentido da sua evolução, a perspectiva do seu futuro", afirmando que "os QT's estão hoje, eles próprios e para si mesmos, em situação de problema, e constituem um problema a resolver para a classe operária — nomeadamente para nós, Partido dos trabalhadores, empenhados na consolidação e construção do novo Portugal democrático saído da Revolução de Abril, no progresso da nossa Pátria, no avanço para o socialismo, tarefas e perspectivas estas que exigem o concurso dos QT's e, crêmo-lo profundamente, constituem também a via real para a defesa dos interesses actuais e futuros dos QT's".

Referindo-se aos processos objectivos que operam no seio da sociedade e determinam significativas mudanças no posicionamento social da intelectualidade, na qual os QT's se integram, Aboim Inglês apontou particularmente "o crescimento numérico acelerado" desta camada social, que "deixou de ser a pequena elite privilegiada que era no passado e passou a ser uma camada social de massas". Esta modificação "traz no bojo um outro fenómeno importante e característico, a crescente diferenciação social interna" da intelectualidade em geral e dos QT's em particular. Afirmando que seria um erro considerar esta camada em bloco, indiferenciadamente, apontou a clara existência de três estratos fundamentais com natureza de classe diferente: uma "cúpula" que se integra na própria classe capitalista; uma parte crescente sujeita a profundo processo de proletarianização e que dá nascer ao "proletariado intelectual"; e a maioria, que faz parte das "classes médias, intermédias e contraditórias entre os dois grandes pólos classistas da nossa sociedade", na qual também

actua o processo de proletarianização, de que é indício claro o aumento dos assalariados e o progressivo desaparecimento das "profissões liberais".

Considerando que não existe uma identificação ou integração global desta camada na classe operária (e que existem mesmo factores de contradição nas funções que exerce), mas sim uma convergência crescente de interesses, defendeu o estabelecimento de relações de solidariedade entre a classe operária e os QT's, uma acção que ajude a resolver a "situação de ruptura entre a existência social desta camada e o estado da sua consciência, ruptura que está na base das oscilações da sua conduta político-social".

Afirmando que "o capitalismo não tem futuro a oferecer aos QT's", como não tem nada já a oferecer à grande maioria da população, Aboim Inglês defendeu que "o Partido da classe operária não se pode alhear dos problemas, dos interesses, das inquietações

e aspirações desta camada social, que objectivamente se aproxima da classe operária e com isso a enriquece e a torna ainda mais apta a cumprir a sua missão histórica emancipadora".

Referindo a necessidade de "combater e superar tanto o elitismo, o paternalismo e o dirigismo tecnocrático, como o obreirismo e sectarismo, concepções e práticas próprias de fases do passado e não conformes às realidades actuais e futuras", Aboim Inglês pôs em relevo as "situações novas criadas em Portugal com o 25 de Abril (empresas e sectores arrancados à lógica férrea do capitalismo, o lucro, e a crescente capacidade de intervenção democrática das massas populares na direcção dos seus destinos), as quais prefiguram já o futuro, em que os QT's não mais estarão ao serviço das classes exploradoras, mas ao serviço dos interesses dos trabalhadores e do povo, que são afinal os seus próprios, ao serviço do progresso do país, "unindo a ciência, a técnica e o trabalho para criar a sociedade futura".

Carlos Brito: Saber e conhecimentos que permanecem inaproveitados

Os quadros técnicos apresentam-se na sociedade portuguesa como uma camada específica, embora em processo de diferenciação e por isso com manifestações contraditórias, influido crescentemente — pelos conhecimentos, pela posição na produção e na administração e pelo próprio número — na vida nacional — afirmou o camarada Carlos Brito, durante a intervenção final, com que encerrou o Encontro Sobre os Problemas dos Quadros Técnicos e durante a qual também abordou a situação política actual.

O Encontro comprovou que o desemprego e o subemprego, as dificuldades no primeiro emprego, as ameaças de desemprego atingem seriamente os Quadros Técnicos, enquanto, contraditoriamente, permanecem inaproveitados o seu saber e conhecimentos para suprir enormes carências sociais e produtivas e se agrava a subutilização dos recursos naturais e humanos.

O Encontro comprovou que a estruturação das carreiras de uma forma flexível, dinâmica, integrada, valorativa do mérito, é um imperativo amplamente reclamado, a única forma de erradicar a desmotivação e desqualificação profissional. Intermobilidade entre carreiras e intermobilidade entre sectores são também exigências que

A contratação colectiva, ao consagrar os direitos dos técnicos, melhor garante a dignidade da sua função e independência face à administração. Na Função Pública a luta travada e pela negociação colectiva, direito reconhecido internacionalmente pela OIT.

Existem Quadros Técnicos em muitos Sindicatos verticais (como por exemplo, na Federação dos Sindicatos da Função Pública) mas também em alguns Sindicatos horizontais profissionais.

Das preocupações do movimento sindical unitário verifica-se que este se não alheia dos problemas ligados à massa dos Quadros Técnicos. Não era objectivo deste Encontro dar resposta a esta questão, pois trata-se manifestamente de problema da área sindical. O levantamento que foi feito em alguns Sindicatos do nosso Partido para reflexões futuras sobre a matéria.

As Associações Profissionais têm um papel importante na realização profissional dos Quadros Técnicos numa perspectiva cultural e técnica embora por

vezes se revistam de uma acção parasindical.

A questão das relações entre trabalhadores e quadros técnicos preocupou o Encontro e esteve vivamente presente não apenas na secção a que competia abordá-la de modo especial, mas praticamente em todas as demais. Aprofundaram-se e aclararam-se as origens das dificuldades. Constatou-se a necessidade de continuar a actuar no sentido de contrariar e combater quer as tendências obreiristas, quer as paternalistas que provocam choques e divisões onde os interesses recíprocos da luta contra o grande capital explorador recomendam que se fortaleçam os laços de solidariedade e cooperação.

O Encontro comprovou amplamente, e foi esse um dos seus traços mais salientes, o grande empenhamento e a decidida vontade dos Quadros Técnicos de entregarem o seu saber e conhecimentos à causa da resolução dos grandes problemas nacionais, à recuperação económica, ao bem-estar dos portugueses, ao progresso do País.